

# filantropia & gestão social



Brasil – Edição 41 – Jul./Ago. – 2009

## Ponto de Vista

Diretor executivo do Greenpeace Internacional fala da situação do planeta

## Administração

Políticas de cargos e salários nas organizações sociais

## DataFilantropia

Como é vista a relação entre filantropia e responsabilidade social

# Investimento Social Estratégico

O mesmo motor que gera lucro e sustenta uma empresa pode colaborar para o desenvolvimento da sociedade

Cantor discute a importância do Terceiro Setor e fala sobre as ações do seu projeto social

Entrevista  
Gabriel o Pensador





Aninha já sabe  
escrever o próprio nome.



Doe **11 reais** mensais e ajude a Plan a manter crianças como a Aninha em seus programas.

**0300 789 3801**



Sua ajuda contribui para que crianças como a Aninha e a Rita participem dos projetos da Plan e tenham melhores condições de vida. Por isso, a sua contribuição é tão importante: fazendo doações mensais, você garante que mais crianças possam ter um futuro melhor por meio de programas de promoção dos direitos, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação e participação comunitária.

**Acesse [www.plan.org.br](http://www.plan.org.br)**

Juntos, podemos mudar muitas histórias.

Juliana Alves apóia essa causa e participou voluntariamente desta campanha.  
Espaço gentilmente cedido. COD. ANAR72



Plan

# Mas a Rita ainda não teve essa sorte.

Ou inclua a Rita em nossos programas doando **16 reais** por mês.

## 0300 789 3802



### Doe Agora!

**Sim. Eu quero ajudar a mudar essa história contribuindo mensalmente com:**



**Rita**

R\$ 16,00

R\$ 21,00

R\$ 26,00

Outro valor R\$



**Aninha**

R\$ 11,00

R\$ 16,00

R\$ 21,00

Outro valor R\$



**Aninha & Rita**

R\$ 27,00

R\$ 37,00

R\$ 47,00

Outro valor R\$

Nome: ..... Data de nascimento: ..... / ..... / .....

Endereço: ..... Número: .....

Complemento: ..... Bairro: ..... CEP: .....

Cidade: ..... Estado: ..... País: ..... CPF: .....

Telefones para contato: ..... e-mail: .....

**Forma de Pagamento:**  **Cartão de crédito:**  Visa  American Express  MasterCard  Diners  Hipercard

Nº. do cartão: ..... Cód. de segurança: ..... Val. (mês/ano): ..... / .....

Nome do titular: .....

**Boleto bancário:** Informe o dia de vencimento de sua preferência: .....

Ou preencha a ficha acima e envie por fax para **11 5576.8624**  
ou por correio para a caixa postal 12924 – CEP 04010-970 – São Paulo – SP.

# Sumário



04

## Entrevista

### Gabriel o Pensador

Rapper analisa a realidade social do país e conta sua experiência no Terceiro Setor



16

## Captação

### Mobilização de indivíduos

Doadores individuais são essenciais para a sustentabilidade



38

## Capa

### Investimento social estratégico

Sincronia entre ações sociais e negócio da empresa pode trazer bons resultados



44

## Especial

### Dr. Cão

Como os animais podem ser importantes para a recuperação de pessoas e para as instituições

|                  |    |                         |    |
|------------------|----|-------------------------|----|
| Acontece         | 08 | Meio Ambiente           | 48 |
| Ponto de vista   | 14 | Responsabilidade Social | 50 |
| Contabilidade    | 21 | Case empresarial        | 54 |
| Voluntariado     | 26 | DataFilantropia         | 56 |
| Administração    | 30 | Serviços                | 58 |
| Legislação       | 32 | Geração de renda        | 62 |
| Sustentabilidade | 46 | Reflexão                | 64 |



**Redação:** imprensa@revistafilantropia.com.br  
**Publicidade:** filantropia@revistafilantropia.com.br  
**Assinaturas:** assinaturas@revistafilantropia.com.br  
Tel. (11) 2978-6686



**Zeppelin Editorial Ltda.**  
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308  
CEP 02013-002  
São Paulo/SP – Brasil  
PABX (11) 2978-6686

**Editor-chefe**  
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)  
**Coordenadora de Gestão Social**  
Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)  
**Administração**  
Mauro Zeppelini  
Stefany Herrán Martins  
**Comercial**  
Hilton Rocha da Justa  
**Departamento de Eventos**  
Carolina Brascoli  
Rogério Ramos Costa  
**Atendimento**  
Ana Luisa Morais do Nascimento  
Raquel Siqueira Gomes  
**Colaboradores**  
Luciano Guimarães  
Paula Craveiro  
Valeuska de Vassimon

**Coordenação de Arte**  
Adriano Aguina  
**Assistente de Arte**  
Rafael Sarto  
**Assistente Editorial**  
Cristiane Gonçalves Cabral  
**Diagramação**  
Karine dos Santos Barbosa  
Ruben Moreira da Silva  
Vinícius Pinheiro Mendes  
**Controle Editorial**  
Janaina Beltrame dos Santos  
**Coordenação de Revisão**  
Viviane Rodrigues  
**Revisão**  
Angélica Beatriz Halcsik  
Melina Marin de Castro  
Vivian Carolina Eziqiel Corrêa

**Conselho editorial deliberativo**  
Marcelo Monello  
Marcio Zeppelini  
Marcos Biasioli  
Mauro Zeppelini  
Ricardo Monello

**Conselho editorial de pauta**  
Anísia Sukadolnik  
Antonio Brito  
Custódio Pereira  
Eduardo Sabo  
Felipe Mello  
Fernando Credidio  
Livio Giosa  
Marcelo Estraviz  
Miliú Villela  
Roberto Ravagnani  
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



# Editorial

## Que salvar o planeta que nada!

*O Planeta Terra tem cerca de 4,5 bilhões de anos, e a vida aqui só surgiu cerca de 1 bilhão de anos depois em forma de bactérias e estromatólitos.*

*A primeira forma de vida que se assemelha ao ser humano, o Homo Habilis, nasceu há cerca de 2 milhões de anos, e o Homo Sapiens, ser mais próximo do que somos hoje, há apenas 200 mil anos. Ou seja, menos de 0,01% da idade do planeta.*

*Desde sua formação, a Terra já passou por inúmeras transformações – desde sua atmosfera, que já foi até de metano e amônia, até sua geografia, formas de vida, temperatura e outras várias mudanças que fizeram este planeta só de gelo, água, fogo e rocha.*

*É absolutamente audacioso e pretensioso achar que nós teríamos o poder de destruir o planeta em que vivemos, como se pudéssemos fazer uma intervenção divina.*

*As diversas intervenções que provocamos no nosso próprio habitat mudam a temperatura e o rumo das águas e causam a destruição de algumas espécies animais e vegetais. Despurificamos dois elementos essenciais para nossa existência – o ar e a água. E, em mais poucos milhares de anos (com sorte), o resultado disso tudo será a devastação do ser humano da face da Terra.*

*Mas o planeta continuará existindo. A vida, em forma de outras espécies, continuará existindo. Com esses ou aqueles gases misturados ao oxigênio, com a temperatura 10 ou 20 graus a mais ou a menos, com uma geografia igual ou muito parecida com a que temos hoje. Para quem ainda não entendeu o recado: somente salvando o planeta, seus mares, sua fauna e flora, seu clima e toda biodiversidade aqui existente, nos manteremos vivos.*

*Então, devemos é salvar a raça humana, e não o planeta, pois este sobreviverá aos nossos ataques, com ou sem a gente. Mas, para que possamos sobreviver e que tenhamos a permissão da mãe natureza para que continuemos morando e usufruindo seu solo, precisamos que ela fique como a encontramos. Com água e ar puros e alimentos naturais em abundância.*

*Como um câncer maligno, o ser humano está sendo bravamente retalhado e combatido pela natureza, utilizando de suas armas como se fossem drogas de uma quimioterapia: aumento da temperatura, chuvas em excesso, falta de alimento, terremotos, furacões.*

*Reverter o quadro? Passar a ser um câncer benigno!*

*Perceba que continuamos sendo um câncer, mas aquele com o qual dá para se conviver.*

*Nessa guerra contra nossa existência, a Terra nos dizimarà a fim de ter seu desenvolvimento natural, com todas as suas mudanças, durante bilhões e bilhões de anos. Provavelmente sem a nossa presença.*


*Vamos “pedir desculpas” à natureza e prometer a ela que devolveremos o que roubamos?*

Cristiane Pomeranz



Obra da exposição Arte e Inclusão, do Museu Brasileiro de Escultura (MuBE), da aluna Hedilene Maria Marques Bastos

Marcio Zeppelini  
marcio@zeppelini.com.br

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.  
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

### Idealizadores



### Parceiros Institucionais





# Pensar, dizer e fazer!

Gabriel o Pensador utiliza letras de músicas e iniciativa social para trazer mudanças positivas para crianças e adolescentes

Por Thaís Iannarelli

“**M**uda – que quando a gente muda o mundo muda com a gente; A gente muda o mundo na mudança da mente”. Com essa frase de Gabriel Contino, mais conhecido como Gabriel o Pensador, fica claro o foco da sua atuação na área social e o objetivo de sua organização, chamada Pensando Junto: estimular os participantes a repensar seus valores e desenvolver a autoestima, criando oportunidades para seu desenvolvimento por meio de uma rotina repleta de atividades físicas e intelectuais.

Nascido no Rio de Janeiro em 1974, o rapper sempre observou a realidade da desigualdade social e, por isso, as músicas dos seus sete discos são marcadas pelo ativismo social e político. Cansado de conviver com as injustiças sociais, decidiu criar, junto com seu tio, uma organização que oferecesse atividades de formação cultural e intelectual para crianças e adolescentes da Rocinha, no Rio de Janeiro, local onde a organização está situada.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Gabriel fala sobre sua vida como músico, ativista social e sua iniciação no Terceiro Setor.

**Revista Filantropia:** *Em sua atuação no meio musical, você sempre demonstrou um engajamento político e social. Como isso começou?*

**Gabriel o Pensador:** Eu comecei a ouvir músicas com temas que chamavam a atenção, com temáticas sociais, desde garoto. Eu gostava de Bob Marley, rock brasileiro e rap. Também convivi, quando era criança e adolescente, com pessoas de classes sociais diferentes. Tinha amigos mais ricos, outros da favela da Rocinha, e sempre fui um menino muito observador e atento. Acho que foi aí que descobri o que era preconceito, por conta própria, quando andava com meus amigos no shopping, por exemplo. Sempre fui ligado a esses temas e, aí, quando vi que gostava de escrever, fiz algumas letras de música aos 11 anos. Depois parei, mas voltei aos 16 anos, e percebi que já tinha uma temática que incluía esses temas, então foi algo natural.

**RF:** *E como você fez para tornar isso público?*

**GP:** Com 18 anos lancei uma música que foi censurada, não tinha gravadora nem nada, mas foi censurada. Era a “Tô Feliz (Matei o Presidente)”, que falava do Collor, na época do *impeachment*. Essa foi a primeira que apareceu publicamente. Antes disso, eu

tentava fazer aparições em festas, cantava algumas músicas em algum show. Aí lancei essa música, que ficou cinco dias no ar e o governo mandou as rádios pararem de tocar. Em 1993 consegui assinar com uma gravadora e lançar um disco. Eu estava entrando na faculdade de comunicação, queria fazer jornalismo, mas tranquei para me dedicar à música.

**RF: E no que consiste o Pensando Junto, projeto social criado por você?**

**GP:** É uma ONG pequena e recente, tem 30 integrantes. Oferecemos aulas de português, matemática, rap, break, informática e artes. Tem uma muito legal, que é a de DJ, eles tocam uns discos, aprendem a mexer. Além dessas aulas tem a de cidadania, que é mais um bate-papo, do meu ponto de vista.

**RF: Como surgiu a ideia de criar esse projeto?**

**GP:** A ideia surgiu com a garotada que ficava no sinal de trânsito. Eu dava umas roupas usadas, sem compromisso nenhum, mas passei a conhecê-los. Eles me contavam que um não estava mais na escola, que o outro tinha brigado com alguém, e eu vi que eles estavam se desencaminhando, estavam crescendo. Um dia o garotinho está ali, pequeno, fofinho e, no outro, já está maior, e ninguém mais quer dar dinheiro. Aí ele vai ter de roubar, fazer besteira. Por isso, resolvi encaminhá-los para um projeto que já existia, uma ONG de circo, mas era muito longe e eles não foram. Adoraram a ideia, mas era inviável. Aí resolvi fazer uma ONG ali mesmo, na Rocinha, e comecei com esses garotos.

**RF: E com o tempo a ONG foi se desenvolvendo?**

**GP:** É, comecei com esse pequeno grupo, depois acabamos juntando mais umas 15 pessoas, com meninas também. De lá para cá, aqueles primeiros já saíram, alguns tiveram problemas de adaptação mesmo, outros não... a gente vai aprendendo também a estimular os garotos. Antes não havia todas essas aulas, aumentamos a quantidade de aulas de música, a parte cultural, para que eles se interessassem mais. E o pré-requisito é que eles estejam na escola para poderem participar. Fizemos também algumas regras. Por exemplo, eles ganham uma cesta básica por mês, e passeios culturais a museus e parques. Caso aconteça algo muito grave, eles podem perder esses benefícios. Nós nos adaptamos à realidade do pessoal da comunidade.

**RF: Agora que você atua em ONG, como você vê o Terceiro Setor no Brasil?**

**GP:** Acho que as ONGs são uma alternativa legal para ajudar quem precisa. Claro que tem de tudo, tem as legais e outras nem tanto. Mas as que eu conheço são boas. Desde que comecei a conhecer as organizações, acho importante ver os resultados na prática, seja qual for sua natureza. Pode ser ligada ao esporte, à cultura, à música. Eu até me inspirei nessas para poder criar alguma coisa própria. Somos eu e meu tio que bancamos a ONG. Já tivemos patrocínio, agora não temos, mas fazemos com muito carinho. Acho legal ter uma iniciativa particular, de grupos de pessoas que, além de fazer bem para aquele pessoal, ainda inspira outros a agirem também.

**RF: Você acha que o engajamento de pessoas com visibilidade na mídia tem impacto maior na sociedade?**

**GP:** Acho. Eu sempre fui muito tímido com a minha ONG, não fico divulgando, não procuro uma postura de promover. Acho até que deveria fazer mais isso, aparecer em programas de televisão para divulgar, no fundo eu acho legal sim. Eu mesmo me inspirei em uma ONG que vi na televisão, do jogador de futebol Gonçalves. Não tem nada a ver com a minha, mas me inspirei nele. Pensei: quero fazer uma também. Conheço as grandes, como a Gol de Letra, mas, para começar, achei que deveria ser algo menor. Agora já acho que devemos aumentar, porque temos 30 pessoas, mas tem mais 60 na fila de espera para entrar, então estamos esperando patrocínio. Tenho vontade de encarar o desafio, de dobrar a quantidade de crianças e fazer a Pensando Junto crescer, mas tem de ser aos poucos.

**RF: Você acha que, apesar de todos os problemas que vemos no mundo, ele está no caminho certo, em decorrência dos inúmeros projetos sociais que existem?**

**GP:** Não sei, é difícil fazer esse tipo de avaliação. Acho que podemos fazer uma pequena parte, ter uma alegria com isso. Mas, sendo realista, a gente se espanta mesmo com o tamanho dos problemas. Às vezes ficamos mais otimistas, às vezes menos, porque é complicado, depender só das ONGs não dá. Acho que no Brasil, nos Estados e municípios, tem muito dinheiro rolando, muita receita mesmo, e temos tudo para dar outra condição para os mais pobres, seja criança ou adulto. Para pobre e para rico também, que seja melhor para todo mundo, melhorando a saúde, a educação, a segurança pública e tudo mais. Temos de cobrar, não adianta só ficarmos felizes porque o Terceiro Setor está crescendo, mas temos de cobrar do poder público também. Ao mesmo tempo, acho legal que o pessoal está “botando a mão na massa” e fazendo mudanças reais acontecerem. 🍀

Acho que podemos fazer uma pequena parte, ter uma alegria com isso. Mas, sendo realista, a gente se espanta mesmo com o tamanho dos problemas



# Pós-Graduação

A UNIBAN EXPANDE OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA AS UNIDADES OSASCO, CAMPO LIMPO e ABC.\*

## STRICTO SENSU

### MESTRADO PROFISSIONAL

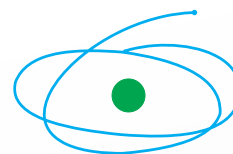
- Adolescente em Conflito com a Lei
- Farmácia - Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos
- Reabilitação Vestibular e Inclusão Social

### DOUTORADO

- Educação Matemática

### MESTRADO ACADÊMICO

- Educação Matemática



C A P E S

E mais 73 cursos de Lato Sensu e Extensão nas áreas de Administração e Negócios, Comunicação e Arte, Saúde, Educação e Educação Desportiva.

**LATO SENSU mensais de R\$349,00**

**EXTENSÃO 2 parcelas de R\$289,00**

[www.uniban.br](http://www.uniban.br)

Antonio Cruz/ABr



À esquerda, deputado Milton Monti, autor do PL nº 4.466/08

## Abatimento de doações em dinheiro à Defesa Civil

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional aprovou, em 20 de maio, a permissão para que os contribuintes – pessoa física ou jurídica – deduzam do Imposto de Renda as contribuições em dinheiro feitas à Defesa Civil em caso de calamidade pública. A medida está prevista no projeto de lei nº 4.466/08, do deputado Milton Monti (PR-SP), e contou com parecer favorável do relator da comissão, o deputado Antonio Feijão (PSDB-AP). Segundo o relator, apesar das medidas de prevenção e minimização de desastres serem um dever do Estado, as ações voluntárias devem ser estimuladas no país, principalmente porque a estrutura de Defesa Civil ainda não está adequadamente instalada em todo o Brasil.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

Antônio Cruz/ABr



O MDS promove o 2º Encontro Nacional da População em Situação de Rua

## Direitos da população de rua

Em 19 de maio, foi realizado em Brasília o 2º Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. O evento, iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), reuniu cerca de 300 pessoas para debater a proposta de política nacional para esse segmento da população. Foram definidos princípios, diretrizes e ações estratégicas que visam à defesa e garantia dos direitos dessas pessoas. Em 2007, o Ministério realizou a contagem dos moradores de rua de 60 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes. O levantamento apurou as condições de vida dessa população, como existência de registro civil, nível de escolaridade, origem e saúde, entre outras informações.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Elza Fiúza/ABr



O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, assina a Declaração Universal do Bem-Estar Animal

## Declaração Universal de Bem-Estar Animal

A campanha internacional pelo reconhecimento mundial do bem-estar animal junto à ONU ganhou um forte aliado: o Ministério do Meio Ambiente (MMA), quando o ministro Carlos Minc assinou seu apoio por uma Declaração Universal de Bem-Estar Animal. O ministro abriu a cerimônia de assinatura, realizada em 13 de maio, lembrando seu envolvimento com a causa da proteção animal. Minc disse que não podia se furtar a assinar o documento, tanto como cidadão quanto como ministro responsável pelo imenso patrimônio da fauna silvestre brasileira. Ele prometeu também ao diretor da Sociedade Mundial de Proteção Animal no Brasil, Antônio Augusto Silva, apresentar o documento ao presidente Lula e convencê-lo das vantagens de nosso país também se tornar um signatário.

[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)  
[www.wspabrazil.org](http://www.wspabrazil.org)

Antonio Cruz/ABr



Prisão no município de Águas Lindas, em Goiás, que passou pelo mutirão carcerário

## Mutirões carcerários

Com a participação das corregedorias dos tribunais de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das secretarias estaduais de Justiça e de Segurança, dos conselhos penitenciários e de grupos de direitos humanos, os mutirões de carceragem estão sendo realizados desde agosto do ano passado para libertar presos que já tinham cumprido pena e ainda estavam detidos. Até agora, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 3.081 presos foram soltos em oito estados do Brasil. Segundo o coordenador da iniciativa, Eivaldo Ribeiro dos Santos, o objetivo é criar a cultura da revisão das prisões, já que um dos problemas verificados é a demora para soltar os presos. Eivaldo completa que a demora varia conforme o congestionamento de processos e a informatização dos procedimentos da vara.

[www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br)



Crispim Moreira, secretário nacional de Segurança Alimentar



Mara Gabrielli, Roberto Bezeza, secretário adjunto da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, e José Rubens

## Cotas em programas profissionalizantes

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovou emenda do Senado ao projeto de lei nº 832/03, do deputado Sandes Júnior (PP-GO). O projeto determina que pelo menos 20% dos recursos alocados em ações de qualificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, sejam reservados para negros e pardos. As mudanças sugeridas pelos senadores estabelecem que a cota criada seja compartilhada entre homens e mulheres afro-descendentes. O objetivo é que seja assegurada às mulheres participação pelo menos igual à que têm no segmento da população que se quer beneficiar. Além disso, a expressão "raça" foi excluída do texto.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## Conselho de Defesa dos Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovou em 20 de maio o aumento de 13 para 24 no número de integrantes do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão vinculado ao Ministério da Justiça que atua na promoção e defesa dos direitos humanos no país. A medida consta do projeto de lei nº 4.574/09, do Executivo, e recebeu parecer favorável do deputado Pedro Wilson (PT-GO), o qual apresentou emenda de redação sem alterar seu teor. O relator destacou que o projeto tem como objetivo atualizar a composição do conselho, em linha com o que determina a ONU e a nova realidade política do país.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## Programas são apresentados em reunião e seminário na Europa

Os programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foram destaque em dois eventos internacionais. A reunião do Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Genebra (Suíça) nos dias 6 e 7 de maio, teve a participação da secretária-executiva adjunta do MDS, Rosilene Rocha. Já o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, foi um dos convidados do Seminário Internacional: A Necessidade de Regular Mercados Agrícolas, que ocorreu em Bruxelas (Bélgica) nos dias 4 e 5 de maio. Moreira relatou as experiências do MDS na execução de políticas de segurança alimentar.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

## Cohab quer implantar desenho universal

Em debate realizado em junho na Câmara Municipal de São Paulo, que reuniu representantes da Cohab-SP e da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, foi discutido, entre diversos temas, o conceito de desenho universal. O conceito, que democratiza ambientes, serviços e produtos a todas as pessoas, foi apresentado como a meta da Cohab-SP para seus próximos projetos. José Rubens, diretor comercial, afirmou que "a Cohab já cumpre a lei no sentido de garantir a quantidade de unidades adaptadas, mas já estuda maneiras de estreitar relações com o Conselho de Deficientes para desenvolver produtos específicos para o segmento". Atualmente, 5% das unidades são reservadas para o atendimento de pessoas com deficiência, e toda a área útil dos empreendimentos é totalmente acessível.

[www.cohab.sp.gov.br](http://www.cohab.sp.gov.br)

## Trabalho infantil

De acordo com estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 100 milhões de meninas trabalham em todo o mundo. Desse total, aproximadamente 53 milhões são vítimas de exploração sexual comercial e são submetidas ao regime de servidão, duas das piores formas de trabalho infantil. Esses dados estão no relatório *Demos uma Chance às Meninas*, e mostra também que, do total de meninas que trabalham, 20 milhões têm menos de 12 anos e a maioria realiza trabalhos agrícolas. No setor de serviços, que inclui trabalho doméstico, as crianças do sexo feminino representam 30%.

[www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br)

## Protocolo Verde

O Banco Central aderiu em maio ao Protocolo Verde, acordo firmado com bancos públicos e privados para a implementação de um pacote de medidas socioambientais no setor. A carta de intenções prevê, inclusive, que os bancos públicos deixem de financiar projetos e empreendimentos que apresentem problemas ambientais. Um novo encontro ficou acertado, dessa vez incluindo a Federação dos Bancos do Brasil (Febraban), quando serão definidas as regras de acompanhamento dos primeiros resultados. As instituições vão produzir relatórios sobre as medidas sustentáveis que vêm adotando, de acordo com proposta que será analisada na próxima reunião.

[www.bc.gov.br](http://www.bc.gov.br)

Divulgação



Participantes do fórum discutem temas como nutrição e bem-estar

## Iniciativas em nutrição, água e desenvolvimento rural

A Nestlé anunciou três novas iniciativas empresariais com o objetivo de criar parcerias com governos, ONGs e pequenas empresas. O anúncio ocorreu durante o fórum sobre o conceito *Creating Shared Value* (Criação de Valor Compartilhado), em Nova York, em colaboração com a Organização das Nações Unidas para Parcerias e da Missão da Suíça para as Nações Unidas. As iniciativas incluem um programa de educação expandida focado na nutrição, saúde e bem-estar para crianças em idade escolar em todo o mundo; um centro de pesquisa e desenvolvimento na África; e um novo Prêmio Nestlé sobre Criação de Valor Compartilhado, oferecido a cada dois anos para fomentar abordagens inovadoras que busquem soluções para problemas de nutrição, água e desenvolvimento rural.

[www.nestle.com](http://www.nestle.com)

Divulgação



Fábio Barbosa, presidente do Grupo Santander Brasil, e Patrícia Francis, do ITC, assinam parceria

## Parceria com agência da ONU

Em 28 de abril, o Grupo Santander Brasil e o International Trade Centre (ITC) assinaram um acordo de cooperação técnica para reunir experiências das duas instituições em prol do desenvolvimento sustentável do turismo no Brasil. Foram delineadas 14 metas a partir dessa parceria, as quais englobam aspectos econômicos, ambientais e sociais, como a qualificação e inclusão de jovens no mercado de trabalho, fortalecimento da comunidade local, incentivo à adoção de critérios de sustentabilidade por estabelecimentos comerciais e preservação da biodiversidade. A contribuição do Grupo Santander Brasil está fundamentada na experiência adquirida a partir do Programa Turismo Real, caracterizado como um movimento para o desenvolvimento sustentável. Já o ITC e a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas reúnem experiências voltadas à redução da pobreza nos destinos turísticos.

[www.santander.com](http://www.santander.com)

Divulgação



Doação na Fundação Pró-Sangue

## Incentivo à doação de sangue

A operadora de telefonia Claro firmou nova parceria com a Fundação Pró-Sangue com o objetivo de incentivar o aumento no número de doações. A partir de junho, aproximadamente 1,9 milhão de clientes da operadora, pré e pós-pagos, receberão mensagens via SMS incentivando a doação de sangue. Em 2008, a ação conquistou um aumento de 80% no número de doações e o restabelecimento do estoque da Fundação. A parceria também contempla o programa Claro Recicla. Uma urna de coleta de celulares e baterias foi instalada no Posto Clínicas, fortalecendo a conscientização do público local em relação à importância da reciclagem de celulares.

[www.claro.com.br](http://www.claro.com.br)  
[www.fundacaoprosangue.sp.gov.br](http://www.fundacaoprosangue.sp.gov.br)

Divulgação



Transmissão de energia elétrica com o reaproveitamento dos óleos isolantes

## Transmissão sustentável

A Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) vem ampliando seu compromisso pela sustentabilidade. Os óleos isolantes, utilizados nos transformadores de energia elétrica, já estão sendo reaproveitados no processo de transmissão. Por meio da tecnologia de regeneração, que permite que o óleo readquira suas propriedades iniciais, em 2008 a companhia conseguiu reutilizar 2 milhões de litros desse óleo nos próprios transformadores, sem interrupção da operação dos equipamentos. Além de gerar economia de R\$ 2 milhões e preservar o meio ambiente, a CTEEP foi a primeira concessionária do setor elétrico brasileiro a implementar esse tipo de tecnologia.

[www.cteep.com.br](http://www.cteep.com.br)

Powerlight Corporation



Vista parcial de instalação solar de 28 mil metros quadrado em unidade da Chevron em West Sacramento, Califórnia

Divulgação



Recipiente para o descarte de pneus a serem reciclados

## Ajuda aos Estados do Nordeste

A rede de supermercados Carrefour lançou, em maio, campanha de solidariedade aos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí, fortemente afetados pelas chuvas. Até 30 de maio, todas as lojas da rede na cidade de São Paulo funcionaram como postos de arrecadação de alimentos não perecíveis, kits de higiene, fraldas descartáveis e roupas de cama. Todo o material arrecadado foi entregue à Cruz Vermelha, que coordenou a distribuição entre as regiões atingidas. Além da captação de produtos doados, o Carrefour também entregou, por meio da Fundação Internacional Carrefour (FIC), um total de 90 toneladas de alimentos.

 [www.carrefour.com.br](http://www.carrefour.com.br)

## Energia a partir de congestionamentos

A empresa israelense Innowattech encontrou um modo de produzir energia a partir da pressão dos veículos no piso durante os congestionamentos. A Innowattech deve implantar o projeto em 2010 nas principais cidades do mundo, começando pelas israelenses e norte-americanas. A empresa trabalha atualmente em um programa-piloto para instalar os geradores em shoppings e no metrô de Nova Iorque para captar a energia do movimento de pedestres. Segundo porta-vozes da empresa, uma avenida com menos de 1,6 km, quatro faixas e por onde cerca de mil veículos circulam por hora pode criar cerca de 0.4 mw de potência, o suficiente para alimentar 600 casas.

 [www.innowattech.co.il](http://www.innowattech.co.il)

## Empresa verde

A Chevron Energy Solutions, unidade da Chevron Corporation, recebeu o Green Business Award 2009, do San Francisco Business Times (SFBT), na categoria *Best Green Service* (melhor prestadora de serviços verdes). A empresa foi reconhecida pelo desenvolvimento de projetos inovadores e sustentáveis que proporcionam economia de energia e custos por meio de projetos de melhoria nas instalações economizadoras de energia, conservação e energia renovável para empresas e instituições públicas. O SFBT recebeu perto de 200 indicações para o prêmio de empresas verdes deste ano.

 [www.chevronenergy.com](http://www.chevronenergy.com)

## Reciclagem de pneus

A bicicleta agora é um veículo de transporte 100% reciclável no Brasil. A Caloi, empresa líder no país, lançou um projeto para a reciclagem de pneus de bicicletas. Essa iniciativa tem o apoio do Instituto Via Viva, que tem como objetivo preservar a vida promovendo o desenvolvimento profissional e a geração de renda para pessoas com deficiência. Além disso, o projeto contribui para o meio ambiente, uma vez que a bicicleta é um meio de transporte que não emite gás carbônico. Todos os pneus arrecadados são encaminhados aos Ecopontos Via Viva, nos quais pessoas com deficiência mental e/ou física ou em situação de risco social, capacitadas pela Avape, fazem a triagem do resíduo. O material é armazenado temporariamente e enviado ao centro de reciclagem.

 [www.caloi.com](http://www.caloi.com)

## Natura leva prêmio Sustentabilidade

Antes de o mercado incorporar ações de sustentabilidade ao valor das empresas, a Natura já era pioneira entre os fabricantes de cosméticos no uso de refis em alguns de seus produtos. Medidas como essa, que reduzem em aproximadamente 20% a necessidade de utilização de recursos naturais nas embalagens, garantiram à companhia o prêmio Destaque Agência Estado Empresas Sustentabilidade. A empresa também conquistou a primeira posição na premiação entre as 199 empresas analisadas e o Destaque Novo Mercado. A Natura segue na meta de reduzir em 33% as emissões de gases do efeito estufa entre os anos de 2007 e 2011. No ano passado, foram eliminadas 3% das emissões no Projeto Carbono Neutro, criado para reduzir e compensar os gases lançados no meio ambiente.

 [www.ae.com.br/hs/AEEmpresas/index.php](http://www.ae.com.br/hs/AEEmpresas/index.php)  
[www.natura.net](http://www.natura.net)

## Coca-Cola reduz emissões

A Coca-Cola Company divulgou em 14 de maio sua mais nova garrafa, produzida parcialmente por plantas, recurso menos dependente de fontes não renováveis, e que reduz as emissões de carbono comparadas às garrafas produzidas à base de petróleo. A "garrafa verde", como foi batizada, é uma mistura entre materiais à base de petróleo e 30% de produtos elaborados por meio de plantas e cana de açúcar. Levantamento realizado pela Imperial College London sobre o ciclo de vida do produto afirma que as novas garrafas reduzem em aproximadamente 25% as emissões de carbono, comparadas às tradicionais garrafas PET.

 [www.coca-cola.com](http://www.coca-cola.com)

Divulgação



Uma das imagens da exposição em homenagem a Ayrton Senna

## Homenagem ao Instituto Ayrton Senna

Ayrton Senna, um dos maiores ídolos do povo brasileiro, deixou um extraordinário legado para o Brasil: o Instituto Ayrton Senna, que comemora, em 2009, 15 anos de trabalho no desenvolvimento do potencial das novas gerações por meio de uma educação de qualidade. Para homenagear Ayrton Senna e celebrar o sucesso da atuação filantrópica, foi organizada a exposição *Arte para um Mito*. A exposição aconteceu de 27 de abril a 30 de maio, no Conjunto Nacional, em São Paulo, e contou com esculturas e pinturas de 50 artistas, um para cada ano de vida do Conjunto Nacional, além de obras criadas por atendidos por ONGs como Apae-SP, Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Graacc), Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural, Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara) e também pelo Instituto Ayrton Senna.

<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna>

Divulgação



Claudia Bonfiglioli, uma das fundadoras da Casa Hope, e a cantora Maria Rita durante inauguração

## Casa Hope inaugura nova sede

A Casa Hope, referência desde 1996 como instituição de apoio a crianças e adolescentes carentes portadores de câncer, inaugurou, em 12 de maio, sua nova sede, instalada em um terreno doado pelo Governo do Estado de São Paulo de cerca de 6 mil m<sup>2</sup> no bairro Planalto Paulista. A nova sede, que teve sua capacidade de atendimento ampliada em 33%, possui três pavimentos com 188 leitos, área exclusiva para atender transplantados, dois refeitórios, biblioteca, ampla área de lazer, salão para eventos, brinquedoteca, sala de artes, três salas de aula, duas salas de TV, duas salas de leitura e de convivência. Nesse novo ambiente, as crianças e adolescentes e seus acompanhantes terão, em um único espaço, todos os recursos para uma melhor recuperação e socialização durante o período do tratamento.

[www.hope.org.br](http://www.hope.org.br)

Claudia Perroni



Participantes da conferência durante mesa-redonda

## Conferência Internacional Ethos 2009

A Conferência Internacional do Instituto Ethos deste ano teve como foco principal as transformações pelas quais estamos passando nas esferas social, ambiental e econômica. Com o tema "Rumo a uma nova economia global: a transformação das pessoas, empresas e sociedade", o evento propôs a união de forças, habilidades e potenciais para equacionar os problemas que o planeta Terra atravessa. O evento contou com a participação de profissionais e estudiosos conceituados, tendo o cuidado de apresentar a pluralidade de visões e possibilidades que uma gestão sustentável oferece em cada nicho de atuação. Simultaneamente à conferência, foi realizada a 2ª Mostra de Tecnologias Sustentáveis, que apresentou novidades como energias alternativas, retirada do CFC de refrigeradores, metodologia diferenciada para reciclagem de garrafas PET, recuperação de calor e iluminação inteligente.

[www.ethos.org.br/ci2009](http://www.ethos.org.br/ci2009)

Divulgação



Uma das mesas de discussão ocorridas durante o Unomarketing

## Comunicação Consciente

Entre 2 e 4 de junho, profissionais de marketing e comunicação se reuniram no evento *Unomarketing – Comunicação Consciente: Feira e Seminário Internacional de Marketing Sustentável*, realizado em São Paulo para discutir o papel do setor na conscientização socioambiental dos brasileiros. O Unomarketing, evento inédito no país, propôs a imersão em questões relacionadas ao papel e lugar de cada uma das partes integrantes da cadeia que compõe o mercado de comunicação e marketing. A feira, que aconteceu simultaneamente ao seminário, apresentou empresas, como a **Revista Filantropia**, que fazem parte da cadeia produtiva de comunicação e marketing e atuam de modo consciente e sustentável por intermédio de seus produtos, serviços ou projetos inovadores.

[www.unomarketing.com.br](http://www.unomarketing.com.br)



Exposição do Projeto Tamar durante o Viva a Mata 2009



Acervo Mariposa exposto em Berlim

## Campanha da ONU encerra com mais de 400 mil votos

No ar desde 1º de março, a Campanha Brasil Ponto a Ponto foi encerrada em 15 de abril com mais de 400 mil participações. Entre todos os que responderam à pergunta da campanha – “o que o Brasil precisa mudar para sua vida melhorar de verdade?” –, cerca de 60% são jovens e um em cada quatro acredita que a educação é a área que merece mais atenção da sociedade e do governo. A campanha é uma iniciativa pioneira do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU para o desenvolvimento que ouviu brasileiros de todas as regiões para saber opiniões sobre as mudanças necessárias para que a vida da população melhore efetivamente.

[www.brasilpontoaponto.org.br](http://www.brasilpontoaponto.org.br)

## Prêmio Escola Voluntária

Lançado em abril durante cerimônia no Museu da Casa Brasileira, em São Paulo, o *Prêmio Escola Voluntária* chegou à sua nona edição. O objetivo da premiação é incentivar e reconhecer instituições de ensino responsáveis por projetos sociais que promovam o trabalho voluntário entre seus alunos. Desde sua criação, em 2001, o prêmio recebeu inscrições de 2.540 escolas. A nona edição do prêmio contou com o apoio do jornalista Marcelo Tas, que no ano anterior foi o apresentador da cerimônia de premiação. Neste ano, ele abraçou a causa do voluntariado e participou de maneira ainda mais ativa. Além de gravar as chamadas de rádio e o comercial para a TV, ele foi o mestre de cerimônia do evento de lançamento.

[www.fundacaoitausocial.org.br](http://www.fundacaoitausocial.org.br)

## Evento reúne diversas atividades sobre a Mata Atlântica

A Fundação SOS Mata Atlântica promoveu em São Paulo o *Viva a Mata 2009*, mostra de iniciativas e projetos em prol da Mata Atlântica, entre os dias 22 e 24 de maio. O evento teve como objetivos comemorar o Dia Nacional da Mata Atlântica, informar e conscientizar a sociedade. Para tanto, uma intensa programação gratuita foi oferecida, com estandes temáticos, palestras e debates, oficinas, peças de teatro, entre outras atividades. Também foi realizada a exposição de cerca de cem projetos de conservação da Mata Atlântica da própria fundação e de ONGs de todo o país, além do Espaço Arena, onde aconteceram atividades físicas, bate-papo com celebridades, jogos, rodas de conversa, entre outras apresentações.

[www.sosma.org.br](http://www.sosma.org.br)

## Acervo Mariposa mostra seu projeto em Berlim

O Acervo Mariposa, projeto patrocinado pela Petrobras que tem como principal objetivo a criação de uma videoteca pública especializada em dança, participou em abril da quarta edição do *Brasil Move Berlim – Festival de Dança Contemporânea Brasileira*, realizado na capital alemã. Criado em 2003 e realizado bianualmente na Alemanha, o evento contou com a participação de 12 grupos brasileiros, além de nove pesquisadores ministrando palestras sobre temas que envolvem a dança no Brasil e no mundo. O Acervo Mariposa esteve no evento divulgando sua iniciativa pioneira de criação e ampliação de uma videoteca pública especializada em dança, solidificando sua política de difusão e acesso à dança.

[www.acervomariposa.com.br](http://www.acervomariposa.com.br)

## Crise afeta mercado de carbono

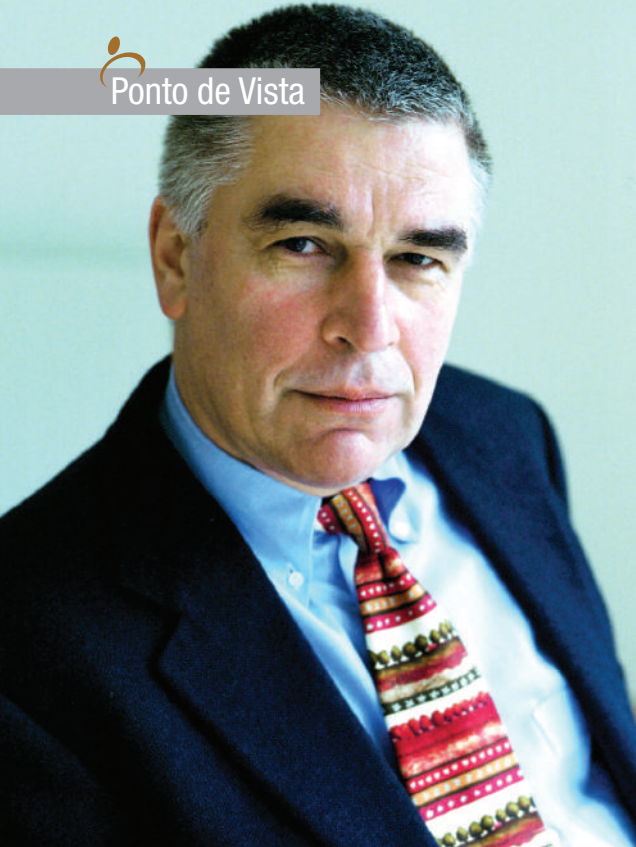
O comércio voluntário de créditos de carbono apresentou queda de 70% durante os dois primeiros meses de 2009 comparado ao mesmo período do ano anterior, segundo levantamento realizado pela New Energy Finance. O preço dos créditos também caiu 30%. A maior ameaça é para os pequenos projetos desenvolvidos para melhorar as condições de vida das comunidades em países em desenvolvimento. Nos tempos do *boom* econômico, as empresas se satisfaziam em investir em projetos sociais. Mas os varejistas de crédito de carbono afirmam que projetos sociais são os mais afetados pela crise econômica, enquanto as companhias concentram seus investimentos em projetos com maiores impactos ambientais.

[www.newenergyfinance.com](http://www.newenergyfinance.com)

## Aquecimento global em alta

Nove em cada dez cientistas climáticos não acreditam que esforços políticos possam limitar o aquecimento global em 2°C, que representa a média de aquecimento desde a revolução industrial, segundo levantamento do jornal britânico *The Guardian*. De acordo com os especialistas ouvidos, espera-se um aumento de 4º a 5ºC até o final deste século, contribuindo para a potencialização das emissões de carbono. As mudanças podem diminuir a disponibilidade de alimentos e água, exterminar milhares de espécies de plantas e animais e elevar o nível do mar a ponto de engolir centenas de milhares de casas. O levantamento chega quando a ONU negocia um novo tratado global de regulação das emissões de carbono, a fim de elaborar um documento sucessor para o Protocolo de Kyoto, cuja primeira fase expirará em 2012.

[www.guardian.co.uk](http://www.guardian.co.uk)



# Meio ambiente em pauta

Diretamente da Holanda, diretor executivo do Greenpeace Internacional assume postura otimista frente à situação ambiental do planeta

Por Thaís Iannarelli

**G**erd Leipold, nascido em uma pequena cidade da Alemanha em 1951, formou-se em Física pela Universidade de Munique. Depois, continuou os estudos em Hamburgo, onde se dedicou à oceanografia e à meteorologia.

De 1981 a 1990, Gerd atuou como diretor no Greenpeace da Alemanha. À época, a organização local passou de um pequeno grupo de voluntários à maior organização de meio ambiente do país – com mais de 80 funcionários, 400 mil colaboradores e uma renda anual de € 25 milhões. Em 1987, ele também assumiu a coordenação da campanha de desarmamento do Greenpeace Internacional, que lutava contra o teste de armas nucleares.

Entre 1993 e 2001, Gerd Leipold se afastou da organização para se tornar diretor de uma empresa inglesa de consultoria e apoio a organizações sociais, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Oxfam, Action Aid, entre outras.

Em 2001, voltou ao Greenpeace Internacional e, até hoje, atua como ativista e diretor executivo da instituição. Em entrevista exclusiva à **Revista Filantropia**, Gerd fala sobre ações da organização, os problemas do meio ambiente e a posição do Brasil em relação a esse cenário.

**Revista Filantropia: Como e quando você começou a atuar na área do meio ambiente?**

**Gerd Leipold:** Considero-me um tipo de membro “atrasado” do movimento estudantil de 1968, na Alemanha. Isso porque sempre fui interessado em política e no ativismo, mas nunca gostei muito das políticas estudantis. Eu fazia parte de um movimento antinuclear nos anos 1970 e, quando o Greenpeace começou a atuar na Europa nessa época, também era cientista. Eu achava que não era tão bom o fato de que todos os cientistas trabalhassem para o governo, e foi aí que decidi ajudar o Greenpeace como voluntário. Isso aconteceu em 1980. A partir de 1983, comecei a trabalhar efetivamente na organização.

**RF: Como você descreveria o trabalho do Greenpeace em relação à atuação de outras organizações ligadas ao meio ambiente?**

**GL:** Temos muitas coisas em comum, mas com algumas diferenças. Uma delas é que somos uma organização realmente global, estamos em todas as partes. Também agimos de acordo com um programa, temos políticas em comum. Uma das maiores diferenças, sob o meu ponto de vista, é que não aceitamos dinheiro de governos ou do setor privado. Isso significa que podemos desafiar e não precisamos fazer favores para eles. Podemos confrontar, mas também, quando cooperamos, o fazemos pelo interesse do meio ambiente, e não porque esperamos doações de uma empresa, por exemplo. Além disso,



todos no mundo conhecem o trabalho do Greenpeace, e isso, para nós, é algo muito especial.

**RF: Atualmente, as pessoas estão mais cientes dos problemas do planeta do que, por exemplo, há dez anos. Você acha que essa conscientização está mudando o comportamento da sociedade?**

**GL:** Sim, concordo plenamente com isso. Atualmente, muitas pessoas que nunca pensaram nos perigos que as florestas corriam, hoje, quando compram móveis ou madeira, perguntam se os produtos são sustentáveis; ou, ao comprar aparelhos eletrônicos, questionam sobre o gasto de energia. Então, acredito que existe uma mudança no comportamento consumista. Claro que não com todos, mas com muitas pessoas que não haviam pensado nisso antes. Agora, o que temos de nos perguntar é se essa mudança de comportamento é suficientemente forte para lidar com os problemas que estamos enfrentando.

**RF: Em relação ao Brasil, fala-se muito sobre os biocombustíveis derivados de plantas e sementes. Qual é a sua opinião sobre essa fonte alternativa de energia?**

**GL:** Inicialmente, é importante dizer que a energia renovável é aquela que vem de fontes que “se repõem”. Este é o princípio, que depende também de como o processo é feito. Por isso, considero o termo biocombustível errado – o correto seria “agrocombustível”, para melhor subsidiar o setor da agricultura e seu desenvolvimento. Mas, em relação ao seu uso, a primeira coisa que os biocombustíveis devem fazer é reduzir a emissão de CO<sub>2</sub>. Porém, se você tomar como exemplo a União Europeia, essa fonte de energia não cumpre esse papel. Também não concordamos com a monocultura, porque esse tipo de produção é insustentável, da mesma forma que discordamos da transformação de alimento em combustível. Porém, de todos os produtores de biocombustíveis do mundo, acredito que o Brasil esteja entre os melhores.

**RF: Quais são as ações que o Greenpeace tem empreendido atualmente?**

**GL:** A prioridade é a alteração climática, e estamos muito mobilizados para a conferência que acontecerá em Copenhague, na Dinamarca, no fim do ano. Lá, nossa meta é conseguir que os países ricos se comprometam a reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>, fato que nos ajudará a manter a mudança climática em menos de 2°C. Também tentaremos incentivar os países desenvolvidos a disponibilizar fundos para que os países mais carentes possam reduzir suas emissões e lidar com a adaptação às mudanças climáticas. Além disso, estimularemos os países em desenvolvimento a continuarem seguindo em frente. Outro fato que prezamos muito atualmente é a proteção às florestas.

**RF: Você acha que, no ponto em que estamos, é possível resolver os grandes problemas ambientais da Terra?**

**GL:** Certamente espero que sim, e trabalho para isso! Acho que o fato de as pessoas terem mais informação agora do que no passado ajuda muito, e essa preocupação com o meio ambiente está em todos os lugares do mundo. Então, temos visto melhorias, já resolvemos algumas coisas. Por exemplo, o problema da camada de ozônio está sendo discutido pela comunidade internacional. Identificamos os problemas, conduzimos o protocolo e tentamos resolvê-los. Se você analisar a poluição dos rios, principalmente em áreas industrializadas, a situação melhorou muito. Temos bons exemplos, mas também sabemos que estamos nos distanciando da solução para alguns dos maiores problemas ambientais, como as mudanças climáticas, a questão da água e a pesca predatória nos oceanos; tais problemas se tornam cada vez maiores. Por isso, acho que, como ativistas do Greenpeace, devemos ser otimistas, porque a melhor energia é o entusiasmo humano para resolver problemas. Dessa forma, não basta que os jovens tenham acesso a informações; é mais importante que encontrem alguma causa para se engajarem. 🌱

“Como ativistas do Greenpeace, devemos ser otimistas, porque a melhor energia é o entusiasmo humano para resolver problemas”

Link   
www.greenpeace.org

# ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social



# Mobilização de indivíduos: é preciso pedir

Doadores individuais podem colaborar fortemente para a sustentabilidade das organizações



Flavia Revkolevsky

[flavia.lang@plan-international.org](mailto:flavia.lang@plan-international.org)

Formada em administração de empresas pela Faap, tem mais de dez anos de experiência no Terceiro Setor. Atualmente, é gerente de mobilização de recursos da Plan e foi gerente de desenvolvimento institucional do Greenpeace e de comunicação e marketing da Care.

**S**empre escuto a afirmação de que os brasileiros, individualmente, não doam recursos financeiros. Algumas pesquisas apontam que, no Brasil, 80% dos recursos financeiros doados são provenientes de empresas e, de acordo com o Mapa do Terceiro Setor, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2005, somente 13% das doações para ONGs eram realizadas por indivíduos.

Nos Estados Unidos e na Europa, aproximadamente 80% dos recursos das organizações são provenientes de indivíduos. Se perguntarmos aos brasileiros por que eles não doam, a resposta é clara: ninguém nunca pediu. Essa é uma ótima notícia, pois significa que temos um vasto campo inexplorado, muitas oportunidades e, principalmente, muitas pessoas querendo ajudar.

O principal fato é que a vontade dos indivíduos de contribuir com uma causa existe e as organizações podem supri-la, afinal, todas precisam de recursos financeiros para o desenvolvimento de seus programas. Entretanto, muitas organizações não almejam doadores individuais, pois acreditam que seja uma forma lenta e de alto custo para obter recursos. Eu acredito que esse seja o maior paradigma a ser quebrado, principalmente em tempos de crise financeira.

Construir uma base de doadores individuais significa também trabalhar para a legitimidade e a sustentabilidade da organização. É um processo longo, que

exige investimento e, para ter bons resultados, deve ser contínuo. Então, como começar?

## Testes

Não existe uma fórmula secreta sobre como mobilizar recursos com indivíduos, mas existe uma palavra-chave: teste. Para encontrar o mix de atividades que é mais rentável para a organização, é necessário testar, avaliar, ajustar e testar novamente até encontrar o caminho. E, depois de encontrar, continuar testando. Os testes nunca acabam, eles se transformam. Cada organização desenvolve programas de forma diferente, e isso deve estar refletido na forma como engajamos os indivíduos.

Existem diversos canais, como mala direta, telemarketing, internet e *face to face*. Cada um tem seus pontos fortes e fracos, custos e retornos diferentes. O mix adequado das ferramentas de mobilização de recursos é o que trará resultados.

## Engajamento

Juntamente com os canais, é preciso identificar também a forma correta de comunicar a causa e a organização. Esse também é um ponto extremamente importante. O que significa mobilizar recursos com indivíduos? Na minha opinião, é uma forma de mobilização social. É uma forma de engajar as pessoas em algum tema, é fazê-las participar de uma transformação. Alguns querem



participar mais, outros menos; entretanto, é preciso abrir canais.

Comecei a trabalhar na área de mobilização de recursos com indivíduos há cerca de dez anos e, até hoje, lembro-me das primeiras palavras do meu “guru” sobre a essência de mobilização de recursos: engajamento público com uma causa. Mobilização de recursos com indivíduos é a consequência natural da mobilização social para uma determinada causa.

## Comunicação

Em outras palavras, a organização precisa contar bem uma história que traduza o seu trabalho de forma envolvente, que toque e mobilize o indivíduo a agir e querer fazer parte dessa transformação. É despertar em cada indivíduo o poder que ele tem com uma doação pequena que, somada a muitas outras, faz a diferença. É papel da organização pedir, pois, como vimos no início, a principal razão da não doação é a falta de pedido. Precisamos pedir, e direito, de forma profissional, utilizando os meios corretos e as mensagens adequadas.

Depois da primeira doação, é necessário continuar a desenvolver o relacionamento com esse doador para que ele queira continuar participando.

Diferentemente de grandes doadores e empresas que normalmente nos permitem ter um contato pessoal, precisamos criar as ferramentas necessárias para uma boa comunicação com milhares de pessoas. A comunicação, apesar de ser para muitos, precisa ser pessoal. Esse também é um grande desafio. Conhecer o doador e suas expectativas é fundamental.

## Legitimidade e transparência

Além do apoio financeiro, essencial para o desenvolvimento da organização, muitos indivíduos que doam pouco também contribuem para a legitimidade da organização, uma vez que seu trabalho está respaldado por pessoas que acreditam que aquela forma de trabalhar faz a diferença. Esse trabalho também ajuda na geração da credibilidade da organização junto a outros atores sociais, para fortalecer a marca, divulgar os programas da

organização e apoiar a mobilização de recursos com os setores público e privado.

Além disso, contribuí para aumentar a eficiência e a transparência, pois a organização fica cada dia mais aberta ao público que, por sua vez, está cada vez mais exigente. Com as novas formas de comunicação, mais rápidas e interativas, os doadores têm mais acesso à informação. Atualmente, temos de propiciar não só uma forma de receber os recursos e prestar contas, mas mais oportunidades de acompanhamento de projetos e participação. A organização precisa ter uma base sólida de trabalho, mostrar resultados e ser transparente.

## Sustentabilidade

Somente as grandes organizações podem trabalhar com doações individuais? Não. Todas as organizações podem trabalhar com doadores individuais. Cada uma tem de descobrir qual é a maneira mais adequada de implementar e desenvolver esse trabalho. Entretanto, não podemos esquecer algumas coisas. A primeira é a necessidade de haver um planejamento, consistência nas ações e investimento. O ideal é começar pequeno e realizar testes para descobrir o caminho adequado e, assim, crescer de acordo com os resultados. A mensuração de resultados é muito importante para descobirmos se um programa com doadores individuais está funcionando. Lembre-se, um programa com doadores individuais é uma decisão organizacional, não somente da área de mobilização de recursos, por isso envolve uma mudança organizacional também.

## Persistência

Quando falamos de construção de base de doadores e sustentabilidade, estamos falando de resultados em longo prazo. Em um processo de mudança de uma determinada realidade, é necessário que todos os atores estejam envolvidos para a criação de um futuro diferente. Não desista na primeira tentativa. A palavra-chave é testar, testar e testar; testar os canais e a mensagem de diferentes maneiras. Quando a organização achar a sua fórmula, vai crescer com sustentabilidade. 🍷

Mobilizar recursos com indivíduos é uma forma de mobilização social. É uma forma de engajar as pessoas em algum tema, é fazê-las participar de uma transformação



# Incentivo à cultura

Mudanças na legislação procuram difundir acesso à cultura pelo país



Michel Freller

[michel@criando.net](mailto:michel@criando.net)

Administrador pela Fundação Getúlio Vargas, palestrante, facilitador, consultor, professor, vice-presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e diretor da consultoria Criando Atividades Alternativas.

**S**em dúvida a nova lei da Cultura tem muitos aspectos positivos, bem como uma análise do passado bastante adequada. Este artigo tem o objetivo de discutir alguns aspectos e sugerir melhorias. Que a cultura é acessada por pequena parte da população com concentração no Sudeste não é novidade, mas lembremos que, provavelmente, sem as leis de incentivo o cenário seria pior. A visitação de museus, a venda de livros e o acesso a filmes equiparam o Brasil aos países em desenvolvimento em pior situação financeira e nos deixa sem argumentos com nossos vizinhos latino-americanos. Cabe à televisão ser o grande difusor da cultura no Brasil. Porém, essa situação não será alterada com as modificações propostas e, infelizmente, talvez possa piorar.

Primeiramente, deve haver uma base de dados confiáveis. Os documentos disponíveis em abril mostram informações um pouco díspares sobre os números da cultura. O ministro fala em incentivos de R\$ 1,3 bilhão; porém, os dados do próprio Ministério chegam perto de R\$ 1 bilhão. É uma diferença de 30%, considerada alta estatisticamente.

Os dados da Receita Federal e do Ministério da Cultura (MinC) também não combinam com uma diferença de 10%. Não se esclarece quais valores são relacionados ao Mecenato (lei nº 8.311) e ao Audiovisual. Mas, concordando com o ministro, os valores são muito pequenos para uma área tão importante: menos de 2% de todo o orçamento da União, ou aproximadamente R\$ 2 bilhões. Nesse ponto, a vinda de novas fontes, como a da loteria, é muito bem-vinda, assim como a possibilidade

de financiar um projeto e devolver o valor por meio da venda dos produtos culturais.

Das inovações trazidas com a lei, o limite de 30% para as áreas administrativas, comerciais e de captação como um todo parece muito bom. Falta ainda a regulamentação dessa parte e de toda a lei, mas, se pudermos tirar o estigma de que o captador de recursos é um caçador de recompensas na base dos 10%, seria muito bom. Esse profissional deve ser remunerado como os advogados, contadores etc., ou seja, com um salário pré-determinado, sem risco de não receber pelo trabalho realizado. O vale-cultura é outra novidade muito criativa, que pode ser bem utilizada pelas empresas.

Por outro lado, algumas afirmações são preocupantes. Pelo novo sistema, as renúncias fiscais vão variar de 30 a 100%, de acordo com critérios claros, para orientar a Comissão Nacional de Incentivo. Irão compor esses critérios a relevância cultural, o incentivo à economia da cultura e a acessibilidade a públicos de todas as camadas sociais. Com exceção do último item, é muito difícil criar mecanismos claros para os dois primeiros quesitos. Como e quem julgará a relevância cultural? Com que parâmetros? O que é economia da cultura?

Uma falácia que se afirma é que hoje há incentivos para pessoas jurídicas de 30, 40 e 100%. Na verdade, eles são de 64, 74, 100 e 125%, pois é permitido que os projetos aprovados no artigo 26 sejam considerados como despesa operacional, acrescentando outros 34% de incentivos. Na nova redação da lei, esse mecanismo de considerar despesa ficará proibido.

Sendo assim, que empresa optará por um projeto com 30 ou 40 % de incentivo quando puder escolher um projeto e pagar somente as despesas vinculadas, como aluguel de teatro ou veiculação em jornais, e gozar de uma vantagem fiscal de 34% sem precisar de muita burocracia? As doações para organizações qualificadas como Oscips ou de Utilidade Pública Federal também gozam de 34% de incentivos, mostrando-se de difícil captação.

Por outro lado, os projetos de filmes comerciais conseguem uma economia com impostos que deveria ser abolida, pois permite que uma empresa “ganhe” 25% com impostos se apoiar um projeto pela Lei do Audiovisual, e também por permitir considerar como despesa operacional o valor destinado ao projeto do filme incentivado para efeitos de apuração do Imposto de Renda.

Proponho que tenhamos incentivos de 50 a 100%, com escalas de 10%, e com critérios muito claros para que qualquer pessoa possa julgar, seja por cidade ou Estado, área cultural, população beneficiada ou valor do ingresso, sem entrar em critérios subjetivos.


Outra reclamação do ministro é em relação à quantidade pequena de empresas que utilizam o incentivo. Segundo ele, são 4%, ou seja, somente 8 mil das 200 mil empresas que declaram por lucro real. Na verdade, o número é menor. Segundo os dados do próprio MinC, foram 3 mil empresas em 2008 (1,5% das empresas).

Nessa questão, há mais um equívoco do Ministério: pensar que tais empresas são possíveis investidoras. Porém, o que não se entende é que a maioria das empresas que opta por este regime de pagamento de imposto o faz porque teve prejuízo ou lucro muito pequenos. Para a Cultura, seria muito melhor permitir que as outras 5 milhões de empresas que declaram por lucro presumido pudessem destinar 1% dele para projetos incentivados em sua região. Isso atenderia a dois pontos do diagnóstico. A desconcentração do Sudeste e mais empresas participando da Cultura Nacional.

No entanto, o maior equívoco da nova lei está na criação dos fundos. Para comprovar essa tese, há a experiência de outro incentivo fiscal, o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Fumcad). Quando foi criado, esse incentivo partia da mesma linha dos fundos agora descritos. As empresas deveriam fazer doações de até 1% do Imposto de Renda ao Fumcad para apoiar os melhores projetos em defesa das crianças e adolescentes.

O apoio financeiro foi muito tímido no início, até que a prefeitura de Porto Alegre encontrou uma saída criativa e permitiu que as empresas escolhessem o projeto que gostariam de apoiar. Naquele ano, São Paulo captou R\$ 7 milhões, e, Porto Alegre, cidade dez vezes menor, captou R\$ 15 milhões para seus projetos. Hoje, a maioria das cidades segue o modelo de Porto Alegre, impondo uma pequena participação de 10 a 25% a ser direcionada aos projetos que não conseguem mobilizar empresas e para pagar a burocracia dos fundos, bem como a capacitação de seus membros.

A última sugestão para trazer mais recursos para o Fundo Nacional da Cultura (FNC) está na área administrativa das contas públicas. Ao elaborar o orçamento da União, a Receita Federal prevê o valor que será arrecadado com o Imposto de Renda e separa 4% para não ser utilizado, a não ser por projetos incentivados pelo MinC. No fim do ano, é verificado o valor destinado pelas empresas, e a diferença volta para os cofres da União. O MinC deveria reivindicar que essa diferença fosse depositada no FNC e, assim, capitalizá-la para os projetos de seu interesse. Em 2008, esse valor foi próximo de R\$ 400 milhões, segundo os dados da Receita.

Enfim, seria muito produtivo ter um profissional com especialização tributária em incentivos fiscais e orçamento da União para orientar e assessorar a equipe do MinC na nova redação da Lei de Incentivo à Cultura, após a consulta pública, que foi uma iniciativa muito democrática. Assim, não correremos o risco de ter uma lei muito boa e não ter o apoio da sociedade, suas empresas e cidadãos. 

# 10º

CONGRESSO  
BRASILEIRO DE DIREITO,  
CONTABILIDADE E  
TESOURARIA DO  
TERCEIRO SETOR

2 de Outubro de 2009

Hotel Renaissance  
Alameda Santos, 2.233 - São Paulo  
Tel.: (11) 5102-4654

Inscrições abertas  
[www.economica.com.br](http://www.economica.com.br)

Realização:



# A gestão contábil de sua organização levada a sério

## SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

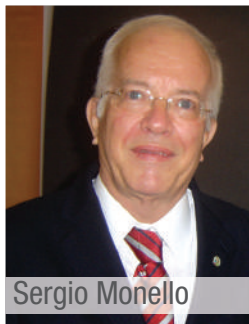
Três décadas  
de tradição, inovação,  
informação e agilidade





# A educação é assistência social?

## Assegurar direitos básicos aproxima as pessoas da plena cidadania



Sergio Monello

[atendimento@sergiomonello.com.br](mailto:atendimento@sergiomonello.com.br)

Advogado, contabilista, professor, Sale-siano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

**D**e acordo com o artigo 1º, da lei nº 8.742/93, a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Pode-se, ainda, afirmar que a assistência social se constitui em um método pelo qual o Estado e a sociedade, organizados de maneira articulada, envidam esforços integrados para que a pessoa humana, por meio de sua inserção social, possa vir a exercer plenamente sua cidadania. E, para atingir esses objetivos, a sociedade e o Estado utilizam-se de recursos humanos, materiais, econômicos e financeiros. O objetivo maior e preferencial da assistência social será sempre atender às pessoas em situação de risco sem, entretanto, deixar de prestar atendimento a quem dela necessitar (artigo 203 da Constituição Federal).

Os mínimos sociais estão previstos no artigo 6º da Constituição Federal (CF), se constituem em objetivos primordiais das ações de assistência social e são os seguintes: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância e assistência aos desamparados. É fundamental que sejam oferecidas a todos os indivíduos, especialmente àqueles em situação de risco e carentes, informações quanto à realidade social, assistência educacional e assistência à saúde. Somente as pessoas com informação, saúde e educação podem fazer valer os seus direitos para o pleno exercício de sua cidadania.

A educação é indubitavelmente um direito social. Nesses anos de vivência profissional junto às entidades do Terceiro Setor, tem-se encontrado grande dificuldade em ver acolhida a educação como efetiva assistência social por inúmeros órgãos públicos.

A CF, em seu artigo 6º, enumera em sentido genérico os direitos sociais do cidadão. Por direitos sociais entendem-se os direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um estado de direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida das pessoas, em especial dos que estão em situação de risco, visando à concretização da igualdade social.

O mesmo artigo 6º, devidamente articulado com outros artigos da CF, assegura os mínimos sociais devidos a todos os cidadãos em respeito à sua dignidade. E entre os mínimos sociais a serem garantidos aos cidadãos está a educação.

A educação abrange o processo formativo que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família (artigo 205 da CF), é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.

Os estabelecimentos de ensino como instrumentos de educação desempenham um papel formador da consciência dos educandos sobre a realidade social.

Neste contexto, os estabelecimentos de ensino, com destaque para as faculdades, centros universitários e universidades, procuram dar condições para que seus educandos recebam uma formação humana e profissional sólida, despertando-os para a responsabilidade e para o compromisso social de se empenharem na transformação da realidade do mundo em que vivemos, objetivando eliminar a miséria, a ignorância e as exclusões sociais a fim de proporcionar a prática da justiça social.

O Brasil ainda é um país que necessita desenvolver a educação. Ela precisa ser reconhecida como efetiva assistência social. Enquanto existirem tantas diferenças sociais gritantes em nosso país, não há como não reconhecer a educação como instrumento de inclusão social e, conseqüentemente, como assistência social.

Todas as etapas do ensino são importantes à inserção social. É preciso muito investimento neste segmento; entretanto, é no ensino superior que se concentra grande parte de recursos aplicados na área educacional.

Para que a educação venha a ser efetivo instrumento de inclusão social, é necessário que haja mais investimentos no campo do ensino fundamental. No entanto, embora sejam grandes os investimentos na área da educação superior, tais recursos ainda são insuficientes às suas necessidades.

Não restam dúvidas que hoje é grande a participação da iniciativa privada no ensino superior, bem como não se pode negar o investimento social que está sendo feito no Brasil por meio da educação; esse investimento é claramente notado pelo expressivo crescimento de faculdades, centros universitários e universidades.

A educação é assistência social na medida em que, pela formação profissional e cultural se procede à inserção social dos indivíduos. As universidades, centros

universitários e faculdades podem promover ações de assistência social educacional, assistência social à saúde e assistência social propriamente dita, além de outras modalidades de promoção da coletividade por meio de seus cursos de graduação, pós-graduação e, em especial, por seus cursos de extensão mediante parcerias firmadas com o Poder Público ou com a iniciativa privada.

Não se pode considerar assistência social tão somente a concessão de bolsas de estudo (gratuidades escolares). O mais importante é ter escolas competentes, de alta qualidade em seu ensino, inexistindo a diferença entre o ensino público e o privado. É importante que, por meio da educação seja investido no homem. O Brasil precisa de mais escolas públicas e privadas, para que a educação por meio do ensino e do processo educativo/formativo do povo brasileiro transforme-se efetivamente em realidade. As escolas confessionais e filantrópicas precisam ser mais apoiadas pela sociedade e pelo Poder Público.

A educação deve ser aberta à coletividade para a formação de comunidades com compromisso educacional do povo. A educação deve ser instrumento de libertação da pessoa às injustiças, à ignorância, às diferenças sociais, enfim, deve ser instrumento de redenção permanente da sociedade.

Pela educação deve-se formar o homem e a mulher do amanhã, para que estes assumam a função política como vocação à promoção do bem comum. Não resta dúvida alguma que pela educação se promove a pessoa a conquistar o pleno e efetivo exercício da cidadania. A educação não está apenas na informação da cultura e do saber, mas no conscientizar e formar o cidadão para criar a consciência de seu compromisso e de sua responsabilidade social.

Educar é tornar a pessoa efetivamente pessoa, imagem e semelhança do Deus-Vivo. ☺

A educação deve ser aberta à coletividade para a formação de comunidades com compromisso educacional do povo

MARKET



ANALYSIS

## EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

[www.marketanalysis.com.br](http://www.marketanalysis.com.br)

[info@marketanalysis.com.br](mailto:info@marketanalysis.com.br)  
+55 48 3234 5853





# Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



Soluções Inteligentes na  
Gestão de Informações

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil  
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:  
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

[www.asplan.com.br](http://www.asplan.com.br)

[comercial.sp@asplan.com.br](mailto:comercial.sp@asplan.com.br)

# Subvenções públicas e doações recebidas



Alexandre Chiaratti

*alexandre@audisaauditores.com.br*

Profissional de auditoria com mais de 12 anos de experiência em organizações do Terceiro Setor, sócio-fundador da Audisa Auditores Associados, bacharel em Ciências Contábeis pela PUC/SP, especialista em Finanças pela FGV. É pós-graduado em gestão de organizações do Terceiro Setor. Cadastro Nacional de Auditores Independentes nº 1.620.



Ivan Pinto

*ivan@audisaauditores.com.br*

Profissional de auditoria com mais de 12 anos de experiência em organizações do Terceiro Setor, sócio-fundador da Audisa Auditores Associados, bacharel em Ciências Contábeis. É registrado na CVM através do Ato Declaratório nº 7.710, DOU 08.4.04 e pós-graduado em gestão das Organizações do Terceiro Setor. Cadastro Nacional de Auditores Independentes nº 718.

No dia 21 de novembro de 2008, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 19.4 – Subvenção e Assistência Governamentais por meio da resolução nº 1.143. Essa resolução entrou em vigor revogando a resolução CFC nº 1.026, de 15 de abril de 2005, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U), Seção I, de 9 de maio de 2005. Essa norma deve ser aplicada na contabilização e divulgação de subvenções governamentais e na divulgação de outras formas de assistência governamental.

## Reconhecimento da subvenção

“A subvenção governamental, inclusive subvenção não monetária a valor justo, não deve ser reconhecida até que exista segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e de que a subvenção será recebida. O simples recebimento não é prova conclusiva de que as condições a ela vinculadas tenham sido ou serão cumpridas”.

“A forma como a subvenção é recebida não influencia no método de contabilização a ser adotado. Assim, por exemplo, a contabilização deve ser a mesma, independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo”.

## Contabilização

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições dessa norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo.

Pelo regime de competência, é fundamental que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento de tal receita, no momento de seu recebimento, somente é admitido nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados. Algumas sugestões de forma de contabilização são:

### Na assinatura do contrato:

- D. Subvenção a receber (ativo circulante)
- C. Subvenção a realizar (passivo circulante)

### No recebimento da subvenção:

- D. Caixa / Banco (ativo circulante)
- C. Subvenção a receber (ativo circulante)

### Na utilização do recurso:

- D. Subvenção a realizar (passivo circulante)
- C. Receita com subvenção (conta resultado)
- D. Despesa (conta resultado)
- C. Caixa / Banco (ativo circulante)

## Forma de contabilização: subvenção para aquisição de bens

### Na assinatura do contrato:

- D. Subvenção a receber (ativo circulante)
- C. Subvenção a realizar (passivo circulante)

### No recebimento da subvenção:

- D. Caixa / Banco (ativo circulante)
- C. Subvenção a receber (ativo circulante)

### Na compra do bem:

- D. Subvenção a realizar (passivo circulante)
- C. Caixa / Banco (ativo circulante)

## No reconhecimento da Receita:

- D. Ativo imobilizado (ativo não circulante)
- C. Receitas diferidas (passivo circulante)

## Mensalmente:

- D. Despesa com depreciação (conta resultado)
- C. Depreciação acumulada (ativo não circulante)
- D. Receitas diferidas (passivo circulante)
- C. Receita com subvenção (conta resultado)

Apesar de haver uma resolução própria a ser aplicada na contabilização das subvenções públicas (resolução nº 1.143/08), não se pode deixar de citar a resolução CFC 877/2000, que continua em vigor. Entretanto, em pouco tempo teremos a nova resolução NBC TE – entidade sem finalidade de lucro, que já passou por audiência pública e, em breve, deve estar em vigor.

As receitas com subvenções recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, devem ser registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da entidade (tanto em contas de resultado como nas patrimoniais).

Por meio das notas explicativas, as demonstrações contábeis devem descrever em relação às subvenções públicas pelo menos:

- os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos;
- as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções.

## Doações em espécie: forma de contabilização


A contabilização deste tipo de doação deve ser feita de acordo com a interpretação das normas

internacionais, nas quais as receitas de doações devem ser escrituradas em contas de resultado. E, ainda, considerando, por analogia, a resolução CFC 1.143/08 – receitas de subvenções, que devem ser escrituradas em conta de resultado independentemente da utilização do recurso. Deve ser considerada a resolução CFC 877/00, que continua em vigor até o momento e traz o seguinte entendimento:

10.19.2.3 – As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receita. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da entidade, são contabilizadas no patrimônio social.

Levando em consideração a legislação citada, os valores recebidos de suas associadas não podem ser escriturados em conta específica no Patrimônio Líquido. Tal situação está equivocada, visto que os recursos são utilizados para pagamentos diversos da instituição. Por esse motivo, tais valores devem ser contabilizados em receita.

Entende-se que essas doações podem ser escrituradas no Patrimônio Líquido, em conta específica, conforme está previsto na NBC TE – entidade sem finalidade de lucro, com a devida documentação suporte, quando esta é utilizada para compra de bens, e não apenas por ser um recurso oriundo de associados. Tal situação deve ficar evidenciada com o comprovante de doação do associado e a devida nota fiscal de compra do bem.

Cabe salientar que, em algumas situações, a entidade apenas administra este recurso, que não pertence à pessoa jurídica, mas à pessoa física (associada). Por esse motivo, deve ser escriturado no passivo (obrigação). Nesse caso, sugere-se um contrato para formalização do procedimento. 

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar



## Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou [www.cantocidadao.org.br](http://www.cantocidadao.org.br)



# Feedback para voluntários

Avaliações ajudam voluntários a entender seu papel na organização

**B**oas avaliações garantem o sucesso de programas de voluntariado. Elas podem medir o progresso do programa e identificar áreas a serem melhoradas. Quando uma organização tem metas definidas e objetivos especificados e mensuráveis, desde o princípio do programa, a avaliação pode ser realizada mais facilmente.

O principal objetivo da avaliação é ajudar aqueles que participam de um programa ou serviço a perceber que seus esforços têm sucesso pelo reconhecimento do seu progresso. Uma análise efetiva do programa de voluntariado pode descobrir se as atividades enriqueceram, ampliaram ou, simplesmente, adicionaram serviços aos programas da organização.

A importância da avaliação está no *feedback*, que significa o processo de informar a pessoa sobre seu desempenho em determinada tarefa. O voluntário precisa saber se a sua atuação está trazendo resultados e descobrir o que pode ser melhorado. Enfim, é o momento de parar e repensar o trabalho feito, e, assim, motivá-lo na busca da qualidade de sua atividade.


## Como posso dar o feedback?

Dar *feedback* é um processo verbal ou não-verbal por meio do qual uma pessoa compartilha com outras as percepções e sentimentos sobre seus comportamentos. A maioria das pessoas dá e recebe *feedback* diariamente sem se dar conta. É importante aumentar a conscientização desse processo para poder ser engajado intencionalmente, e não inconscientemente.

Efetivamente, dar e receber *feedback* implica certos ingredientes: cuidados, confiança, aceitação, sinceridade e uma preocupação com as necessidades do outro. Uma avaliação eficaz permite mudar o comportamento construtivamente e possibilita descobrir o potencial das pessoas.

Um modo de acompanhar o voluntário é por meio de registros, arquivos e relatórios mensais sobre seu

trabalho. A organização também pode solicitar uma auto-avaliação ao voluntário e pedir que ele exponha suas considerações a respeito do trabalho prestado e o que poderia ser melhorado. A partir dela é possível saber se as necessidades dos voluntários estão sendo satisfeitas conforme suas expectativas.

Baseado no que a pessoa aprende de si mesma, ela é capaz de apresentar uma ação corretiva e facilitar o crescimento e o desenvolvimento de outros. 

## Feedback construtivo é...

- Específico, não geral.
- Imediato e oportuno, não atrasado.
- Descritivo, não avaliador.
- Desejado, não imposto.
- Usável e dirigido para o comportamento, com o qual o receptor possa fazer algo.
- Uma comunicação que deve ser clara, para garantir o entendimento nos dois sentidos.

FAÇA PARTE  INSTITUTO BRASILEIRO DE VOLUNTARIADO

 centro de voluntariado de São Paulo

Link   
www.cvsp.org.br



# ECO Business Show 2009

A better world to live

**Feira e Congresso Internacional de Eonegócios e Sustentabilidade**

**1, 2 e 3 de setembro**

Feira - 12h às 21h | Congresso - 08h30 às 17h30  
Centro de Exposições Imigrantes - SP

**Reserve seu espaço!**

**Construção Civil | Transporte | Indústria com foco em Matéria Prima | Energia | Tecnologia**

**Green Supply Chain – a cadeia produtiva sustentável**

**Tendências | Iniciativas Sustentáveis | Estratégias de Sucesso | Resultados**

|   |   |   |   |   |  |   |   |   |
|---|---|---|---|---|--|---|---|---|
| <b>Realização e Organização</b>   | <b>Aliança Estratégica</b>  | <b>Certificação</b>   | <b>Parceria Internacional</b>   | <b>Parceria Institucional</b>   | <b>Patrocínio</b>  | <b>Apoio Governamental</b>  |   |   |
|   |  |  |  |  |   | <br>Ministério das Relações Exteriores<br>Departamento de Promoção Comercial |   |   |
| <b>Apoio</b>  |   |   | <b>Mídia</b>  |   |  |   |   |   |
|  |  |  |  |  |   |    |  |  |
|  |  |  |  |  |   |    |  |  |
|  |  |  |  |  |   |    |  |  |
|  |  |  |  |  |   |   |   |   |
|  |  |   |   |   |  |   |   |   |

[www.ecobusinessshow.com](http://www.ecobusinessshow.com)

contato@ecobusinessshow.com • 55 11 3083 2166 • 55 11 3081 8860

# A comunicação em um programa de voluntariado empresarial

Valorizar as ações voluntárias dos colaboradores é primordial para o sucesso do programa



Um dos pontos fundamentais que garantem o sucesso de um programa de voluntariado empresarial é a comunicação, e diversas estratégias são utilizadas para isso. Do ponto de vista instrumental, a comunicação deve ter a capacidade de envolver os colaboradores e reconhecer as práticas desenvolvidas por eles.


Contudo, uma questão delicada na realização de um programa dessa natureza é decidir se as ações voluntárias desenvolvidas pelos colaboradores serão divulgadas. Em alguns momentos, campanhas, eventos e até projetos cujo impacto social transforma positivamente uma comunidade, merecem ser divulgados. Mas será que, eticamente, quando uma empresa o faz, não está se valendo do trabalho voluntário dos colaboradores para se promover?

A resposta para tal questionamento está na coerência demonstrada pela empresa. Não se pode aplicar R\$ 10 mil em um programa e gastar R\$ 100 mil em propagandas, disparando aos sete ventos as ações “sociais” que a empresa e seus colaboradores estão realizando.

Entretanto, um programa de voluntariado, ao ser divulgado interna e externamente, ganha força e constitui um dos meios para as empresas demonstrarem o exercício da responsabilidade social e de investirem no relacionamento com pelo menos dois de seus *stakeholders* – os empregados e a comunidade. Desta forma, ações de

comunicação dos projetos de mobilização de voluntários são positivas, tanto para os voluntários quanto para a empresa e a comunidade.

Outro ponto importante que reconhece a necessidade da divulgação de programas de voluntariado empresarial diz respeito às formas como as campanhas para o público externo são conduzidas. O correto é que sejam oportunas, refletindo valores compartilhados pelos voluntários, como solidariedade, transformação social e cidadania. Essas campanhas são importantes à medida que prestigiam o trabalho dos colaboradores – e não somente a iniciativa da empresa – e compartilham esses valores com a sociedade de maneira educativa. É preciso saber separar essas ações de campanhas oportunistas, que se aproveitam de iniciativas voluntárias dos colaboradores para alardear e relacionar as iniciativas às práticas sociais da empresa.

Para ilustrar esse cenário, vale um exemplo: imagine em sua empresa um grupo de voluntários organizando uma campanha para arrecadar doativos para as vítimas das enchentes no Norte e Nordeste do Brasil. Essa prática, se contar com o apoio da área de comunicação de sua empresa para divulgar a iniciativa dos voluntários para a comunidade, será oportuna para mobilizar mais pessoas. Você não acha? 



Link 

[www.acaovoluntaria.org.br](http://www.acaovoluntaria.org.br)

e-mail 

[ação@acaovoluntaria.org.br](mailto:ação@acaovoluntaria.org.br)

Telefone 

(41) 3322-8076



## **Conhecimento é a mola propulsora do desenvolvimento**

Pensando em suprir as necessidades das instituições do terceiro setor a Newdbase, após anos de experiência em Database Marketing, conseguiu reunir conhecimento e tecnologia para auxiliá-lo no que tange a banco de dados e informações sobre o perfil de Doadores Efetivos.

Através de pesquisas de mercado com doadores para as instituições neste setor, a Newdbase identificou perfis de pessoas com o hábito de efetuar doações, que reúnem características específicas e importantes diferenciais que os distinguem e que podem ser explorados como novos e efetivos doadores nas sua ações de marketing dirigido.

Se a sua Instituição visa ampliar, melhorar o relacionamento ou obter resultados mais efetivos, entre em contato conosco, nossos consultores terão prazer em ajudá-lo para que você possa atingir seus objetivos.

**Newdbase, Informações com excelência em resultados.**

# Remando a favor da maré

## Apoiadas em experiências do mundo empresarial, organizações sociais adotam políticas de cargos e salários para seus colaboradores

Por Luciano Guimarães

**A**rápida profissionalização em curso no Terceiro Setor brasileiro nos últimos anos vem se tornando norma nas instituições de grande e médio porte. As políticas de cargos e salários para os colaboradores, estratégia antes só vista em empresas, deixaram de ser exceção e passaram a ser aplicadas de maneira mais focada e objetiva. Dessa forma, informações antes relegadas a segundo plano passam a ser consideradas estratégicas – e secretas – para os gestores.

Apoiados sobre dados confiáveis, os administradores das organizações conseguem ter uma visão mais clara dos caminhos a se percorrer em busca, por exemplo, de manter em seus quadros os colaboradores mais capacitados, ou de capacitá-los. Tem-se, ainda, a oportunidade de aperfeiçoar o desempenho de determinadas áreas, remanejando esta ou aquela pessoa, a fim de obter resultados mais satisfatórios.

Políticas de cargos e salários são variadas, podendo estar a serviço do bem comum ou apenas de um indivíduo; do desenvolvimento de competências ou tolhimento das mesmas; da meritocracia ou do velho “QI” (“Quem Indica”). Tais práticas existem em todos os lados, tanto no governo quanto no mundo empresarial, ou mesmo no Terceiro Setor.

“O Terceiro Setor vem aplicando o modelo empresarial, pois está saindo do amadorismo, se preocupando em atrair e reter os melhores talentos para o exercício de suas atividades”, analisa Paula Lorenzi, gerente de pesquisa salarial da Catho Online. “A criação de políticas de cargos e salários hoje é quase uma regra neste setor, e não uma exceção como anteriormente.”

Segundo ela, o mercado corporativo brasileiro – no qual o Terceiro Setor se espelha, ao menos nessa área – não tem definido um tipo de política de cargos e salários predominante, mas costuma remunerar os colaboradores seguindo o mercado local para cargos operacionais até o nível de supervisão. Daí decorre que não só as virtudes são incorporadas aos hábitos gerenciais das entidades sociais, mas também os vícios e os defeitos.

Assim, a nomeação de um colaborador pode tanto ser fruto de mérito ou para atender a interesses pessoais ou políticos.

No Greenpeace, uma das mais atuantes entidades ambientalistas do mundo, o assunto é levado com muita seriedade pelos gestores, que costumam realizar, de dois em dois anos, uma revisão do trabalho de pesquisa salarial, a fim de checar se os salários ainda se mantêm competitivos. “Para realizar a pesquisa, buscamos sempre convidar ONGs ambientalistas e que tenham amplitude global”, explica Ursula Longo, gerente de recursos humanos da organização.

“Todos os nossos funcionários são regidos pela CLT, e possuímos um sistema de remuneração que considera tanto o equilíbrio interno quanto o externo. O processo foi composto das seguintes fases: divulgação do projeto; descrição de cargos; avaliação e classificação dos cargos a serem dispostos em grades salariais; pesquisa salarial; definição da tabela salarial; análise das necessidades de enquadramento; e criação de uma política de cargos e salários”, ressalta a representante do Greenpeace, que tem 55 colaboradores celetistas e 200 voluntários.

Segundo Ursula, o segredo é sempre manter o equilíbrio interno, algo que se vê na etapa de avaliação e classificação dos cargos, que leva em consideração em qual grade salarial cada cargo deve se situar. “Quando avaliamos os cargos, pensamos basicamente na relevância que cada um deles representa para a organização. Dessa forma, chegamos à conclusão, por exemplo, que o cargo de assessor de imprensa tem o mesmo peso e a mesma relevância que os de coordenador de logística e secretária-executiva, entre outros”, frisa.

Seguindo o mesmo caminho gerencial, a Aldeias Infantis SOS Brasil, que atua na defesa integral dos direitos das crianças, adolescentes, jovens, famílias e comunidades, conta atualmente com uma estrutura formal de gestão de pessoas chamada “Sistema Integral de Gestão de Desempenho, Desenvolvimento e Resultados”, que contempla planos de desenvolvimento



## Teste sobre gestão de cargos e salários

### Em sua entidade você percebe os colaboradores insatisfeitos com:

- A falta de critérios que são utilizados para definir o valor do salário?
- Sentimentos de injustiça quanto ao valor do salário recebido?
- Comparações com salários de outros colegas?
- O salário recebido quando comparado com o que receberiam se trabalhassem em outras entidades?
- A falta de perspectiva de onde poderão chegar em termos de cargos e salários/crescimento profissional?

### Você, gestor da entidade, sente dúvidas em:

- Saber se está pagando salários muito abaixo do que deveria, correndo o risco de perder bons profissionais para outras entidades ou mesmo empresas?
- Saber se está pagando salários muito acima do que deveria, afetando diretamente os custos e os resultados do seu empreendimento?
- Definir o valor do salário a pagar quando vai admitir um colaborador?
- Decidir se deve ou não conceder ajuste salarial quando solicitado pelo colaborador?
- Se entender que deve conceder um ajuste, de quanto deveria ser?

Caso você tenha respondido **SIM** a pelo menos uma das questões acima, é importante e necessária a implantação de um Programa de Cargos e Salários.

## Vantagens

- Definição clara das principais atribuições, responsabilidades dos colaboradores e especificações de cada cargo;
- Formalização dos critérios e práticas de gestão de cargos, salários e carreiras na entidade;
- Estabelecimento de uma adequada hierarquização e racionalização na estrutura de cargos;
- Aumento do potencial de captação e retenção de talentos, por meio da implementação de políticas de valorização, estímulo ao crescimento e reconhecimento aos colaboradores;
- Concessão de aumentos salariais de forma mais racional, com base em critérios válidos para todos;
- Elevação do índice de satisfação/motivação dos colaboradores, com reflexos na qualidade e produtividade dos produtos e/ou serviços prestados, interna e externamente;
- Estabelecimento da equidade interna dos salários praticados;
- Definição de política para subsidiar os processos de recrutamento e seleção, promoções e transferências internas;
- Estabelecimento de um processo de comunicação entre lideranças e equipes;
- Contribuição na identificação das necessidades de treinamento e desenvolvimento.

**Fonte:** Texto retirado do site da Extensão Empresarial ([www.extensaorh.com.br](http://www.extensaorh.com.br)), empresa especializada em Assessoria em Recursos Humanos, e adaptado para o Terceiro Setor.

para os colaboradores, incluindo projeção de metas e resultados e trajetória de carreira.


“A estrutura formal de gestão de pessoas define subsistemas para R&S por Competências e Resultados, Formação e Capacitação, Mobilidade, Planos de Sucessão, *Coaching*, entre outros”, resume Andreia Lima, gerente de recursos humanos da entidade, que tem todos os 550 colaboradores registrados no regime da CLT.

De acordo com Andreia, a intensa busca pela qualidade dos serviços prestados às crianças, adolescentes, jovens, famílias e comunidades baliza as revisões periódicas não somente na política de gestão de pessoas, como em todas as políticas organizacionais. “O cálculo das remunerações tem como referência pesquisas de mercado relativas a cargos e salários no Terceiro Setor, orçamento de pessoal da entidade e legislação vigente”, sintetiza.

**Cultura empresarial** – Nas empresas, de onde o Terceiro Setor tira e adequa seu modelo, as dificuldades encontradas para a implantação uma estrutura de cargos e salários são as mesmas. A composição de cargos

costuma ser semelhante, porém, os salários são pagos de acordo com o mercado e legislação local.

“A cultura local influi no pagamento de benefícios e da remuneração como um todo. De acordo com o país, os salários podem ser mais ou menos agressivos em termos de remuneração fixa (salário recebido mensalmente) e remuneração variável (comissões, bônus, participação nos lucros recebidos em dinheiro). A revisão periódica dessa política serve para a atração e retenção de talentos para a empresa”, salienta Paula Lorenzi, da Catho Online.

O Terceiro Setor tem a grande chance de não apenas copiar as boas práticas do mundo corporativo, mas de evitar seus erros. Em parte, tal esforço se torna impraticável, mas muitos acertos são computados, talvez pelo fato de, diferentemente das empresas, as entidades sociais não terem fins lucrativos e suas estratégias se basearem não no lucro e na competitividade, mas no benefício do próximo, com consequente desenvolvimento social. 

Links 

[www.aldeiasinfantis.org.br](http://www.aldeiasinfantis.org.br)  
[www.catho.com.br](http://www.catho.com.br)  
[www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)

# A tesouraria do Terceiro Setor e a teoria *ultra vires*



Marcos Biasioli

marcos@mbiasioli.com.br

Graduado em Direito e Administração de Empresas, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University e mestre em Direito Empresarial pela PUC/SP. É sócio da M. Biasioli Advogados, consultor jurídico do Terceiro Setor e editor da Revista Filantropia.

**R**ecentemente o Ministério Público (MP) iniciou processo investigativo em algumas organizações sociais, ante ao fato de perda econômica de ativo junto ao mercado financeiro por conta do último *crash*.

Algumas análises preliminares desse fato devem ser exploradas. A primeira refere-se à suscitação quanto a entidade ser uma instituição de direito privado e, por isso, não se admite a interferência do MP. A segunda aponta que o Código Civil limita a atuação do MP apenas quando se trata de fundações, já que, de acordo com o artigo 66, cabe a ele velar pelas associações e organizações religiosas.

A partir daí, cabe a nós refletir sobre tais pontos, destacando que a instituição social é uma entidade privada e, em princípio, não se presta a qualquer ingerência do Poder Público (PP), mormente do MP, perante a prerrogativa constitucional que expõe o artigo 5º, XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos; XVIII – a criação de associações e de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. Aliás, o princípio da liberdade econômica separado do interesse público produz de modo indireto benefício social, e esta era a teoria da ciência defendida por Adam Smith: “Todo indivíduo trabalha no sentido de fazer com que o rendimento anual da sociedade seja o maior possível. Na verdade, ele geralmente não tem intenção de promover o interesse público, nem sabe o quanto o promove. Ao preferir dar sustento mais à atividade doméstica que à exterior, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e, ao dirigir essa atividade de maneira que sua produção seja de maior valor possível, ele visa apenas a eu próprio lucro. Ao buscar seu próprio interesse, frequentemente ele promove o da sociedade de maneira mais eficiente do que quando realmente tem a intenção de fazê-lo”.

Contudo, as entidades sociais complementam a ação do Estado e participam do orçamento público, protraindo reforço econômico por meio de instrumentos contratuais com o PP, ou por via indireta, diante da benesse fiscal da isenção e/ou da imunidade, e deixam

o confortável patamar do livre arbítrio para ingressar no rol do regramento da entidade público-privada.

Assim, o patrimônio do ente social se torna parte do patrimônio público, e ele deve atender ao fim social a que se destina, sob pena de conceder poderes indiretos ao MP de interferir na gestão econômica, ainda que a instituição não esteja estratificada sob a estrutura fundacional, conforme artigo 129: “São funções institucionais do MP: (...) III – promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais (...)”

## Cuidados com os ativos da entidade social

Saindo da seara legal e partindo para discursiva, aprendi com minha avó, dona Matilde, o seguinte trocadilho: “Não adianta o homem colocar dinheiro para dentro de casa de caminhão se a mulher dele é descabeçada, pois com uma colher ela pode jogar tudo fora pela janela”. Com isso, traço um paralelo desta passagem com a direção econômica dos organismos sociais.

Dada a nossa *expertise* no convívio com a operação dos organismos sociais, vemos a preocupação quase única de alguns gestores com a sustentabilidade da obra e pela busca de ferramentas de comunicação e marketing social, e parcerias públicas e privadas, visando a um certo aprouve econômico, a fim de manter e multiplicar a obra social. Dentro dessa filosofia, muitas vezes se esquecem que, quanto maior é a receita, mais veloz funcionará a colher escoando o dinheiro pela janela se não houver foco na administração.

Sabe-se que o fato de boa parte dos dirigentes serem voluntários vindos do primeiro e segundo setores, que se reúnem periodicamente para o exame macrossocial e econômico da instituição, deixem à margem o exame microeconômico, expondo o patrimônio social da obra

do bem, pois centralizam grandes decisões, mas desdenham aquelas menos importantes, e, quando despertam, a ruína está próxima.

O professor Eliseu Martins, em recente entrevista a um jornal, comentou: "Um advogado me falou que consta do Estatuto Social de uma empresa restrição para venda de bens na ordem de R\$ 10 mil, mas não há qualquer restrição para aplicação de milhões em derivativos". Fazendo uma associação entre essa ideia e o tema conexo à microeconomia do ente social, é preciso que o candidato à dirigente primeiro saiba seus limites e responsabilidades, para depois aceitar o desafio.

Quem assume tal missão deve ter consciência de que a responsabilidade será maior que a vaidade, e por isso é preciso um plano de trabalho, com regras claras e objetivas. Os poderes cedidos ao gestor devem ser pautados com responsabilidade, balizando-os por meio de regimento interno, em especial no que tange aquele que lhe capacita a estreitar a relação com o sistema bancário, inclusive e principalmente quando se trata de guarda temporária de ativos.

É bom lembrar que foram dezenas, quiçá centenas, de entes que viram ruir economias e, por consequência, esvaziaram o fruto da mobilização de recursos na bolsa de valores, ante a aplicação de eventual superávit no mercado de ações, por meio de fundos ofertados pelo sistema bancário, o que deflagrou a ação do MP. E, indo mais longe, quantas outras não observam o quanto é consumido de ativos do bem social, com o pagamento de tarifas e taxas, aplicações duvidosas e outras negociações financeiras de menor quilate, mas de grande reflexo no caixa se assomadas no tempo.

O que está em jogo não é a astúcia do tesoureiro, mas a filosofia da gestão, que se esquece de fechar o ralo, impor regras e diretrizes e fazer avaliações de riscos, bem como analisar as razões de escoamento das pequenas despesas.

## Teoria *ultra vires*


Quando se trata de patrimônio privado, o prejuízo é risco próprio do negócio, mas quando se trata de patrimônio público-privado, a responsabilidade é maior, pois o gestor ocupa o papel de depositário da causa pública, e o seu consumo lascivo implica em responsabilidade objetiva.

A extensão da responsabilização do gestor encontra base na teoria *ultra vires societatis*, do século 19, segundo a qual, se o administrador, ao praticar atos de gestão, violar o objeto social previsto no ato constitutivo, este ato *ultra vires societatis* não poderá ser atribuído à sociedade, sendo considerado inválido e ineficiente.

A aplicação dessa teoria tem sido afastada por grande parte dos países, pois se tem procurado prestigiar a proteção ao terceiro de boa-fé, adotando-se a teoria da aparência. No entanto, o Código Civil, em seu artigo 1.015, parágrafo único, inciso III, acabou acolhendo essa teoria, sendo que o artigo seguinte prevê que os administradores respondam solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

## Conclusão

O fim social não está para o desperdício das quirelas, e muito menos para a ganância econômica, e, ainda que tivesse como pano de fundo o princípio do multiplicar para dividir, prega-se prudência e responsabilidade com a causa público-privada, em especial em momentos de turbulência. Até mesmo os ícones do atual capitalismo pregam pelo limítrofe. Warren Buffet, em entrevista ao The New York Times, sentenciou: "Fique com medo quando os outros forem gananciosos; seja ganancioso quando os outros estiverem com medo".

Assim, aproveitando a teoria de dona Matilde, não adianta esconder as colheres nem trancar as janelas; o melhor caminho é trocar a mulher, senão faltarão banhos no júri dos réus. 

O patrimônio do ente social se torna parte do patrimônio público, e ele deve atender ao fim social a que se destina, sob pena de conceder poderes indiretos ao MP de interferir na gestão econômica



Assessoria

Empresarial e Contábil

Rua do Ouvidor, 130 - sala 614 - Centro  
Rio de Janeiro - RJ - Cep 20040-030

Tel.: (21) 2210-0859 Fax. (21) 2508-6649

## SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

### Serviços Contábeis Especializados no 3º Setor

- Assessoria de Recursos Humanos do terceiro Setor e Voluntários
- Qualificação do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros;
- Assessoria, planejamento e prestação de contas de projetos para Financiadores
- Controle automático e renovação de Certidões Negativas



Informações pela Web com total segurança

[www.r2assessoria.com.br](http://www.r2assessoria.com.br)



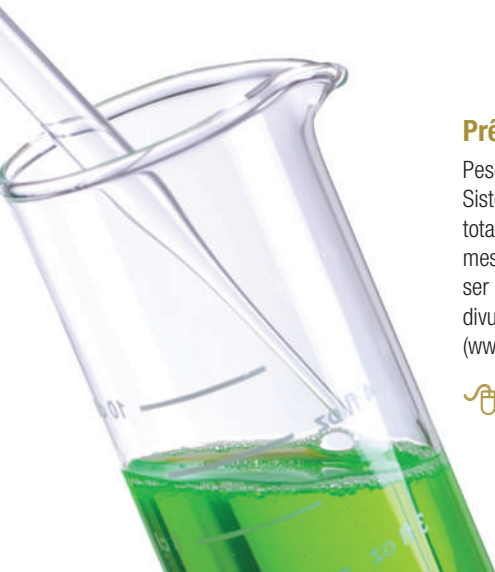
## Continuidade Contábil I

A Resolução CFC nº 750/1993, em seu art. 5º, estabelece o Princípio Contábil da Continuidade, que significa que a contabilidade efetua a avaliação do patrimônio e o registro das suas mutações, considerando que a entidade terá sua vida continuada ao longo do tempo. Em outras palavras, trata-se da hipótese básica de que a entidade cujo patrimônio está sendo contabilizado não está destinada a liquidação ou a qualquer forma de extinção, mas, sim, a continuar operando por tempo indeterminado.

## Continuidade Contábil II

Não fosse a existência do Princípio Contábil da Continuidade, simplesmente não seria possível ter uma boa parte das despesas antecipadas, ou, ainda, o imobilizado registrado pelo valor de aquisição. Na hipótese da descontinuidade, a única forma possível de avaliar os elementos ativos de um patrimônio é com base nos possíveis valores a serem obtidos em caso de sua efetiva alienação ou liquidação. Verifica-se, portanto, como o Princípio da Continuidade é importante, já que permite o efetivo confronto entre as receitas e as despesas para apuração do lucro mais próximo da realidade em cada período contábil (Princípio da Competência).

 [www.iob.com.br](http://www.iob.com.br)



## Prêmio para o Sistema Único de Saúde

Pesquisadores brasileiros poderão concorrer a prêmios de até R\$ 15 mil por estudos que possam ser incorporados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O VIII Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS – ano 2009 oferece um total de R\$ 55 mil para trabalhos desenvolvidos, principalmente projetos acadêmicos vinculados a cursos de doutorado, mestrado, especialização ou publicados em revista científica. A ideia é obter pesquisas e tecnologias que possam ser implementadas nos serviços de saúde. Além de ganhar prêmio em dinheiro, os vencedores terão seus trabalhos divulgados, na íntegra, no Portal Saúde ([www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)) e na Biblioteca Virtual de Saúde do Ministério da Saúde ([www.saude.gov.br/bvs](http://www.saude.gov.br/bvs)). Os interessados podem se inscrever até o dia 10 de julho pelo site.

 [www.saude.gov.br/premio](http://www.saude.gov.br/premio)

## Salvador: isenção de taxa

Os templos de qualquer culto, as entidades de assistência social sem fins lucrativos que não recebam contraprestação pelos serviços oferecidos e as associações, federações, sociedades civis ou congêneres sem fins lucrativos que tenham como finalidade a prática folclórica de “Ternos de Reis” estão isentas de recolher a Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF), de acordo com o artigo nº 143 do CTM-Salvador/2006. O benefício é estendido aos órgãos da administração direta, autarquias e fundações municipais, estaduais e federais; às empresas públicas e sociedades de economia mista do município de Salvador; e aos órgãos, inclusive os auxiliares, dos Poderes Judiciário Estadual e Federal e Legislativo Municipal e Estadual.

 [www.iob.com.br](http://www.iob.com.br)

## Imposto de Renda e ensino público

A Câmara analisa o projeto de lei nº 4847/09, do deputado Dimas Ramalho (PPS-SP), que permite ao contribuinte, pessoa física ou jurídica, deduzir do Imposto de Renda (IR) metade das doações que fizer a instituições públicas de ensino superior. O projeto prevê que o novo incentivo, somado aos já existentes, não poderá representar uma redução superior a 6% do IR a pagar, no caso das pessoas físicas, ou 4%, em se tratando de pessoa jurídica. O deputado argumenta que esse teto impedirá que a arrecadação federal seja reduzida em razão do novo tipo de dedução. Até o fechamento desta edição, o PL, que tramita em caráter conclusivo, esperava pela análise pelas comissões de Educação e Cultura; Finanças e Tributação; de Constituição e Justiça; e de Cidadania.

 [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## Depreciação versus Amortização

A principal distinção entre encargos de depreciação e amortização é que, enquanto a depreciação incide sobre os bens físicos de propriedade do próprio contribuinte, a amortização relaciona-se com a diminuição de valor de bens que, nos termos da lei ou contrato que regule a concessão de serviço público, devem reverter ao poder concedente ao fim do prazo da concessão, sem indenização; ou que, locados ou arrendados, ou em bens de terceiros, quando não houver direito ao recebimento de seu valor; ou dos direitos (ou despesas diferidas) com prazo limitado (legal ou contratualmente).

 [www.iob.com.br](http://www.iob.com.br)

## Abono pecuniário de férias

A Receita Federal publicou em 5 de maio a Instrução Normativa nº 936, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo a valores pagos a título de abono pecuniário de férias. Assim, determinou-se que tais valores não serão tributados pelo Imposto de Renda na Fonte nem na Declaração de Ajuste Anual. A norma ainda estabelece que a pessoa física que receber tais rendimentos com desconto do Imposto de Renda na Fonte e que incluí-los na Declaração de Ajuste Anual como tributáveis poderá pleitear a restituição da retenção indevida, apresentando declaração retificadora do respectivo exercício da retenção. O prazo para pleitear a restituição é de cinco anos contados da data da retenção indevida.

 [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

## Prescrição do DPVAT

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou que o DPVAT (seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres) tem caráter de seguro de responsabilidade civil, razão pela qual a ação de cobrança de beneficiário da cobertura prescreve em três anos. Os ministros entenderam que, embora o recebimento da indenização do seguro obrigatório não dependa da demonstração de culpa do segurado, o DPVAT não deixa de ter caráter de seguro de responsabilidade civil.

 [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)



## Projeto cultural

Para apresentar uma proposta cultural junto ao Ministério da Cultura (MinC), é necessário preencher o formulário eletrônico no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo (SalicWeb) e enviá-lo por meio do site do Ministério, que traz todas as orientações sobre o envio. As informações inseridas pelo proponente no formulário passarão por uma análise do MinC. Caso haja algum erro no preenchimento, ou o Ministério tenha necessidade de algum esclarecimento adicional, isso será comunicado por e-mail. É necessário, portanto, que o proponente fique atento às diligências virtuais enviadas pelo MinC para efetuar eventuais correções ou acréscimos de dados e, assim, agilizar os procedimentos de análise. Se tudo estiver conforme o exigido, o proponente é autorizado a imprimir o formulário preenchido, assiná-lo e enviar a documentação.

 [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)

## Isenção de tributos para o Prouni

A isenção da Cofins, PIS/Pasep, CSLL e IRPJ concedida às instituições de ensino em razão de adesão ao Programa Universidade para Todos (Prouni) recai, na forma determinada pela legislação, sobre o valor das receitas decorrentes da realização de atividades de ensino superior provenientes de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica. Nesse entendimento, é irrelevante o regime de tributação adotado para o cálculo do imposto de renda.

 [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

## Transcrição de balanços

A Instrução Normativa SRF nº 93/1997, art. 12, § 5º, "b", e a Resolução CFC nº 563/1983, subitens 2.1.4 e 2.1.5, afirmam que o balanço e as demais demonstrações financeiras elaboradas por ocasião do encerramento de exercício devem ser transcritos no Livro Diário, completando-se com as assinaturas do contabilista e do titular ou representante legal da entidade. Deve ser adotado igual procedimento quanto às demonstrações contábeis elaboradas por força de disposições legais, contratuais ou estatutárias. Todavia, no caso de balanço ou balancete levantado para efeito de suspensão ou redução da estimativa, é obrigatória sua transcrição no Livro Diário, até a data fixada para pagamento do imposto relativo ao respectivo mês.

 [www.ioab.com.br](http://www.ioab.com.br)

## Penhora On-line

O Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo iniciou em 1º de junho a implantação do sistema eletrônico para averbações de penhoras no Registro de Imóveis, denominado Penhora On-line. O Provimento 6/2009 da Corregedoria Geral da Justiça, que regulamenta o tema no TJ paulista, foi publicado no dia 13 de abril. Segundo o provimento, "o sistema incluirá função de pesquisa de titularidade para localização de bens imóveis em nome de pessoa determinada que for parte em processo judicial". Com a ferramenta, o Judiciário promete acabar com as longas e arrastadas execuções judiciais de cobrança.

 [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

## Perdão fiscal

O Congresso Nacional aprovou a medida provisória 449/08, que perdoa dívidas de até R\$ 10 mil dos contribuintes em débito com a Receita Federal e cria novas regras para parcelamentos de dívidas de tributos federais. O texto segue para sanção do presidente Lula. De acordo com a MP, os débitos incluídos serão somente os apurados até 31 de dezembro de 2007, vencidos há pelo menos cinco anos. Serão somadas separadamente as contribuições sociais e outros débitos administrados pela Receita, inclusive aqueles inscritos em dívida ativa. No parcelamento de débitos, cada prestação mensal não pode ser inferior a R\$ 50 para a pessoa física e a R\$ 100 para a pessoa jurídica.

 [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## Imposto de Renda versus moléstia grave

Para efeito de reconhecimento da isenção do Imposto de Renda incidente sobre os proventos de aposentadoria recebidos por portadores das moléstias graves elencadas no art. 6º, XIV, da lei nº 7.713 de 1988, a legislação tributária exige que o laudo pericial seja emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Portanto, os laudos periciais expedidos por entidades privadas, inclusive instituições filantrópicas, não podem ser aceitos por não atenderem à exigência legal.

 [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

### **As doações feitas a instituições de ensino e pesquisa podem ser abatidas do imposto de renda?**

De acordo com a lei nº 9.249/95, podem ser deduzidas as doações efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do artigo 213 da Constituição Federal. A dedução é de até 1,5% do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a da doação às entidades civis que prestam serviços gratuitos.

### **O plano de contas de uma entidade social pode ser elaborado por qualquer pessoa?**

O ideal é que o plano de contas seja elaborado pelo profissional de contabilidade, que terá condições de, através de estudos, considerar: o porte da instituição, o volume e os tipos de transações, recursos materiais disponíveis, grau de detalhamento necessário, funcionalidade das contas para aquela determinada entidade, entre outras questões. Portanto, por mais que os modelos sejam extremamente úteis, os mesmos devem ser adaptados à realidade de cada instituição, razão que nos motiva a afirmar que o profissional adequado para realizar tais adaptações é o contador.

### **Qual é a formalidade para que um plano de carreira tenha vigência em uma organização?**

O quadro de carreira é a sistematização das possibilidades de ascensão funcional na empresa, de tal forma que as promoções por merecimento e permanência se alternem. É importante que seja homologado pelo Ministério do Trabalho, sob pena de não gerar os efeitos previstos pelo art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disso, é fundamental em um quadro de carreira a alternância na promoção, porque se o merecimento é prerrogativa atrelada à subjetividade do empregador, o acesso por permanência é direito objetivo do empregado. Assim sendo, a implantação de um Plano de Cargos e Salários obriga a instituição ao seu cumprimento, pois passou a integrar o contrato de trabalho, inclusive quanto à aplicação de avaliação de performance mencionada como necessária para a progressão salarial de seus empregados.

### **As horas *in itinere* são devidas pela organização quando é fornecida condução ao funcionário?**

Em conformidade com a súmula nº 90 da Suprema Corte Trabalhista, não basta a dificuldade de acesso ao local

de trabalho, tampouco o fornecimento de condução por parte do empregador para a caracterização das horas *in itinere*. Além dos referidos pressupostos, é importante que haja a ausência de transporte público, devendo-se entender como ausência a falta de compatibilidade deste serviço com a jornada de trabalho dos empregados locais, de modo que não lhes permita a sua utilização para garantir sua presença no horário contratado ou para o retorno à residência logo após o seu término.

### **Se o funcionário não faz horário de almoço a Entidade tem que pagar hora extra?**

O intervalo para repouso ou alimentação deve ser de no mínimo uma hora, para que o empregado possa fazer a refeição e recuperar suas forças. Isso porque o art. 71 da CLT determina a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação de no mínimo uma hora para qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda seis horas. Em seu parágrafo 4º, ainda autoriza o pagamento ao empregado de no mínimo 50% sobre o valor da hora normal de trabalho, quando referido intervalo não for concedido, sendo esse inclusive o entendimento da Orientação Jurisprudencial 307 da SDI-I do Tribunal Superior do Trabalho. É importante, nesse sentido, que as organizações fiquem atentas ao cumprimento do que determina a legislação vigente.

### **O que acontece se a organização declarada de Utilidade Pública Federal não conseguir prestar contas ao Ministério da Justiça dentro do prazo estabelecido?**

De acordo com a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), as certidões de regularidade emitidas pelo sistema CNEs/MJ expiram, anualmente, no dia 30 de abril, para as entidades declaradas de Utilidade Pública Federal; em 30 de junho, para as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip); e em 31 de julho para as Organizações Estrangeiras (OE). Caso a organização não tenha entregado no período acima, o sistema CNEs/MJ continuará a receber e processar os dados do cadastro básico e do relatório de prestação de contas. Porém, enquanto não for avaliado pelo órgão, a certidão de regularidade não será emitida. A certidão de regularidade é o documento que prova que a instituição é idônea, condição indispensável para a captação de recursos governamentais e para garantir alguns benefícios, como doações de pessoas jurídicas e de materiais apreendidos pela Receita Federal.

Fonte: Marcos Biasioli e Talita Falcão – Escritório M. Biasioli Advogados Associados.

Julho

| Dia | Obrigação   | Fato gerador  |
|-----|---|---|
| 7   | Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged (1ª via) | Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em junho/09   |
|     | FGTS  | Depósitos relativos à remuneração de junho/09   |
| 10  | GPS   | Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência junho/09 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados  |
| 15  | CSLL, Cofins e PIS/Pasep                                      | Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de junho  |
|     | Previdência Social (INSS)                                     | Recolhimento em GPS da competência junho/09 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador) |
| 20  | IRRF  | Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos no mês de junho  |
|     | Previdência Social (INSS)                                     | Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência junho/09 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa   |
| 21  | DCTF mensal   | Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em maio/09  |
| 24  | Cofins  | Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/09   |
|     | PIS/Pasep   | Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/09   |
| 31  | CSLL, Cofins e PIS/Pasep                                      | Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1 a 15 de julho   |
|     | DES   | Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em maio/09  |
|     | Contribuição sindical   | Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em junho/09. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso   |
|     | IRPF – Quota  | Pagamento da 4ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2008, acrescida de juro de 1%  |

Agosto

| Dia | Obrigação  | Fato gerador  |
|-----|--|---|
| 7   | Cadastro Geral de Empregados e Desempregado – Caged (1ª via) | Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em julho/09   |
|     | FGTS   | Depósitos relativos à remuneração de julho/09   |
|     | GPS  | Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência julho/09 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados  |
| 14  | CSLL, Cofins e PIS/Pasep                                     | Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de julho  |
|     | Previdência Social   | Recolhimento em GPS da competência julho/09 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador) |
| 20  | DCTF mensal  | Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em junho/09   |
|     | Previdência Social (INSS)                                    | Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência julho/09 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa   |
|     | IRRF   | Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em julho   |
| 25  | Cofins   | Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/09   |
|     | PIS/Pasep  | Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/09   |
| 31  | CSLL, Cofins e PIS/Pasep                                     | Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1 a 15 de julho   |
|     | DES  | Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em junho/09  |
|     | Contribuição Sindical  | Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em julho/09. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso   |
|     | IRPF – quota   | Pagamento da 5ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2008, acrescida de juro de 1%  |

| Tabelas práticas  |              |  |   |
|---|--------------|--|---|
| Contribuições previdenciárias (INSS)  |              |  |   |
| 1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso   |              |  |   |
| Salário de Contribuição   |              | Alíquota para fins de recolhimento ao INSS | Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF |
| de  | até          |  |   |
| -   | R\$ 965,67   | 8 %  | 8 %   |
| R\$ 965,68  | R\$ 1.609,45 | 9 %  | 9 %   |
| R\$ 1.609,46  | R\$ 3.218,90 | 11 %                                       | 11 %  |
| 2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)  |              |  |   |
| Salário de Contribuição   |              | Alíquota para fins de recolhimento ao INSS |   |
| de  | até          | Empregado                                  | Empregador Total                                      |
| -   | R\$ 965,67   | 8 %  | 12 % 20 %   |
| R\$ 965,68  | R\$ 1.609,45 | 9 %  | 12 % 21 %   |
| R\$ 1.609,46  | R\$ 3.218,90 | 11 %                                       | 12 % 23 %   |
| 3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo   |              |  |   |
| A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes (individual e facultativo), o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao máximo do salário de contribuição. |              |  |   |
| 4 – Salário mínimo  |              |  |   |
| Período   | Valor        |  |   |
| maio/05 a março/06  | R\$ 300      |  |   |
| a partir de abril/06  | R\$ 350      |  |   |
| a partir de março/08  | R\$ 415      |  |   |
| a partir de fevereiro/09  | R\$ 465      |  |   |

| IR - Fonte e Carnê Leão (2008)         |          |                   |
|--|----------|-------------------|
| Base de cálculo mensal                 | Alíquota | Parcela a deduzir |
| até R\$ 1.434,59                       | -        | isento            |
| acima de R\$ 1.434,60 até R\$ 2.150    | 7,5 %    | R\$ 107,59        |
| acima de R\$ 2.150,01 até R\$ 2.866,70 | 15 %     | R\$ 268,84        |
| acima de R\$ 2.866,71 até R\$ 3.582    | 22,5 %   | R\$ 483,84        |
| acima de R\$ 3.582,00                  | 27,5 %   | R\$ 662,94        |

| Deduções admitidas:   |
|---|
| a) Por dependente, o valor de R\$ 144,20 por mês;   |
| b) Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.434,59 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade;  |
| c) As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;   |
| d) As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e,   |
| e) As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas. |
| Cálculo do imposto:   |
| a) Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;  |
| b) Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.   |

\* Tabelas sujeitas a alterações.

Fonte: Marcelo Teixeira – CRC TC – 1SP224511/0-6, bacharel em direito e contabilista do Escritório Dom Bosco.

# Afinidade com a **causa**

Investimento social estratégico transforma a ação social em parte integrante do negócio das empresas



Por Thaís Iannarelli

O poder do setor privado no cenário atual é inegável. A cada dia, empresas de diversos setores proliferam nas grandes cidades e aumentam seu impacto nas realidades locais. Para se ter uma ideia da influência que as corporações têm sobre o mundo, das cem maiores entidades econômicas, 51 são empresas e 49 são governos, segundo a publicação *Compromisso Social e Gestão Empresarial*, dos britânicos Adrian Hodges e David Grayson. Agora, o setor privado não é mais responsável somente por fazer a economia girar ou obter lucros; ele é parte integrante da sociedade, e deve se adequar para preservar os bens sociais e ambientais do planeta.

Por isso, produtos e campanhas voltados a causas sociais são mais frequentes no dia-a-dia das companhias do setor privado. Uma atividade que tem sido muito aplicada atualmente é o investimento social estratégico ou direcionado, ou seja, aquele em que a empresa utiliza o mesmo público-alvo do seu produto para ser o alvo das suas ações sociais. Assim, se uma empresa trabalha com produtos químicos, sua ação social pode ser voltada para a contenção da influência que tais elementos têm, por exemplo, na água e na terra, assim como para o desenvolvimento de um programa de educação ambiental para a comunidade local.

A Avon, empresa de cosméticos voltada para o público feminino, torna esta ideia realidade. As ações sociais de seu instituto são voltadas essencialmente para esse público, com campanhas sobre prevenção do câncer de mama e sobre a violência contra a mulher. “Sou um grande admirador desse tipo de estratégia. Aprendi que um dos princípios de um bom investimento social é que a causa seja relacionada e muito vinculada aos objetivos da empresa”, complementa Lírio Cipriani, diretor executivo do Instituto Avon.

### **Responsabilidade social versus Investimento social**

Antes de entender esse processo, é essencial que se diferenciem duas formas de atuação que costumam ser confundidas: a responsabilidade social empresarial e o investimento social. Segundo o gerente de conhecimento do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), André Degenszajn, “a responsabilidade social é uma dimensão ética de empresas, ou seja, é o impacto que a empresa tem em vários âmbitos, na sociedade, no meio ambiente e no planeta com sua rede de parceiros e fornecedores. Já o investimento social é algo projetado para fora, é o recurso que sai da corporação ou de sua fundação e vai para uma organização, ou é gerido pela própria fundação”.

Conhecer o público-alvo da empresa e os interesses da comunidade do entorno é importante para definir o foco das ações sociais nas quais a empresa pode investir.

Isso significa que a responsabilidade social é uma forma de conduzir os negócios de maneira ética, apoiando o desenvolvimento do país, enquanto o investimento social acontece quando a empresa profissionaliza ou institucionaliza sua ação social com a comunidade, e repassa recursos privados para fins públicos. De acordo com definição do Gife, a companhia repassa seu know-how de gestão, planejamento, cumprimento de metas e avaliação de resultados para a ação social.

O investimento social estratégico, então, vem a calhar nesse cenário. A empresa já sabe como atuar com determinado público por causa do negócio, e pode aproveitar esse conhecimento para agir com mais eficácia com a mesma população. Essa estratégia já vem sendo utilizada e isso é visível pela criação de departamentos e pela profissionalização de equipes para gerenciar tais investimentos. Quanto mais consistente for esse processo, maior e mais efetiva será a contribuição para a melhoria das questões sociais do país.

## Causa e negócio

Aliar o negócio da empresa à causa com a qual ela atua é um assunto que pode dividir opiniões. Enquanto uns consideram que a ação pode ser mais eficaz, outros entendem que a empresa pode se aproveitar disso para construir uma imagem mais positiva.

De acordo com o artigo *The Competitive Advantage of Corporate Philanthropy* (A vantagem competitiva da filantropia corporativa), publicada na Harvard Business Review por Michael Porter, professor da Harvard

Business School, “é verdade que os objetivos econômicos e sociais são, há muito tempo, vistos como distintos e até competitivos entre si. Porém, isso é uma falsa dicotomia e representa uma perspectiva obsoleta em um mundo de competição baseada no conhecimento. As empresas não funcionam isoladamente da sociedade ao seu redor. Quanto mais a melhoria social se relaciona com o negócio das empresas, mais isso leva a benefícios econômicos”.

Para o estudioso, já que as corporações não podem resolver todos os problemas, elas devem focar aquilo que sabem fazer melhor, ou seja, devem trabalhar com temas ligados à sua área de atuação. Segundo seu artigo, “a maioria das despesas corporativas produz benefícios somente para o negócio, e as contribuições para a área social que não estão relacionadas a ele só geram benefícios sociais. Apenas quando as despesas corporativas produzem simultaneamente ganhos sociais e econômicos, a filantropia empresarial e os interesses dos *shareholders* se encontram”.

Assim, a redução na emissão de carbono pode não ser tão importante para um banco, mas tem alto impacto para uma companhia de transporte, por exemplo. Nesse caso, a ação passa a ser parte da estratégia de negócio da empresa.

Uma companhia que atua dessa maneira é a Pedigree, que produz itens de alimentação para cães. A criação do programa Adotar é Tudo de Bom, que dá visibilidade à causa dos cães abandonados, é uma ação social voltada para o mesmo público-alvo dos produtos da empresa. “Somos loucos por cachorro e, por isso, criamos o programa que sensibiliza as pessoas e mostra caminhos para a adoção de um cão. No Brasil existem mais de 20 milhões de cães abandonados, e esta é uma realidade que a marca Pedigree espera mudar”, conta Cynthia Schoenardie, gerente responsável pelo programa. Segundo ela, o plano de crescimento da empresa não está ligado ao programa, mas desde 2008 os produtos chegam ao mercado com o selo Adotar é Tudo de Bom. Assim, para todo produto vendido, a empresa se compromete a fazer uma doação para ajudar abrigos de cães.

De acordo com André Degenszajn, o investimento social estratégico é uma tendência e não deve ser visto de forma negativa. “O investimento tem de dar um retorno em termos de imagem, de construção da identidade da empresa, seja diretamente ou por meio de sua fundação ou instituto. E é claro que existe uma propensão das empresas a aliar as duas coisas. Até

Divulgação



Corrida Um Beijo pela Vida, uma das iniciativas da Avon contra o câncer de mama

porque o investimento social é voluntário, e ele deve se justificar perante os acionistas. Por isso, ele deve fazer sentido, ter a ver com a identidade da empresa e com a imagem que ela deseja construir em meio à sociedade”, explica.

A Avon também segue o mesmo princípio. “Somos uma empresa voltada para as mulheres, sempre tivemos nossos objetivos comerciais voltados para esse público. Hoje, são mais de 1,2 milhão de revendedoras, então nossa filosofia sempre pregou isso, que o nosso negócio é de sucesso porque depende das pessoas e, principalmente, das mulheres”, conta Cipriani. Hoje, o Instituto Avon apoia a prevenção do câncer de mama e a luta contra a violência doméstica. “Acho que aliar a causa e o negócio é mais eficiente. Se apoiássemos algo que não se relaciona com o produto, seria mais fácil só fazer um cheque e pronto. Mas, no nosso caso, temos um envolvimento com a mulher, é um compromisso arraigado no DNA da empresa. Além disso, o investimento social se torna mais barato, porque já usamos toda a gestão da empresa voltada para a necessidade da mulher”, conclui.

## Desafios

As empresas que realizam investimentos sociais devem estar atentas a alguns desafios que aparecem no caminho. Um deles é o fato de que, às vezes, é necessário que haja uma sinergia entre os investimentos de empresas diferentes que lidam com a mesma causa social. Assim, aumentam as populações beneficiadas e a qualidade do trabalho também cresce.

Outra realidade é que essas iniciativas empresariais devem influenciar a criação de políticas públicas voltadas para seu foco de atuação. Dessa maneira, um atendimento que seria de pequena escala, somente no âmbito corporativo, pode se tornar replicável para outras localidades e realidades. O envolvimento dos funcionários e do próprio negócio da empresa na ação social é o desafio maior, já que não basta mais a simples prática de financiar projetos sem participar deles.

## Estratégias e cases

Conhecer o público-alvo da empresa e os interesses da comunidade do entorno é importante para definir o foco das ações sociais nas quais a empresa pode investir. A Avon é um exemplo disso. Utilizou as mais de 1 milhão de revendedoras para atingir outras 30 milhões de mulheres, as consumidoras. “A causa do câncer de mama,



Cynthia Schoenardie, gerente responsável pelo programa Adotar é Tudo de Bom

com a qual trabalhamos, tem como remédio principal a informação. Então, tínhamos tudo na mão: ferramenta, estratégia, o poder de gestão da empresa e a logística. Criamos nossa campanha com o desafio de que os próprios produtos da empresa gerassem recursos”, explica Cipriani.

Outro fator enriquecedor para essas ações são as parcerias, que podem ser feitas com outras empresas e com outras organizações sociais. Segundo Cipriani, a Avon apoiou até agora 66 projetos diferentes relacionados ao câncer de mama no Brasil. “Temos números bons em termos de resultados. Por exemplo, a média no Brasil, hoje, divulgada pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), é de que 50% dos casos são detectados em estágio avançado. Nos projetos em que implantamos o rastreamento, diminuimos esse índice para 10%”, conclui.

Para André, que trabalha no Gife, organização que tem o papel de apoiar as empresas nessas questões, não existe uma fórmula única para que os investimentos sejam feitos de maneira correta. “As empresas associadas ao Gife devem investir, mas cada uma encontra seu modelo mais adequado de funcionamento. Trabalhamos muito em função do perfil de cada organização, aproveitando as características de cada uma para definir a melhor forma de atuação”, explica.

No caso da Pedigree, a campanha que sensibiliza as pessoas que gostam de cachorro deu certo. Nos

O investimento social acontece quando a empresa profissionaliza ou institucionaliza sua ação social com a comunidade e repassa recursos privados para fins públicos

A crise será crucial para a diferenciação entre as empresas que incorporaram o investimento social como parte da sua cultura daquelas que lidam com ele como algo externo

seis primeiros meses, a campanha Adotar é tudo de bom influenciou diretamente a adoção de mais de 3 mil cães. “O feedback que recebemos dos abrigos participantes da campanha também é impressionante. Todos registraram um aumento significativo na procura e interesse da população sobre a adoção de cachorros abandonados. Neste período, conseguimos envolver jornalistas, formadores de opinião e celebridades que abraçaram a causa. Mesmo assim, a campanha está só começando. No primeiro ano, temos como objetivo ajudar a encontrar lares para mais de 500 cães por mês. Em quatro anos, a meta é ter encontrado casas para mais de 25 mil cães”, conta Cynthia.

### Comunicação e mensuração da eficácia

Ao atuar com o investimento social estratégico, a causa agrega valor à marca. Porém, nem todos os consumidores percebem isso de cara. É necessário desenvolver uma campanha de comunicação que relacione a empresa e a ação social, ou seja, que demonstre o envolvimento entre as duas coisas. Esse é o momento de utilizar as ferramentas que estiverem ao alcance, como a criação de comerciais de TV, produção de sites

para os projetos, envio de e-mails, uso da assessoria de imprensa, entre outros.

Depois de realizar esse trabalho, é necessário medir os resultados da campanha – tanto da ação social quanto da repercussão dela para o negócio. Para isso, além de ser recomendável que haja uma equipe de marketing, é importante medir o *Triple Bottom Line* que, em inglês, verifica os três P's: *people, planet e profit* (pessoas, planeta e lucro). O ideal é estabelecer “pontos” para cada item e avaliar o impacto da ação social do ponto de vista da sociedade, do ambiente e do negócio.

Identifique seus objetivos e faça com que todos eles sejam mensuráveis de alguma maneira. Dessa forma, é possível criar indicadores próprios para monitorar as ações, fato que pode trazer melhorias para projetos futuros.

Para Lírio Cipriani, porém, o mais importante é o entusiasmo dos funcionários e o efeito que isso traz ao negócio. “Não sei exatamente quanto a empresa ganha com a ação social, mas sei que ela ganha, porque sei do orgulho com que as revendedoras da Avon falam da causa. Elas sabem que contribuíram, no meio de um milhão de pessoas, para ajudar o próximo. Isso é valor agregado ao negócio, que não há números que meçam, mas a gente sabe do valor”, conta.

## Marketing relacionado a causas

Uma ferramenta utilizada pelas empresas para incorporar o investimento social nas ações de comunicação é o Marketing Relacionado a Causas (MRC). Seu objetivo é alinhar as estratégias de marketing e o negócio da empresa à sua atuação social. No Brasil, o exemplo mais antigo de um programa de MRC é o McDia Feliz que, até 2006, arrecadou R\$ 63 milhões com a venda de sanduíches revertida para instituições que tratam de crianças e adolescentes com câncer.

Mesmo assim, a iniciativa não é muito difundida no Brasil. De acordo com pesquisa realizada com 114 das 500 empresas do ranking “Maiores e Melhores”, da Revista Exame, em 2003, apenas 27% delas estavam realizando programas de MRC. Embora 55% das empresas tenham declarado conhecer a ferramenta, 57% das pesquisadas não a utilizavam por falta de conhecimento, e 47% disseram temer utilizá-la por parecerem oportunistas. De fato, o MRC é estratégico, mas não deve ser utilizado como forma de promover vendas. Os ganhos, nesse tipo de operação, vêm em longo prazo.

### Dicas de como trabalhar a comunicação externa de um programa de MRC:

- O que será comunicado? A mensagem deve ser clara e priorizar a causa;
- Para quem será comunicado? Primeiro para o público interno, depois para os consumidores e parceiros;
- Por que será comunicado? É importante estabelecer objetivos;
- Como será comunicado? Que meios de comunicação serão utilizados e qual a linguagem;
- Quando será comunicado? Qual é a duração da campanha? Quais as etapas?
- Quanto será comunicado? Qual investimento será realizado e que público será atingido?

**Fonte:** Guia Prático de Marketing Relacionado a Causas: Diretrizes e Casos – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) e Charities Aid Foundation (CAF).

## Confira algumas empresas que aliam a causa ao negócio:

| Empresa                | Causa  |
|------------------------|--|
| Avon                   | Prevenção ao câncer de mama e luta contra a violência doméstica                      |
| Pedigree               | Adoção de cães abandonados   |
| Colgate                | Saúde e higiene bucal  |
| Atlantica Hotels       | Turismo sustentável e proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual |
| Nestlé                 | Nutrição, saúde e bem-estar  |
| Embelze                | Profissionalização em beleza e estética  |
| Microsoft              | Capacitação para a informática   |
| Fundação Victor Civita | Incentivo à leitura e à educação   |

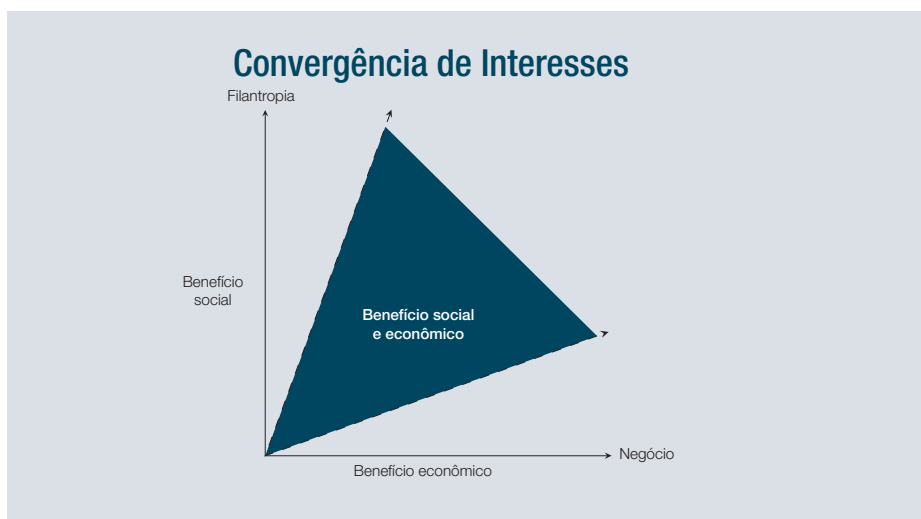
## Valor agregado e ações conjuntas

Quando uma empresa começa a fazer investimentos sociais e a se envolver com ações dessa natureza, é normal a expectativa de que os impactos positivos sejam vistos pelos seus clientes. Isso porque um dos resultados que provêm dos investimentos sociais é a melhoria na imagem da empresa, ou seja, a forma como ela é percebida no mercado. Mesmo assim, é importante frisar a necessidade de se manter a transparência nas relações com seus públicos, já que a melhoria na imagem se dá, efetivamente, quando o trabalho social é realizado de maneira correta e que tenha credibilidade.

Isso significa que todas as relações empresariais devem ser éticas e responsáveis – desde o tratamento com a natureza e o relacionamento interno até o atendimento a fornecedores e clientes e o descarte dos resíduos. Juntamente com o investimento social estratégico, essas iniciativas constroem a imagem verdadeiramente positiva que a empresa pode ter.

## Efeitos da crise

Durante o contexto de crise pelo qual o mundo passa, é comum pensar que o setor privado tenha deixado de investir na área social para cortar gastos. Isso é fato, mas assim como deixou de investir no setor social, deixou também de investir em outros setores – basta analisar o aumento no número de demissões. Segundo dados da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (Cepal), a crise deixou mais de 1 milhão de pessoas desempregadas na América Latina até o fim do primeiro trimestre de 2009.




O impacto disso nos investimentos na área social, segundo André, será mais percebido em 2010 no Brasil. “Muitas vezes, os orçamentos já estavam preparados para esse ano, então havia recursos vindos do ano anterior”, explica. André também considera que o momento será crucial para a diferenciação entre as empresas que incorporaram o investimento social como parte da sua cultura daquelas que lidam com ele como algo externo, fácil de “cortar” quando houver necessidade sem que haja um prejuízo para sua imagem. “Para aquelas que desenvolvem um trabalho mais sólido, que já é parte da identidade da empresa, gera um custo muito alto abrir mão disso. Não em termos de solidariedade ou contribuição para o bem público, mas para o próprio negócio, então isso vira um ativo da empresa”, explica André.

Por isso, para aquelas companhias que entendem o investimento social como parte do negócio, ele será reduzido como qualquer outra área da empresa que eventualmente precise passar por mudanças.

## Adaptação à realidade

Para que o investimento social realizado por uma empresa possa ser efetivo, então, devem-se colocar alguns quesitos na balança. Não basta escolher ao acaso um assunto a ser trabalhado. É preciso saber que tipo de iniciativas serão eficazes para resolver situações locais e importantes para seu público.

Por isso, não só é necessário criar um projeto com as características técnicas corretas, como uma boa avaliação, a profissionalização da equipe e uma boa gestão. Devem-se definir, também, objetivos estratégicos para os resultados que se pretende alcançar. 

# Dr. Cão

Conheça projetos pioneiros que promovem a interação entre cães e seres humanos

Por Valeuska de Vassimon

**E**m vez de mãos, jaleco e um vocabulário repleto de termos médicos, patas, pelos, latidos e um rabo que abana incessantemente. Essa é a realidade cada vez mais presente em hospitais e instituições que apostam na melhoria e no desenvolvimento do ser humano por meio do contato com animais, especialmente os cães.

“O animal fornece contato físico, facilita a comunicação e é um intermediador de atividades motoras e vários tipos de aprendizado, além de reduzir o estresse e a ansiedade”, afirma a Dra. Hannelore Fuchs, psicoterapeuta e uma das idealizadoras do Pet



Smile, o bem-sucedido programa de terapia mediada por animais em São Paulo.

O projeto nasceu em 1997 com o objetivo de atender as necessidades da prefeitura de Taboão da Serra, na região metropolitana de São Paulo, que era pioneira em mutirões de castração. Dra. Hannelore foi convidada para elaborar um projeto de visitas pré-programadas a várias instituições, acompanhada por quatro veterinários e dois cães. Hoje, sua equipe tem 15 voluntários e 16 bichos, entre eles cães, gatos e coelhos.

“Eu comecei dentro do modelo norte-americano da Teoria Facilitadora com Cães (TFC), e falo as duas linguagens: o ‘veterinês’ e o ‘psicologuês’”, brinca Dra. Hannelore, cujo projeto busca educar os animais em vez de adestrar. As visitas ocorrem duas vezes por semana em várias instituições de São Paulo, entre elas o hospital Albert Einstein. Segundo a psicoterapeuta, o foco deve estar na relação entre voluntário, bicho e paciente, em que o segundo funciona como intermediário para a melhora do terceiro.

Embora tenha começado com crianças, seu “sonho dourado” sempre foi trabalhar com idosos, objetivo que ela finalmente atingiu em 2002. “A situação de rejeição é a mesma, mas o idoso consegue verbalizar mais, além de apresentar uma situação de abandono que é permanente. Já a criança, muitas vezes, apresenta uma situação transitória, e só precisa desfocar do ambiente hospitalar”, explica.

Entre tantas visitas marcantes, Dra. Hannelore se lembra de um momento memorável ocorrido há poucas semanas em um importante hospital da capital paulista. “Assim que chegamos, a ‘chefona’ do quarto andar pediu para que visitássemos uma menina que precisava muito de nós. Ela havia sido atropelada e teve a perna amputada. Eu estava com um coelho; coloquei-o na cama e... foi de arrepiar. Aquela mãozinha de criança, delicada e pequenina, foi apalpando a orelhinha do bicho, à medida que abria um sorriso e entoava a canção ‘Coelhinho da Páscoa’”. A criança logo interagiu com a equipe, emocionando todos os presentes na sala.

O mesmo papel de “mensageiro da alegria” é desempenhado por Dr. Chico, um labrador preto de dois anos e sete meses que visita semanalmente o Hospital Municipal da Criança, em Guarulhos. Com o auxílio de seu proprietário, Robson Dertinatti, cão e equipe procuram reproduzir o ambiente de casa no hospital para que as crianças internadas sintam-se à vontade para brincar e se distrair.

## Saiba mais sobre a Terapia Facilitadora com Cães (TFC)

A TFC é a utilização do contato com o cão para fins terapêuticos, em uma abordagem multidisciplinar que busca o crescimento psicológico e social e contribui para o aprimoramento da psicomotricidade, impulsionando as potencialidades e minimizando a deficiência do ser humano.

Sua origem data de 1792, no Retiro York, na Inglaterra, em uma instituição mental em que os pacientes participavam de um programa alternativo de comportamento que consistia na permissão de cuidar de animais de fazenda como reforço positivo.

Em 1867, a mesma técnica foi usada com pacientes psiquiátricos em uma instituição na Alemanha, mas somente na década de 1960 foi publicado um estudo nos Estados Unidos que comprovava os benefícios da TFC em pacientes com desordens mentais e físicas.

No Brasil, somente a partir dos anos 1990 foram implantados os primeiros centros de atendimento de terapia assistida por animais e relevantes estudos científicos. Segundo dados do PhD. Dr. Dennis C. Turner, presidente da Associação Internacional das Organizações Homem-Animal (IAHAIO), 30% dos psiquiatras e psicoterapeutas envolvem animais em suas práticas clínicas no Brasil.



“Lembro de um menino que estava se recuperando de uma meningite e a presença do Dr. Chico acelerou sua alta hospitalar, fazendo com que ele retornasse para casa muito antes do que imaginávamos”, conta a Dra. Heloísa Helena Sampaio, médica e diretora do hospital.

Ela estuda a possibilidade de treinar alguns animais do Centro de Controle de Zoonoses para essa “amorosa parceria”. “É um sonho bastante realizável, mas ainda em fase de discussão”, complementa.

O projeto Cão Terapeuta, da ONG Cão Cidadão, em São Paulo, também promove sessões de interação entre cães, crianças e idosos enfermos ou portadores de alguma deficiência física ou mental. “A ciência já comprovou inúmeros benefícios das terapias assistidas por animais, e um fato interessante é que o simples toque em um cão provoca alterações na frequência cardíaca”, conta Wagner Zoriki, adestrador e consultor da Cão Cidadão. Segundo a adestradora Telma Nely Bezerra, a instituição também apoia e promove a conscientização de ONGs para a posse responsável de cães por meio de palestras e trabalhos desenvolvidos pela equipe.

### Cão também é gente!

Um projeto semelhante, porém mais dedicado à criação e à reabilitação dos animais, acontece na zona rural de

Tatuí, no interior de São Paulo, na chácara do Recanto do Vovô Bolzan. Maria Teresa Bolzan de Ângela cria incríveis 330 animais, entre cães, gatos e cavalos, há 30 anos.

“Como eu cresci rodeada de animais, aprendi que eles dão afeto às crianças”, conta a proprietária, que salvou cinco cães que iriam ser sacrificados, adaptando-os a cadeiras de rodas. “Eu quis promover a inclusão dos animais paraplégicos no ambiente das crianças para elas observarem que, apesar de diferentes, eles conseguem se locomover e viver normalmente”, afirma.

As crianças às quais ela se refere são os 160 alunos entre dois e 15 anos que frequentam a instituição, que fornece ensino, transporte e merenda escolar há mais de 15 anos na região.

Com o auxílio de Izabel Cristina Pires Figueiredo, gerente da chácara, um veterinário e quatro funcionários por canil, Maria Teresa luta por cada bicho como se fosse uma das crianças da escola.

“Nenhum bicho sai daqui, não. Só sai morto”, brinca Cristina, que logo corrige: “Quer dizer, nem assim, porque aqui tem até cemitério para eles, com plaquinhas para cada bicho”, conclui a gerente, que largou seu emprego na prefeitura para trabalhar com os animais. 🐾

Ela havia sido atropelada e teve a perna amputada. Eu estava com um coelho; coloquei-o na cama e... foi de arrepiar

Criança recebe a visita de um coelho do projeto Pet Smile no quarto de um hospital de São Paulo

Links

www.caocidadao.org.br  
www.svcpa.org  
www.vovobolzan.com.br

# Os Caminhos

## Diferentes tipos de resíduos têm destinações



Fernando Credidio

[fernando.credidio@futurosustentavel.org.br](mailto:fernando.credidio@futurosustentavel.org.br)

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações e consultor em sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

O lixo faz parte do nosso dia-a-dia. É uma realidade de proporção mundial. Contudo, apesar de a mídia conferir bastante destaque ao tema, quase não se comenta sobre a destinação dada a ele. Por isso, resolvi abordar esse assunto de forma didática, ainda que resumidamente.

Desde a pré-história, quando os homens viviam em cavernas, pequenos acampamentos ou aldeias, o lixo já era um problema. Atualmente, ele não é mais formado apenas por restos de alimentos e outras matérias naturais. Muito do que se joga fora é feito de material poluente ou que não se decompõe facilmente. Em cada caso, é preciso muita tecnologia para tratar o lixo de forma correta.

Diariamente, uma grande quantidade de lixo decorrente das atividades domésticas, comerciais, industriais e dos serviços de saúde é produzida nos centros urbanos. Às sobras e aos restos de materiais que constituem esse lixo, soma-se aquele proveniente da varrição pública. Portanto, dar tratamento e destinação adequada às milhares de toneladas coletadas é uma tarefa árdua que requer planejamento, aplicação de tecnologias avançadas, controle e fiscalização constantes.

A exemplo de nossas residências, as cidades precisam estar limpas todos os dias. Esse serviço é chamado de limpeza urbana e, com a ajuda de um verdadeiro exército, o trabalho inicia-se pela coleta, passando pelo tratamento e terminando no lugar apropriado onde o lixo deve ser depositado.

### O lixo é dividido em tipos e cada um deles precisa de tratamento especial

Chamamos de lixo tudo aquilo que não aproveitamos, seja em casa, no comércio, nas indústrias ou nos hospitais. E, ainda, aquilo que vem da natureza, como folhas, areia, terra e galhos.

De acordo com a sua origem e com os riscos que pode causar à saúde e ao meio ambiente, o lixo é dividido em resíduos urbanos e resíduos especiais. Os primeiros vêm das nossas casas, da varrição das ruas e do comércio, recebendo também o nome de lixo doméstico. É formado por restos de alimentos, papéis, vidros, folhas, trapos, madeiras, latas e tudo o que jogamos fora.

Por sua vez, os resíduos especiais são aqueles gerados nas indústrias, hospitais, clínicas e nos demais serviços de saúde. Como esse tipo de lixo coloca em risco a saúde das pessoas e o meio ambiente, precisa de cuidados especiais ao ser recolhido, transportado, incinerado e depositado, já em cinzas, nos aterros sanitários. Esses resíduos são formados por materiais radioativos, alimentos e medicamentos com data vencida, sobras de matadouros, produtos químicos corrosivos, reativos, tóxicos e inflamáveis, além de restos de embalagens de inseticidas e outros venenos.

### Como funciona a limpeza urbana?

O serviço de limpeza urbana começa quando os caminhões recolhem o lixo nas portas das nossas residências, ao mesmo tempo em que os varredores estão executando sua tarefa nas ruas e praças das cidades.

Após recolhido, o lixo percorre um longo caminho. O doméstico é levado para lugares chamados estações de transbordo. Lá, os caminhões despejam o material em grandes carretas. Das estações de transbordo, uma pequena parte do lixo é enviada para as usinas de compostagem. A maior parte vai para os aterros sanitários.

### Usinas de compostagem

Uma usina de compostagem é uma espécie de fábrica que usa o lixo como matéria-prima. Nessas usinas, os resíduos são separados em três tipos:



# do lixo



específicas na hora da coleta

- **Materiais orgânicos:** são os restos de alimentos, folhas de árvores etc. Esse material é triturado, misturado e peneirado, e vai para um local dentro da usina onde ocorre a compostagem. A compostagem (ou transformação em adubo) acontece quando algumas bactérias que vivem no lixo entram em ação, criando um tipo de adubo natural que é usado nas plantações;
- **Materiais recicláveis:** são as partes do lixo que podem ser reaproveitadas. Vidro, papel, plástico, latas e outros metais são separados e utilizados pelas indústrias que reciclam esses materiais, ou seja, transformam-nos em produtos novos;
- **Rejeito:** é a parte que não pode ser aproveitada, como pedras, areia, pedaços de couro, borracha e plástico sujo. Esses rejeitos são enviados para os aterros sanitários específicos, chamados aterros de inertes.

## Aterros sanitários

O aterro sanitário é uma forma de disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo que utiliza técnicas de engenharia civil e sanitária para espalhar, compactar e cobrir com terra, diariamente, esses resíduos, com o objetivo de proporcionar seu confinamento seguro, evitando riscos e danos à saúde pública e minimizando os impactos no ambiente.

Sua construção deve impermeabilizar o solo para que o chorume (líquido escuro e com alta carga poluidora, resultado da fermentação e decomposição biológica da parte orgânica do lixo e outros resíduos) não atinja os lençóis freáticos. É necessário também drenar o chorume retirado do aterro, bem como os gases, principalmente o carbônico, o metano e o sulfídrico.

Os aterros sanitários são cuidados e controlados durante cerca de vinte anos após deixarem de funcionar. Além disso, depois de ser um aterro, o local pode se transformar em bosque, parque ou área de lazer.

## Resíduos especiais e lixo industrial / comercial

A coleta dos resíduos especiais é feita por meio de caminhões que levam o lixo para os incineradores, lugares próprios para queimá-lo. Esses fornos conseguem queimar centenas de toneladas de lixo por dia e sua temperatura pode chegar perto dos 1.000°C. As cinzas também são transportadas para os aterros sanitários.

## Coleta seletiva

Todo o lixo doméstico que não é separado vai para a coleta comum, podendo ser separado, depois, nas usinas de compostagem. Muitas vezes, como estão muito sujos, os materiais vão para os aterros sanitários. Se apenas o necessário for parar nos aterros, eles podem funcionar por muito mais tempo.

Embora não seja mote deste artigo, convém lembrar que, quando o papel é reciclado, evitamos cortar árvores. Quando o vidro é reciclado, deixamos de extrair areia. Quando o plástico é reciclado, poupamos petróleo, e assim por diante.

A coleta e o tratamento do lixo custam dinheiro, e todos nós pagamos por esse serviço. Quando o lixo reciclável é vendido às indústrias, o valor arrecadado pode ser usado para diminuir os custos do próprio lixo. E toda a população ganha com isso. Por isso, separar o lixo reciclável é, antes de tudo, um ato de cidadania e uma prova de respeito à natureza e ao próximo. ♪





# Missão, o principal ob

Por Dal Marcondes

“**O** lucro não pode ser o objetivo de uma empresa, é apenas um dos componentes para que a ela atinja sua missão”. À primeira vista, esta frase pode parecer um tanto despropositada em um mundo onde o lucro, o ganho de capital e a remuneração dos acionistas são vistos como valores absolutos em algumas empresas e por muitas pessoas. Mas vamos pensar um pouco em termos de processo histórico. As empresas estão assumindo um papel absolutamente protagonista no processo civilizatório do século 21. São, muitas vezes, maiores do que Estados independentes, e algumas têm mais poder e dinheiro que a maior parte dos países.

O processo civilizatório global tem algumas etapas. Na primeira, o início da organização dos homens em sociedade, as religiões reuniram os povos em torno de valores éticos e religiosos. Tal forma de organização ofereceu à humanidade um senso de justiça. Depois, a necessidade de uma união mais complexa, que permitisse a defesa de grupos humanos contra outros, levou à formação de governos. Daí à construção de nações e impérios foi um passo.

No entanto, nos dias de hoje, nessa etapa do processo civilizatório em que o capital assume um papel decisivo e as empresas impactam a sociedade de forma quase absoluta, é o momento de pensar qual é o papel das empresas na construção da sociedade dos próximos séculos. Aos poucos, mesmo ainda sem perceber a profundidade dessa mudança, as empresas estão definindo suas missões. Pode-se ler em relatórios financeiros e socioambientais a missão de muitas empresas. Ora, nenhuma empresa que se preze pode ter como missão

apenas dar lucro aos acionistas. Isso é postura de traficante de drogas.

As igrejas sempre arrecadaram o dízimo, uma décima parte dos rendimentos de seus fiéis, para manter suas atividades. Apesar de o dízimo ser importante para que fossem construídas catedrais, monumentos e obras por parte dos sacerdotes, recolhê-lo não é a missão de nenhuma igreja, mas apenas parte do processo para que a organização cumpra sua missão de levar conforto espiritual a seus seguidores, ou coisa semelhante.

Os governos arrecadam impostos. No entanto, não é a missão de nenhum governo arrecadar imposto. Esse dinheiro deve servir para que sejam cumpridos diversos compromissos delegados pela sociedade, como prover os cidadãos de infraestrutura, educação, saúde, segurança e Justiça. Nem todos os governos fazem isso com qualidade, mas a questão fundamental é que nenhum governo existe apenas para cobrar impostos de seus cidadãos.

E as empresas? Elas existem para dar lucro? Apenas isso? No início, as religiões e os Estados também não tinham suas missões claras. Havia abusos nas relações com fiéis e cidadãos. Os exemplos mais gritantes foram a Inquisição da Igreja Católica e as ditaduras sangrentas que chegaram ao poder em quase todo o mundo. Mas, aos poucos, essas instituições foram evoluindo. Hoje certamente não há mais espaço para “caças às bruxas” no Ocidente, assim como ditaduras não são aceitas com tanta complacência. Exceto, talvez, pela maneira insensata com que algumas empresas e governos flertam com a China, um regime autoritário e sem um sistema jurídico equilibrado.



# jetivo das organizações

Bem, exceto na China, como as empresas estão evoluindo em direção ao capitalismo sustentável? Em princípio, respeitando legislações cada vez mais rigorosas sob o ponto de vista ambiental e social. Também por meio de controles estabelecidos por normas de governança corporativa exigidas pelas bolsas de valores de todo o mundo.

As grandes empresas globais e as maiores companhias de atuação nacional já não podem mais trabalhar sem uma missão, e essa missão está quase sempre ligada à satisfação de seus clientes e à perenidade de seu negócio. Poucas ainda inscrevem a remuneração de seus acionistas entre os itens da missão. A evolução das empresas deverá levar o elemento cidadania à relação com os consumidores.

Nas escolas de negócios há uma máxima que diz: “É sempre melhor e mais fácil vender mais para os mesmos”. Foi em cima dessa frase que o mundo acelerou os processos de desigualdade. “Mais para os mesmos” é quase igual a “nada para os muitos que nada compram”. Hoje, muitas empresas estão descobrindo que vender pouco para muitos é mais democrático e sustentável. Dessa forma, é possível espalhar os benefícios da ciência, da tecnologia e da produção em massa para uma parte maior da humanidade.

Novos problemas surgem com essa mudança de paradigma. Mais consumo também representa mais impacto ambiental e, pela lógica de demanda, maior preço. Mesmo que se saiba que o aumento de produção reduz

preços. No entanto, se a ótica for cumprir uma missão, e não apenas ter lucro a qualquer preço, as empresas e governos podem se ajudar a construir modelos de negócios dentro desses novos paradigmas.


Muitos economistas e executivos que atuam em empresas e governos não acreditam que seja possível mudar os paradigmas enraizados do mercado. No entanto, sob uma perspectiva histórica, o mercado não é tão antigo ou poderoso assim, e a revolução industrial ainda não tem três séculos. A energia elétrica para todos tem menos de

50 anos, e o carro da família só chegou à classe média nos anos 1960 do século passado. Antes disso, era coisa para as elites, principalmente no Brasil e na América Latina.

É verdade que consumidores precisarão mudar suas expectativas para que se consiga alterar a forma de usar o mundo. Os limites de uso da Terra estão estabelecidos, e qualquer aventura pelo espaço em busca de novos mundos para a humanida-

de ainda será ficção científica por alguns séculos.

A compreensão de que não é preciso parar de consumir bens essenciais, mas que é uma bobagem continuar a produzir e consumir lixo, tanto para as empresas como para consumidores, é fundamental. E as empresas são estruturantes neste passo do processo civilizatório.

A missão não pode ser produzir cada vez mais lucro. A missão deve ser produzir cada vez mais riqueza e bem-estar para a sociedade, garantindo as condições de perenidade do negócio e da vida. 

Os limites de uso da Terra estão estabelecidos, e qualquer aventura pelo espaço em busca de novos mundos para a humanidade ainda será ficção científica por alguns séculos mais

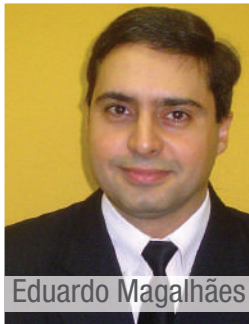
\* Dal Marcondes é diretor de redação da Envolverde, recebeu o Prêmio Ethos de Jornalismo em 2006 e 2008 e é Jornalista Amigo da Criança pela Agência Andi de Notícias.

  
www.envolverde.org.br



# A nova economia verde

Práticas já existentes e com infinito potencial de crescimento mostram como lucrar respeitando o meio ambiente



[magaedu@bol.com.br](mailto:magaedu@bol.com.br)

Sociólogo, ensaísta, professor e consultor para o Terceiro Setor e empresas na área de responsabilidade social. Membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e coordenador nacional de projetos da Building and Wood Workers' International.

**E**m seu livro *Designing the Green Economy: The Postindustrial Alternative to Corporate Globalization*, o autor Brian Milani adota dez princípios para a Economia Verde, entendendo como fundamental o que chama de *use-value*, em tradução livre, valor de uso. Para Milani, o objetivo do negócio é satisfazer as necessidades reais, ou seja, o negócio deve estar focado nas necessidades humanas e ambientais. Da mesma forma, o dinheiro deve viabilizar as trocas comerciais, e não ser um fim em si mesmo.

A ideia de valor de uso é um dos conceitos mais importantes dentro do pensamento marxista que, como sabemos, não tinha grandes simpatias pelo sistema capitalista. Milani não é, entretanto, um autor comunista. Na referida obra, estuda a economia verde como possível alternativa (para ele, a única no momento) às corporações globalizadas em um mundo pós-industrial. Ou seja, analisa um novo caminho para o desenvolvimento e, portanto, estabelece a continuidade da economia capitalista mundial.

Milani, assim, propõe a manutenção da instituição da livre iniciativa e da propriedade privada, mas disciplinadas por um mercado “socioambiental” voltado estritamente às carências humanas. Tal reflexão é igualmente muito parecida com o conceito de Terceira Via, em

que são resgatados e reunidos os melhores valores de um socialismo democrático e do liberalismo.

A seguir, sintetizamos o conjunto de ações e práticas que hoje compreendem a Economia Verde. Vale ressaltar que, ao longo do tempo, algumas delas podem sair desse rol e, outras, serem incorporadas. Simplesmente sublinhamos os tipos de negócios em ascensão que, no momento, unem lucratividade e respeito ao meio ambiente.

## Mercado de crédito de carbono

Segundo a Embrapa, entre 2008 e 2012 o mercado anual de crédito de carbono no Brasil será de U\$S 400 milhões. Conforme o Protocolo de Kyoto, que rege o mercado de crédito de carbono, os países de capitalismo central que assinaram o acordo estão obrigados a diminuir a emissão de gases do efeito estufa em pelo menos 5,2% em relação ao que era emitido em 1990. Para atingir suas metas, os países desenvolvidos podem comprar créditos de carbono dos países que assinaram o termo e não são obrigados a diminuir as emissões de gases do efeito estufa como, por exemplo, o Brasil. Assim, ganham os governos e empresas dos países centrais por diminuírem as emissões e também ganham empresários, governos e comunidades dos países que vendem os créditos de carbono.

## Energias limpas e renováveis

O Brasil é, certamente, o maior celeiro mundial para a produção de energias limpas e renováveis do planeta. Além da tecnologia, concentramos os principais elementos naturais necessários: água, sol, extensão territorial, biodiversidade, terras férteis e ventos. Com tais condições, basta o desenvolvimento de políticas públicas para que o Brasil seja liderança nessa área. Como exemplo, podemos citar a experiência do Proálcool. Outro combustível de imensas possibilidades é o biodiesel. Em relação ao petróleo, reduz em 100% a emissão de compostos sulfurados e aromáticos, 78 a 100% dos gases do efeito estufa e 55% dos materiais não particulados. Quanto à sua viabilidade econômica, pode substituir integralmente o diesel fóssil e servir como matéria-prima para a indústria de comércio, alimentícia, química, entre outras.

Há ainda a energia eólica e a energia solar fotovoltaica com gigantescas oportunidades no Brasil. De acordo com o *Atlas do Potencial Eólico Brasileiro*, essa tecnologia pode ser utilizada em todas as regiões, especialmente no Nordeste, e para gerar não apenas energia elétrica, mas também aquecimento e bombeamento de água, dessalinização, entre outras.

Sobre o potencial da energia solar, é importante mencionar que em menos de uma hora o planeta Terra recebe o equivalente ao que toda a humanidade consome durante um ano, e o Brasil é um dos países mais privilegiados nesse sentido. Os atuais custos de produção das energias eólica e solar já são competitivos em relação às energias convencionais e estão se tornando cada vez mais baixos. São, portanto, sistemas altamente sustentáveis.

Existe também a energia proveniente das correntes marítimas, das ondas e do hidrogênio, ainda muito pouco explorada no Brasil, mas também com enormes potenciais em curto prazo.

Outra admirável fonte para geração de energia elétrica no Brasil são as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Ao contrário das grandes usinas, as PCHs causam baixíssimos impactos ambientais e apresentam custos de instalação muito menores. Além disso, não dependem de capitais externos e não criam a necessidade de extensa logística de distribuição, na medida em que a energia elétrica produzida é consumida localmente e os pequenos lagos criados podem ser dirigidos ao turismo e à pesca. A viabilidade econômica dessa atividade para o Brasil é enorme, haja vista o potencial instalado de 9.795,7 mw e a excelente experiência nacional na construção e operação de grandes e pequenos empreendimentos hidrelétricos.

## Ecoeficiência

Ecoeficiência significa “produzir mais com menos”. Segundo a *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), a ecoeficiência é utilizada em todas as áreas da empresa, da produção à distribuição. Resumidamente, a WBCSD identifica sete pontos práticos para a atuação ecoeficiente de uma organização: 1) redução da intensidade material; 2) redução da intensidade energética; 3) redução da dispersão de substâncias tóxicas; 4) aumento da reciclabilidade; 5) otimização do uso de materiais renováveis; 6) prolongamento do ciclo de vida do produto; e 7) aumento da intensidade do serviço.

Um importante exemplo da ecoeficiência é o gerenciamento de resíduos sólidos, seja no setor industrial ou no de serviços. O Brasil possui significativa experiência e destaque mundial nos índices de reciclagem; mesmo assim, dos 61 milhões de toneladas anuais de lixo produzidos no Brasil, apenas 2% são coletados seletivamente. Portanto, há um amplo mercado a se explorar. Para se ter uma ideia do mercado potencial de reciclagem, a indústria de embalagem no Brasil tem receita anual de aproximadamente 2% do PIB, ou seja, R\$ 58 bilhões. Isso sem falar das formidáveis possibilidades de economia para as empresas ao reduzir seu consumo e desperdício de matérias-primas.

## Água

Com aproximadamente 15% de toda água doce do planeta, o Brasil é também uma potência nessa área. Em um mundo onde 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso a esse bem econômico e 2,4 bilhões de pessoas vivem sem saneamento básico, as possibilidades de mercado para o Brasil são incomensuráveis. O setor público isoladamente não conseguirá atender a toda essa população se os projetos não receberem investimentos da iniciativa privada que, por sua vez, somente o fará se puder obter lucros com a atividade. O nível de lucro dependerá da eficácia no gerenciamento dos recursos hídricos com especial atenção para a diminuição da degradação, conservação, preservação da água e educação ambiental.

Para sermos líderes mundiais na Economia Verde, a natureza no Brasil já fez o que lhe cabia. De nossa parte, é necessário que os governos facilitem sua expansão criando normas e políticas públicas favoráveis; que os empresários, pensando no longo prazo e não no lucro imediato e a qualquer custo, invistam sem receio; e a sociedade civil cubra e fiscalize de forma organizada. 🌱

O negócio deve estar focado nas necessidades humanas e ambientais. Da mesma forma, o dinheiro deve viabilizar as trocas comerciais, e não ser um fim em si mesmo

# O poder transformador da educação



Dilnei Lorenzi

dlorenzi@anec.org.br  
Doutor em Filosofia e secretário executivo da Associação Nacional de Educação (Anec).

Um dos pontos fundamentais para se entender o processo evolutivo das sociedades é analisar o tratamento que é dado ao conjunto de ações na promoção da educação. Trata-se de entender todas as especificações em torno da educação como mandamentos que devem ser interpretados e aplicados à luz dos princípios cardeais que os englobam. Assinale-se que os valores que os animam são propriamente inextinguíveis em sua realização histórica. Nunca se poderá dizer que a humanidade conseguirá um dia alcançar a perfeição em matéria de educação. No entanto, os valores intrínsecos que emanam no decorrer da atividade conseguem promover em grande escala valores como liberdade, igualdade, segurança e solidariedade.

Na história da educação há uma passagem conhecida. O grande Licurgo, legislador grego que viveu por volta do século 4 antes de Cristo, foi convidado pela assembleia da *pólis* grega a proferir um discurso a respeito do valor da educação para os jovens, que seriam o futuro da sociedade. Licurgo aceitou o convite, mas pediu, no entanto, um prazo para se preparar. O fato causou estranheza, pois todos sabiam que ele tinha capacidade e condição de falar a qualquer momento sobre o tema; por esse motivo ele havia sido convidado.

Após o prazo solicitado, ele compareceu perante a assembleia em expectativa. Postou-se à tribuna e, logo em seguida, entraram dois criados, cada qual portando duas gaiolas. Em uma havia duas lebres e, na outra, dois cães. A um sinal previamente estabelecido, um dos criados abriu a porta de uma das gaiolas e a pequena lebre branca saiu a correr, espantada. Logo em seguida, o outro criado abriu a gaiola em que estavam os cães e um deles saiu em desabalada carreira ao encalço da lebre. Alcançou-a com destreza, trucidando-a rapidamente.

A cena foi dantesca e chocou a todos. Uma grande admiração tomou conta da assembleia e os corações pareciam saltar do peito. Ninguém conseguia entender o que Licurgo desejava com tal agressão. Mesmo assim, ele nada falou. Tornou a repetir o sinal convencional

e a outra lebre foi libertada. Em seguida, o outro cão. O povo mal continha a respiração. Alguns, mais sensíveis, levaram as mãos aos olhos para não ver a reprise da morte bárbara do indefeso animalzinho que corria e saltava pelo palco.

No primeiro instante, o cão investiu contra a lebre. Contudo, em vez de abocanhá-la, deu-lhe com a pata e ela caiu. Logo se ergueu e se pôs a brincar. Para surpresa de todos, os dois ficaram a demonstrar tranquila convivência, saltitando de um lado a outro do palco. Então, e somente então, Licurgo falou: senhores, acabam de assistir a uma demonstração do que pode a educação. Ambas as lebres são filhas da mesma matriz, foram alimentadas igualmente e receberam os mesmos cuidados, assim como os cães. A diferença entre os primeiros e os segundos é, simplesmente, a educação.

E prosseguiu vivamente o seu discurso dizendo das excelências do processo educativo: a educação, baseada em uma concepção exata da vida, transformaria a face do mundo. Eduquemos nossos filhos, esclareçamos sua inteligência, mas, antes de tudo, falemos ao seu coração, ensinemos a ele a despojar-se das suas imperfeições. Lembremo-nos de que a sabedoria por excelência consiste em nos tornarmos melhores.

Não se sabe se essa história, que percorre até mesmo os caminhos da internet, de fato aconteceu, mas permite uma análise interessante a respeito do poder transformador da educação. O poder de emancipar o ser humano, torná-lo crítico, independente e com autonomia intelectual frente aos desafios do convívio social. Educar é propiciar, também, a liberdade do indivíduo diante das esferas dos poderes constituídos. A responsabilidade com a educação é critério definidor para julgar as consequências dos atos presentes no futuro. A irresponsabilidade com a educação é a construção de monstros desconhecidos. Nesse sentido, educar é tudo. A aspiração a uma vida feliz, que existe em todo coração humano, faz com que os homens, em geral, desejem obter todos os bens capazes de lhes propiciar esse resultado.

# Qual é a sua escolha?

Chegou a hora da sustentabilidade sair do papel

CON Publicidade



## Sustentabilidade na prática: inovação, educação e oportunidades de negócios

Estamos vivendo um momento de transição e nossas escolhas são determinantes para o planeta. **Ousar, inovar e avançar além dos discursos é a única maneira de caminhar em direção às soluções.**

## Qual é o seu papel nessa transformação?

Participe deste encontro entre governo, empresas, ONGs e cidadãos interessados em encontrar soluções combinadas que resultem na transição para uma economia verde.

inscrições no site: [www.sustentavel2009.org.br](http://www.sustentavel2009.org.br)



## Sustentável 2009

3º Congresso Internacional  
sobre Desenvolvimento Sustentável

de 4 a 6 de agosto de 2009

Teatro TUCA - PUC - Rua Monte Alegre, 1.024  
Perdizes - São Paulo

Realização:



**CEBDS**

Conselho Empresarial Brasileiro  
para o Desenvolvimento Sustentável



World Business Council for  
Sustainable Development

# Transformando sonhos em realidade

Fundação Iochpe já capacitou mais de 6,5 mil jovens em 20 anos de atuação



Por Paula Craveiro

Instituída há duas décadas pelo grupo Iochpe-Maxion S.A., atuante nos segmentos de autopeças e equipamentos ferroviários, a Fundação Iochpe é uma organização civil sem fins lucrativos que desenvolve programas nas áreas de educação, cultura e bem-estar social por meio de parcerias com entidades públicas e privadas.

Mantendo a educação de crianças e adolescentes como prioridade, a fundação apoia ações de investimento social e atividades culturais, beneficiando mais de 120 mil pessoas em vários estados.

Seus programas educacionais visam à promoção do desenvolvimento integral de crianças e jovens, capacitando-os a exercer uma profissão, ampliando suas habilidades de expressão e comunicação, estimulando sua criatividade e reforçando sua formação como cidadãos.

Atualmente, a fundação atua em quatro frentes: *Instituto Arte na Escola*, que visa a qualificar processos educacionais em arte; *Programa de Investimento Social Paritário*, que tem a missão de qualificar o investimento social privado por meio da ação voluntária dos funcionários; *Memória Iochpe*, que tem como meta preservar a história Iochpe-Maxion e as comunidades em que a empresa atua; e *Projeto Formare*, a primeira franquia social sem fins lucrativos do Brasil, que investe na formação profissional de jovens de população de baixa renda.

## Projeto Formare

O Projeto Formare foi criado em 1988 dentro das empresas Iochpe-Maxion S.A. em Canoas (RS) e São Bernardo do Campo (SP) como uma oportunidade de formação profissional direcionada a jovens de baixa renda no próprio ambiente de trabalho, e hoje é um modelo vitorioso de educação profissional dentro de

empresas; transformou-se na primeira franquia social do Brasil e multiplicou-se para diversos ambientes empresariais.

Beth Callia, coordenadora geral do projeto, e Zita Pimentel, coordenadora pedagógica, em conversa com a **Revista Filantropia**, explicam como é possível construir e manter o bem-estar social implantando mudanças significativas e construindo uma forte relação das empresas com as comunidades onde atuam.

## Funcionamento do programa

“O objetivo do programa é desenvolver as potencialidades de jovens de famílias de baixa renda, moradores das redondezas das empresas, a fim de integrá-los à sociedade como profissionais e cidadãos. Contudo, o projeto não se limita ao curso. Quando formados, os ex-alunos recebem apoio na obtenção do primeiro emprego. Aproximadamente 6,5 mil jovens já foram capacitados pelo Formare e cerca de 80% conquistaram seu primeiro emprego logo após o término do curso”, explica Beth Callia.

Outro fator de destaque é a capacitação e engajamento dos colaboradores da empresa quando aderem ao projeto, como educadores voluntários. “Temos informações da nossa rede de empresas parceiras de que, ao tornar-se educador-voluntário, o colaborador da empresa melhora significativamente o desempenho em suas atividades e, principalmente, em seu convívio com outros colaboradores”, conta a coordenadora.

## A iniciativa

Beth lembra que o projeto surgiu por meio da Fundação Iochpe, instituída em 1989 pelo Grupo



Iochpe, que desenvolve programas nas áreas de educação, cultura e bem-estar social, realizando parcerias com entidades públicas e privadas. “O Formare é um dos projetos da Fundação Iochpe, uma espécie de franquia social”, destaca.

## Como aderir a essa franquia social?

A franquia social surge como uma possibilidade bastante promissora para as empresas que desejam cumprir seu papel social e desejam otimizar recursos. “Ela é uma maneira de investimento social cuja eficiência e resultados já foram efetivamente comprovados a partir de um modelo consolidado ao longo de anos de experiência. O custo para implementação desse projeto é muito baixo e o retorno que ele proporciona às empresas é intangente”, esclarece a coordenadora geral do Formare.

A franquia social difere pouco de suas similares comerciais: ela parte de uma sólida concepção, que pode ser multiplicada por uma rede que compartilha seus ideais e objetivos – no caso da Fundação Iochpe, proporcionar benefícios à comunidade e ao desenvolvimento do voluntariado. Como toda franquia, a social tem parâmetros de implementação que garantem o sucesso da iniciativa.

Para integrar a rede Formare, explica Beth Callia, basta que a empresa destine espaço físico de cerca de 60 m<sup>2</sup> para o funcionamento da escola, além de definir a equipe de coordenação, selecionar os educadores voluntários e contribuir com uma taxa mensal destinada ao Fundo de Desenvolvimento da Metodologia Formare.

As empresas parceiras do Projeto Formare são de médio e grande portes. “Recomendamos que, no local onde se desenvolverá o curso, a empresa possua um número igual ou superior a 300 funcionários, pois empresas pequenas podem ter dificuldades adicionais na cessão de tempo de seus colaboradores para dar aulas aos jovens”, avalia Beth.

A Fundação Iochpe oferece o material de apoio pedagógico do curso e realiza programas de capacitação para os coordenadores do projeto na empresa e para os educadores voluntários que ministrarão as aulas.

## Perfil dos jovens beneficiados pelo curso

Para se candidatar a uma vaga em uma das escolas Formare, o jovem deve ter de 15 a 17 anos, cursar o ensino médio, comprovar renda *per capita* familiar

Divulgação




Grupo de estudantes do Projeto Formare desenvolvido pela MWM International, de Canoas (RS)

igual ou inferior a meio salário mínimo e não pode ser filho de funcionário da empresa onde o curso será ministrado. O aluno recebe um certificado emitido pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) ao final do curso.

“O objetivo do Formare é proporcionar uma formação inicial para o mercado de trabalho. Todos os currículos dos cursos possuem um núcleo de disciplinas de formação geral e outro de disciplinas específicas relacionadas ao negócio de cada empresa. A ideia é que o jovem aluno tenha a oportunidade de vivenciar diversas áreas da empresa e conviver com profissionais de diferentes segmentos. Isto contribuirá significativamente para a escolha de seu futuro profissional, determinando, muitas vezes, os futuros cursos que farão e as áreas em que trabalharão”, esclarece Zita Pimentel, coordenadora pedagógica do projeto.

Durante o curso, os alunos são orientados no processo de busca de emprego e redação de currículo. As empresas que oferecem os cursos se empenham muito para o sucesso de seus alunos e os apoiam na busca por oportunidades de emprego, com indicações e aproximações com potenciais empregadores da região. Além disso, Zita destaca que a Fundação Iochpe mantém uma parceria com o site Curriculum.com.br, que tem o objetivo de ajudar os alunos na busca do primeiro emprego.

Assim, o Projeto Formare explora o potencial educativo de uma organização e oferece aos jovens, por meio de seus cursos, uma preparação para enfrentar o mercado de trabalho porque fortalece, além das competências técnicas, outras habilidades essenciais, como trabalho em equipe, capacidade analítica, valores éticos e morais. 

# Responsabilidade social é sinônimo de filantropia?

Pesquisa revela opinião pública sobre doações e ações de caridade serem consideradas responsabilidade social



**O** que esperar das grandes corporações na atual conjuntura econômica? Qual o papel que elas devem desempenhar em um mundo marcado pela desigualdade? Milton Friedman, grande economista da segunda metade do século 20, diria que a única responsabilidade das empresas é gerar lucros aos seus acionistas. Porém, o que se tem observado nos últimos anos é a agregação de um conjunto diversificado de atividades que, antes, não passavam nem perto das responsabilidades empresariais.

Nesse conjunto de novas tarefas atribuídas ao setor corporativo, um papel de gestor e produtor de ações filantrópicas e de resgate ou assistência social é, talvez, o que tem se associado de forma mais corriqueira à responsabilidade social das grandes companhias.

Uma pesquisa anual realizada pela Market Analysis Brasil, em conjunto com seus parceiros internacionais da rede GlobeScan, procurou saber se “doar dinheiro, fazer caridade/filantropia e ajudar os necessitados”

Quanto menor o nível de desenvolvimento humano, maior a propensão a esperar das empresas assistencialismo social e ações de resgate emergencial

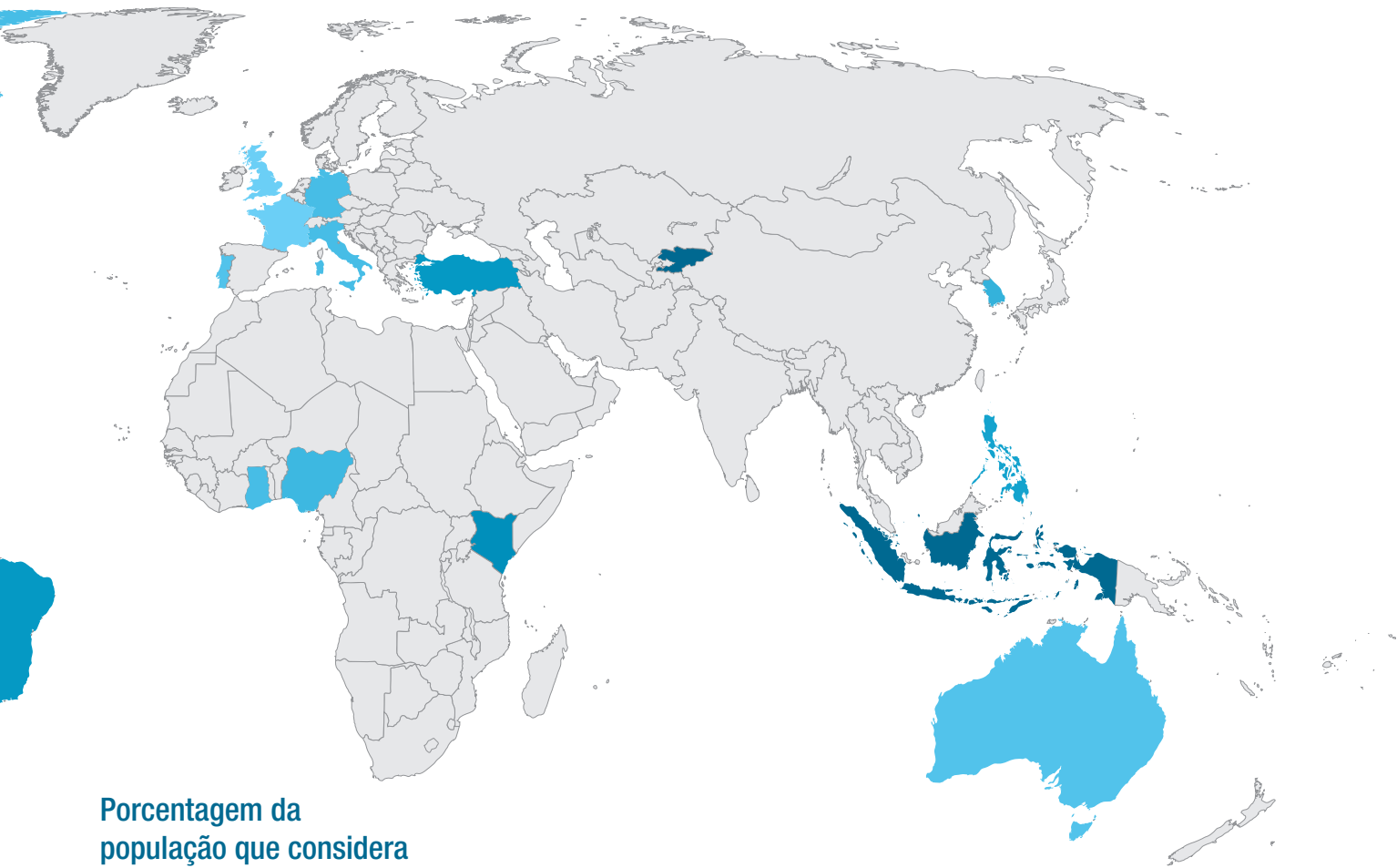
deve fazer parte das ações que as grandes empresas deveriam realizar para serem consideradas socialmente responsáveis. Os dados internacionais apresentam a Indonésia como o país onde a tradução de ações de responsabilidade social empresarial como atuação filantrópica é mais forte: quase um em cada quatro consumidores (22%) entendem cidadania corporativa dessa maneira.

No Brasil, metade desse número (11%) percebe a filantropia como pivô da sustentabilidade empresarial, colocando o país no quarto lugar do *ranking*.

Os países com consumidores menos dispostos a associar a cidadania corporativa à filantropia incluem a França e a Grã-Bretanha

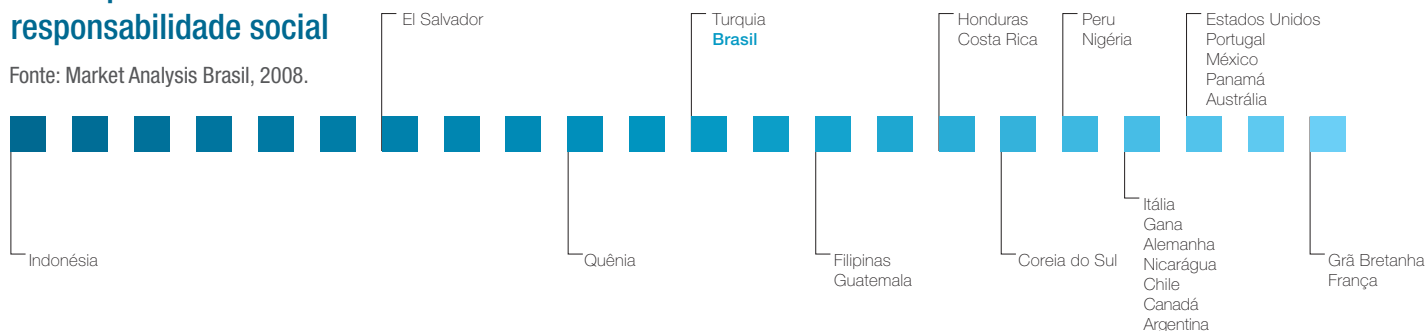
(apenas 1% cada), Austrália, Panamá, México, Portugal e Estados Unidos (3% cada) e Argentina, Canadá, Chile, Nicarágua, Alemanha, Gana e Itália (4% cada).

O que pode explicar tal disparidade? Uma suspeita plausível é que as expectativas da população estejam vinculadas às suas condições de vida. Assim, quanto menor



## Porcentagem da população que considera filantropia como responsabilidade social

Fonte: Market Analysis Brasil, 2008.



o nível de desenvolvimento humano, maior a propensão a esperar das empresas (e de qualquer outro agente) assistencialismo social e ações de resgate emergencial. O gráfico traz essa informação, correlacionando o percentual de consumidores que entendem responsabilidade empresarial como filantropia e o grau de progresso social existente no país, mensurado através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas.

Essa correlação é consideravelmente alta e negativa (-43), indicando que o IDH é um fator bastante confiável para prever as aspirações que os consumidores terão das responsabilidades empresariais em termos de atuação, principalmente filantrópica, ou de

outro tipo. Quanto maior o IDH, menor a inclinação das pessoas a esperar por esse tipo de intervenção (diversificando para outro tipo de foco suas expectativas a respeito do que as companhias deveriam fazer em matéria de responsabilidade social empresarial).

Quando e onde a responsabilidade social empresarial torna-se sinônimo de filantropia principalmente? Resposta: nos países que possuem grandes carências sociais. Dessa forma, o não suprimento pelo governo e outros setores organizados das necessidades básicas faz com que os consumidores recorram ao setor corporativo como uma alternativa na esperança de reverter esse quadro.

### Ficha técnica

Entrevistas pessoais por amostragem probabilística realizadas com 805 adultos (18 a 69 anos) nas nove principais capitais do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Brasília e Goiânia. Dezembro 2008. Margem de erro:  $\pm 3,45\%$ .



[www.marketanalysis.com.br](http://www.marketanalysis.com.br)



[info@marketanalysis.com.br](mailto:info@marketanalysis.com.br)



(48) 3234-5853

## Apoio a projetos de educação

Estão abertas até 21 de agosto as inscrições para a Seleção do Cartão Instituto HSBC Solidariedade, que apoiará projetos sociais de todo o país. Serão avaliados e selecionados 40 projetos educacionais que tenham o objetivo de reduzir a vulnerabilidade de crianças e adolescentes por meio do sucesso escolar. Os projetos serão apoiados por dois anos e cada um deles receberá R\$ 40 mil no primeiro ano e até R\$ 20 mil no ano seguinte. Poderão participar da seleção projetos sob a responsabilidade de organizações não governamentais como fundações, institutos e associações sem fins lucrativos legalmente constituídos no país.

 [www.porummundomaisfeliz.org.br](http://www.porummundomaisfeliz.org.br)

## Ranking do saneamento

O Instituto Trata Brasil, em recente estudo, constatou que o país conseguiu melhorar o alcance da prestação dos serviços de coleta e de tratamento de esgoto com a retomada dos investimentos no setor, desde a criação do Ministério das Cidades, em 2003, mas não avançará sem o engajamento das prefeituras. O estudo, que avaliou os serviços prestados em 79 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes, revelou que, entre 2003 e 2007, houve avanço de 14% no atendimento de esgoto dessas cidades e de 5% no tratamento. Ainda assim, diariamente são despejados no meio ambiente 5,4 bilhões de litros de esgoto sem tratamento, o que acarreta impactos diretos à saúde da população. A base de dados consultada para apontar esse avanço foi extraída do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), divulgado pelo Ministério das Cidades.

 [www.tratabrasil.org.br](http://www.tratabrasil.org.br)

## Economia de energia

A Hewlett-Packard (HP), fabricante de computadores, lançou um aplicativo gratuito que mede o nível de energia economizada quando o desktop ou notebook é desligado. Com o aplicativo instalado, ao ligar a máquina, o usuário verifica o quanto seu computador economizou de energia e emissões de carbono enquanto esteve desligado, além de analisar os mesmos dados globalmente. De acordo com a HP, se 100 mil usuários desligarem os computadores ao final de cada dia, a economia de energia poderá ser de mais de 2.680 kWh e a redução nas emissões de carbono poderá atingir mais de 1.600 kg por dia.

 [www.hp.com/powerchange](http://www.hp.com/powerchange)



## Radar

### Parcerias na Saúde


Em *Parcerias na Saúde – Reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 51/2006 e a Lei Federal nº 11.350/2006 (R\$ 22, 89 págs.)*, os advogados Gustavo Justino de Oliveira e Fernando Borges Mânica analisam a legislação do sistema de saúde pública brasileiro e suas implicações nas possíveis parcerias com entidades do Terceiro Setor nos programas de agentes comunitários de saúde e de saúde familiar. O livro aborda a possibilidade de celebração de parcerias a partir de dois importantes programas para a consolidação do direito à saúde no país: o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e o Programa Saúde da Família (PSF).

 [www.ediforum.com.br](http://www.ediforum.com.br)



### Compêndio de sustentabilidade

O livro *Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações* (download gratuito, 112 págs.), de Anne Karana, reúne práticas de indicadores de sustentabilidade mapeadas em diversos países, que devem servir para que a própria sociedade civil, governos, empresas e instituições avaliem suas condições econômicas e socioambientais e se inspirem para construir seus indicadores locais. São 25 indicadores econômicos alternativos e complementares às métricas do PIB, dentre os quais destaca-se a “Pegada Ecológica”, que incorpora novas medidas de sustentabilidade econômicas, ambientais, sociais, éticas e culturais, além da inclusão de parâmetros de avaliação da felicidade/qualidade de vida.

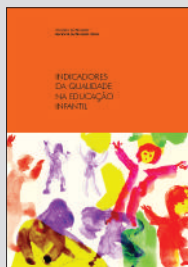
 [www.compendsustentabilidade.com.br](http://www.compendsustentabilidade.com.br)



### Indicadores da Qualidade na Educação Infantil

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica, lançou o documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (download gratuito, 64 págs.), que contém indicadores para se avaliar a qualidade de uma creche ou pré-escola. Com ele, cada creche ou pré-escola poderá fazer sua autoavaliação de maneira participativa, considerando os pontos de vista da direção, dos professores, das famílias e entidades locais interessadas. A ideia que envolve os indicadores é de que a qualidade da educação é um conceito amplo, que engloba desde as condições do prédio e das salas até as relações entre as crianças, dos adultos com as crianças e da instituição com as famílias.

 [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)



### Arte de Governar Criança

O livro *Arte de Governar Criança: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (R\$ 46, 336 págs.), organizado por Irene Rizzini e Francisco Pilotti, constitui uma referência fundamental para a compreensão da situação atual da infância brasileira, tanto pela riqueza interpretativa dos períodos históricos quanto por seu enfoque metodológico particular, que alia a análise histórica com uma visão integrada da inter-relação entre referencial jurídico, políticas sociais, resposta institucional a partir do Estado e ações empreendidas pela sociedade civil. Entre os temas abordados destacam-se a família e a desproteção e alternativas para o enfrentamento da violação de direitos.

 [www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)



## Pixel por Sonhos

Lançada em 27 de abril, a campanha Pixel Por Sonhos pretende ajudar 1,5 mil crianças e contribuir para a viabilização de ações que podem beneficiar indiretamente outras 25 mil em todo o Brasil. A iniciativa consiste basicamente na compra desses elementos virtuais, no valor de R\$ 3, que serão revertidos para quatro instituições: Vida Jovem (SP); Projeto NUA, da Nova União da Arte (SP), Apae de São João de Meriti e Fundação Leila Paz (RJ). O objetivo da campanha é melhorar as condições de associações que estão com problemas de captação de recursos; criar, a partir desta iniciativa, outras ações para beneficiar outros projetos; e transmitir o conceito de que se todos ajudarem um pouco, pode-se construir um mundo melhor.

 [www.iveadream.com](http://www.iveadream.com)

## Campanha do Agasalho 2009

O Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo (Fussesp) lançou, em maio, a Campanha do Agasalho 2009. A iniciativa, criada há 13 anos, promove a formação de uma grande rede de solidariedade, que envolve todas as secretarias estaduais, autarquias, fundações e parceiros da iniciativa privada. Para este ano, foi agregado ao conceito de solidariedade a conscientização e reflexão sobre questões ambientais e sustentabilidade. A campanha pede que todos pratiquem os “três Rs”: reduzir, reutilizar e reciclar. Os agasalhos e cobertores doados podem ser depositados nos vários postos de coleta espalhados estrategicamente por todo o Estado. A lista de postos de arrecadação está disponível no site da campanha.

 [www.campanhadoagasalho.sp.gov.br](http://www.campanhadoagasalho.sp.gov.br)

## Brechó Social

Desenvolvido pela Social Way, agência de marketing especializada na área social, o site Brechó Social é um inovador projeto de captação de recursos para o Terceiro Setor que alia a praticidade do *e-commerce* à imagem de celebridades. O site visa a contribuir com ONGs e entidades assistenciais, como Banco de Alimentos, Instituto da Criança e Casa do Zezinho, por meio da venda de objetos pessoais doados exclusivamente por personalidades brasileiras e internacionais, como o jogador de futebol Ronaldo, a modelo Gisele Bündchen, o guitarrista Andreas Kisser, o estilista Alexandre Herchcovitch, entre outros. As peças dos famosos ficam expostas no site com preço fixo.

 [www.brechosocial.com.br](http://www.brechosocial.com.br)

## ECA Comentado

O Portal Pró-Menino, da Fundação Telefônica, estreou a ferramenta ECA Comentado, que traz interpretações de especialistas de diferentes áreas para cada artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente. Oded Grajew, Ruth Rocha, Paulo Freire, Pedro Dallari, Dom Helder Câmara e Antônio Carlos Gomes da Costa são alguns dos autores dos comentários publicados. Com o intuito de ampliar o número de pessoas que entendem o ECA, o novo serviço do Portal Pró-Menino disponibiliza, on-line, o conteúdo completo do livro *O Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*, coordenado por Munir Curi, jurista e escritor especializado em direitos da infância e juventude.

 [www.promenino.org.br](http://www.promenino.org.br)

## Tratamento da hemofilia

Para comemorar o 20º aniversário do Dia Mundial da Hemofilia, celebrado em 17 de abril, a Federação Mundial de Hemofilia lançou o vídeo educacional on-line *Together we care* (Juntos nós cuidamos, em português). O objetivo é ampliar o acesso dos pacientes hemofílicos a tratamentos adequados e às terapias mais avançadas. Estima-se que, mundialmente, apenas 25% dos hemofílicos recebam tratamento adequado. No cenário atual, terapias mais modernas e o uso de fatores de coagulação recombinantes, feitos por engenharia genética, ainda são pouco oferecidos aos cerca de 400 mil portadores da hemofilia no mundo. Segundo o Ministério da Saúde, a doença atinge mais de 8 mil brasileiros. É possível assistir o vídeo com legendas em português no site da federação.

 [www.baxter.com.br](http://www.baxter.com.br)  
[www.wfh.org](http://www.wfh.org)



## Catálogo sustentável

O site Catálogo Sustentável é uma ferramenta on-line que armazena informações sobre produtos e serviços avaliados e selecionados pela equipe de especialistas do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (GVces) a partir de critérios de sustentabilidade. Nele, é possível encontrar informações técnicas e as características sustentáveis dos produtos, além de avaliações dos seus impactos ambientais nas principais etapas de sua vida, como matéria-prima, processo produtivo, utilização e descarte final.

 [www.catalogosustentavel.com.br](http://www.catalogosustentavel.com.br)

## Curso on-line sobre sustentabilidade

O Banco Real, integrante do Grupo Santander Brasil, lançou seu novo curso on-line sobre sustentabilidade. A iniciativa dá continuidade às ações do Espaço Banco Real de Práticas em Sustentabilidade, que tem como objetivo disseminar o tema e compartilhar com a sociedade a experiência acumulada pela instituição desde 2000. O curso, apresentado no formato de filme, é dividido em três capítulos, que serão lançados em etapas. Cada filme, com duração média de seis minutos, é complementado por *quizzes* e textos, caso o participante queira se aprofundar nos temas abordados e receber um certificado ao final do terceiro capítulo. O curso é gratuito e aberto a qualquer pessoa interessada no assunto.

 [www.bancoreal.com.br/sustentabilidade](http://www.bancoreal.com.br/sustentabilidade)

## Julho

| Dia     | Evento   | Local              | Realização                                     | Info   |
|---------|--|--------------------|--|--|
| 9 a 11  | 6º Congresso de Humanização da Saúde em Ação                         | São Paulo/SP       | Viva e Deixe Viver                             | <a href="http://www.vivahumanizacao.org.br">www.vivahumanizacao.org.br</a><br>(11) 3081-6343               |
| 13 a 15 | Gestão Contábil e prestação de contas no Terceiro Setor              | São Paulo/SP       | Diálogo Social                                 | <a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a><br>(11) 2281-9643                   |
| 13 a 17 | Fórum Social da Juventude  | Bento Gonçalves/RS | FSJ  | <a href="http://www.forumsocialdajuventude.com.br">www.forumsocialdajuventude.com.br</a><br>(54) 8148-5042 |
| 17 e 18 | Planejamento Estratégico   | São Paulo/SP       | Gife   | <a href="http://www.gife.org.br">www.gife.org.br</a><br>(11) 3816-1209, ramal 19                           |
| 20 a 22 | Festival Latino-Americano de Captação de Recursos                    | São Paulo/SP       | ABCR / Resource Alliance / Revista Filantropia | <a href="http://www.dialogosocial.com.br/festival">www.dialogosocial.com.br/festival</a><br>(11) 2281-9643 |
| 30      | Leis Trabalhistas - Suas armadilhas e aplicação prática no dia-a-dia | São Paulo/SP       | Diálogo Social                                 | <a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a><br>(11) 2281-9643                   |
| 31      | Captação de Recursos por meio de Incentivos Fiscais                  | Rio de Janeiro/RJ  | Diálogo Social                                 | <a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a><br>(11) 2281-9643                   |

## Agosto

| Dia     | Evento  | Local        | Realização   | Info   |
|---------|---|--------------|--|--|
| 3       | Fórum Empresarial de Responsabilidade Social e Sustentabilidade         | Bauru/SP     | Fers Brasil  | <a href="http://www.fers.com.br">www.fers.com.br</a><br>(14) 3204-1749                   |
| 4 a 6   | 3º Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável            | São Paulo/SP | CEBDS  | <a href="http://www.sustentavel.org.br">www.sustentavel.org.br</a>                       |
| 10      | Patrocínios empresariais aliados à captação por indivíduos              | São Paulo/SP | Diálogo Social   | <a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a><br>(11) 2281-9643 |
| 10 a 15 | Congresso Mundial da Paz nas Américas                                   | Santos/SP    | Associação Brasileira dos Organizadores de Festivais de Folclore e Artes Populares | <a href="http://www.abrasoffa.org.br">www.abrasoffa.org.br</a><br>(13) 3222-5772         |
| 12      | Monitoramento de indicadores e avaliação de impacto de projetos sociais | São Paulo/SP | Diálogo Social   | <a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a><br>(11) 2281-9643 |
| 14      | Transparência e Accountability para Organizações Sociais                | São Paulo/SP | Diálogo Social   | <a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a><br>(11) 2281-9643 |
| 14 e 15 | Sustentabilidade e Mobilização de Recursos                              | São Paulo/SP | Gife   | <a href="http://www.gife.org.br">www.gife.org.br</a><br>(11) 3816-1209, ramal 19         |
| 15 e 16 | Tendencias Alphaville   | Barueri/SP   | Revista Vero   | <a href="http://www.vero.com.br">www.vero.com.br</a><br>(11) 4195-9666                   |
| 28      | 12º Concurso Banco Real Universidade Solidária                          | São Paulo/SP | Universidade Solidária   | <a href="http://www.unisol.org.br">www.unisol.org.br</a>                                 |



# Sergio Monello

## Escritório Contábil Dom Bosco

*Mais de 40 anos de exclusivo compromisso com as entidades do 3º setor*

## Setembro

| Dia     | Evento  | Local             | Realização                       | Info  |
|---------|---|-------------------|----------------------------------|---|
| 1 a 4   | Feira Internacional para Intercâmbio de Ações Socioambientais | São Paulo/SP      | Instituto Mais                   | www.fibops.com.br                           |
| 17 e 18 | Jogos e dinâmicas para educadores e multiplicadores sociais   | São Paulo/SP      | Diálogo Social                   | www.dialogosocial.com.br<br>(11) 2281-9643  |
| 23      | VIII Congresso Brasileiro de Bioética                         | Rio de Janeiro/RJ | Sociedade Brasileira de Bioética | www.congressodebioetica2009.com.br          |
| 25 e 26 | Cultura e Desenvolvimento                                     | São Paulo/SP      | Gife                             | www.gife.org.br<br>(11) 3816-1209, ramal 19 |

## Outubro

| Dia   | Evento   | Local        | Realização                        | Info  |
|-------|--|--------------|-----------------------------------|---|
| 2     | III Congresso Internacional de Direitos Humanos                  | Salvador/BA  | Escola Paulista de Direito        | www.congressodh.com<br>(11) 3274-2828, ramal 2102 |
| 5 a 9 | Deficiência visual numa visão inclusiva: educação e reabilitação | São Paulo/SP | Fundação Dorina Nowill para Cegos | www.fundacaodorina.org.br                         |
| 6 a 8 | Ferramenta da Ação Participativa                                 | Manaus/AM    | Instituto de Pesquisas Ecológicas | www.ipe.org.br<br>(11) 4597-1327                  |

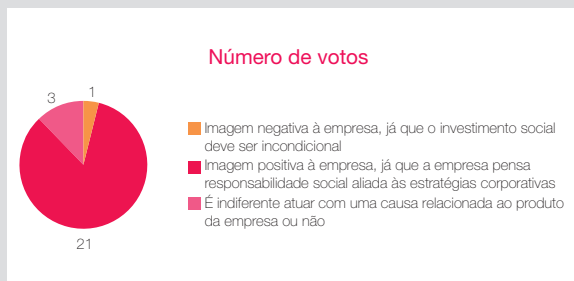
### ENQUETE

**Na sua opinião, o investimento social estratégico, aquele que alia o produto de uma empresa à causa social defendida por ela, pode trazer que consequências?**

| Resposta   | Número de votos |
|--|-----------------|
| Imagem negativa à empresa, já que o investimento social deve ser incondicional                                 | 1               |
| Imagem positiva à empresa, já que a empresa pensa a responsabilidade social aliada às estratégias corporativas | 21              |
| É indiferente atuar com uma causa relacionada ao produto da empresa ou não                                     | 3               |

TOTAL: 25

O resultado desta enquete é baseado na frequência ao site e não possui valor científico



- ▶ Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- ▶ Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- ▶ Assessoria em departamento pessoal
- ▶ Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

**(11) 3872-1195**

São Paulo

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar  
Perdizes – São Paulo/SP - CEP 01150-001

www.sergiomonello.com.br

Filial Brasília - Centro Multiempresarial

SRTVS, Quadra 701, Bloco O, sala 611  
Brasília/DF - CEP 70340-000

Divulgação



Sacolas produzidas com a reutilização de banners

## Banners viram fonte de renda

Fazer moda, proteger o meio ambiente e gerar renda são apenas alguns dos benefícios obtidos a partir do reaproveitamento dos banners que a Universidade Nove de Julho (Uninove) doa à Escola Industrial de Desenvolvimento Social (Eides), ambas de São Paulo, desde 2008. A ideia partiu de um aluno do curso de Ciências Gerenciais da instituição. Até então, o destino dos banners era um estoque ou, em muitos casos, o próprio lixo. Hoje, todo o material informativo que é descartado pela universidade é encaminhado para a ONG e transformado em bolsas e sacolas. A iniciativa, que promove a inserção dos alunos em causas sociais, contribui para a proteção do meio ambiente e para a geração de renda. Todo o material confeccionado tem renda revertida às ações desenvolvidas pela ONG. A mais nova conquista da Eides, alcançada com o apoio da Uninove, foi a aquisição de meio de transporte para os jovens beneficiados pelo projeto.

 [www.uninove.br](http://www.uninove.br)





Divulgação



Mel dos produtores da Abipa

## Mel e derivados geram renda em Tocantins

A Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio (Abipa) foi fundada em 1990 na cidade de Axixá (TO) com o objetivo de gerar uma opção de renda, por meio da criação de abelhas, para os produtores do norte de Tocantins. A organização produz mel de *Apis mellifera* e dedica-se também à fabricação de caixas de abelha e cera em lâmina. Possui também uma produção, ainda em fase inicial, de própolis e de geleia real e inicia-se na produção de mel de abelhas nativas. Com apoio do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos), a Abipa expandiu a produção de mel, que hoje chega a 3 toneladas por ano. Esse volume é comercializado com a marca Mel das Flores em âmbitos local e regional, que variam de sachês a potes de 1 kg. Entre os planos da entidade está a construção da Casa do Mel e de entrepostos de mel nos municípios de Grotão e Buriti, no Estado do Pará, como maneira de aprimoramento da comercialização.

 Av. Vila Nova, 2645 – Axixá/TO  
 (63) 3444-1191 / 3444-1436





Jovens preparam sabão no projeto Alquimia Jovem

## Estudantes fazem sabão em projeto social da Rhodia

O projeto Alquimia Jovem, mantido pelo Instituto Rhodia, entidade sem fins lucrativos criada pela Rhodia no Brasil para direcionar de maneira planejada seus investimentos na área social, está em seu segundo ano de realização e tem o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de jovens de comunidades de baixa renda localizadas nas proximidades da Rhodia, em Paulínia (SP). Este ano, 80 alunos entre 12 e 16 anos da rede pública de ensino participam de atividades esportivas, artísticas, culturais e oficinas temáticas. Os estudantes frequentam as aulas duas vezes por semana, fora do horário escolar, e participam de projetos e oficinas com foco na conservação do meio ambiente, como, por exemplo, a oficina sobre produção de sabão a partir de óleo de cozinha. Nessa atividade, os jovens foram alertados para a necessidade da adoção de medidas de proteção ao ambiente e aprenderam a transformar o óleo, comumente descartado após o uso, em sabão, que pode ser tanto utilizado em suas casas como revendido, gerando renda à família.

 [www.institutorhodia.com.br](http://www.institutorhodia.com.br)



Compotas para doces e artesanato do Xopotó

## Artesanato gera trabalho em zona da mata mineira

O Instituto Xopotó para o Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental foi fundado em 1999 com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da microrregião da zona da mata mineira. O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social são os dois principais pilares do instituto, que visa a promover a geração de trabalho, renda e a consciência ambiental nos municípios contemplados. Entre as ações elaboradas pelo Xopotó está uma parceria com o Programa Sebrae de Artesanato (PSA). O instituto capacita artesãos, fomenta o mercado do artesanato e valoriza os produtos regionais de Brás Pires e entorno, por meio do PSA, que beneficia aproximadamente 30 pessoas. O programa possui um total de 227 horas/aula e, entre as atividades previstas destacam-se, a realização de pesquisas para conhecer o funcionamento do setor, suporte tecnológico para agregar valor ao artesanato, capacitação e treinamento de artesãos, entre outros.

 [www.institutoxopoto.org.br](http://www.institutoxopoto.org.br)

# Comunicação celular



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

**E**m 1995, quando cheguei à capital de São Paulo, meus pais compraram uma linha telefônica da Telesp. Valor de investimento: R\$ 4,5 mil. A telefonia móvel celular em São Paulo tinha sido inaugurada em 1993, mantendo-se por muitos anos como artigo de luxo. A imensa maioria dos brasileiros tinha mesmo de pagar caro para ter um telefone.

Nos dias de hoje, em vez de uma linha fixa, eu e meus familiares compraríamos um chip pré-pago de celular de uma mesma operadora, falando praticamente de graça entre nós. O tempo passou e veio a privatização das telecomunicações, fazendo o valor do ativo “linha telefônica” despencar mais que a máscara de alguns senadores recentemente, confessos surpresos por receberem auxílio-moradia mesmo sem terem tal direito.

Em termos de retorno financeiro, talvez tenha sido um dos piores investimentos que os meus pais tenham feito. Em termos de retorno para o país, alguns representantes públicos também apontam péssimo retorno. No final de 2008, o número de linhas de celulares atingiu 121 milhões de unidades, atendendo a quase 64% da população. Muita gente habilitada para se comunicar.

*Fim das referências pragmáticas. Vamos para o campo do comportamento, onde moram as relações humanas.*

Há alguns dias vivi mais uma história marcante em uma visita hospitalar. De um lado, uma paciente na faixa dos 60 anos. Do outro, o personagem palhaço que interpreto nas visitas hospitalares, Dr. Raviolli Bem-te-Vi<sup>(1)</sup>. Entre eles, como instrumento protagonista, um telefone celular. Ao cruzar um corredor da unidade de saúde, fui chamado por uma paciente. Ela estava aflita. Queria expressar uma necessidade premente: o desejo de se comunicar com a sua mãe; há dias não enviava notícias sobre a sua saúde e tampouco recebia novidades sobre a saúde materna. Perguntei como poderia ajudar. Ela me respondeu que se eu tivesse um aparelho celular de uma determinada operadora, poderíamos fazer uma ligação gratuita para a casa onde estava hospedada a citada mãe.

*O meu celular não era da referida operadora, mas eu menti. A causa me pediu.*

Antes do desfecho, uma digressão: as atuais operadoras de telefonia têm nomes absurdamente singelos e curiosos. A primeira empresa brasileira no segmento

foi a Brazilian Telephone Co. que, depois de passar por diversos proprietários, foi incorporada, no ano da proclamação da República, à *Brasilianische Elektrizitätsgesellschaft*, com sede em Berlim.

*A comunicação humana está cada dia mais simplória, menos pelos nomes que levam as empresas, mais pelo valor dado ao verdadeiro ato de se comunicar.*


Pedi à paciente que me dissesse o número. Disquei. Quando alguém atendeu, passei o aparelho à ansiosa filha. Após um rápido cumprimento, percebi que a mãe estava do outro lado da linha. A voz da paciente ficou embargada. Os olhos marejaram.

*- Mãe, sua bênção. A senhora está bem? Eu estou melhor, rezo pela senhora todos os dias. Quando eu sair vou direto buscá-la. Te amo, minha linda. Fica com Deus.*

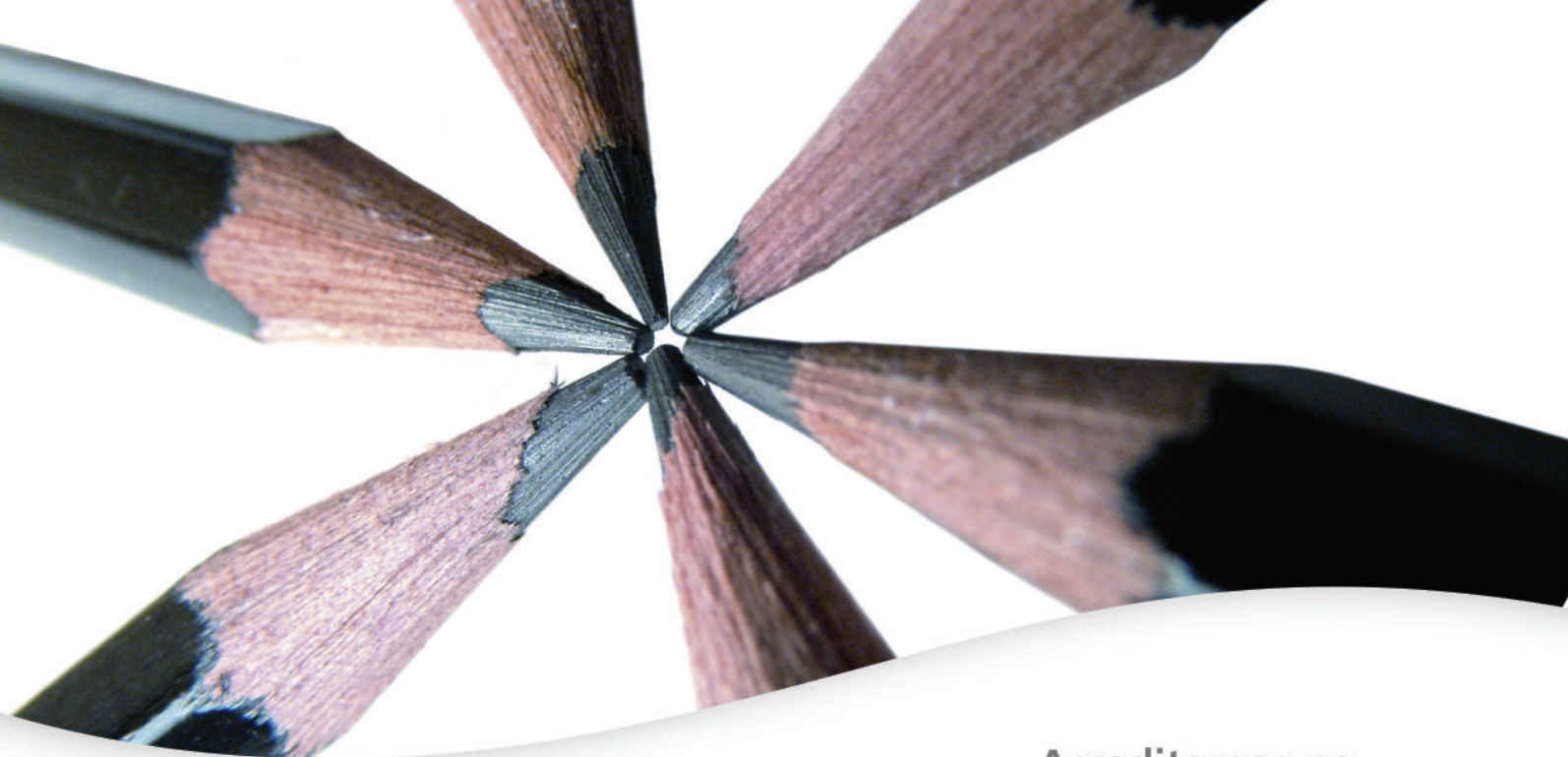
A conversa foi rápida. Tempo suficiente para acalmar o peito daquelas duas mulheres, separadas por uma distância que ainda não consegui determinar – e, talvez nunca consiga. A paciente era portadora de HIV. Seus filhos não a acompanham durante as sucessivas internações, por desaprovarem o comportamento que a levou à doença. Na solidão que pode existir no ato de ser mãe, aquela mulher buscou abrigo no ato de ser filha.

*Poucas vezes na vida o meu aparelho celular foi tão útil. Naquele quarto de hospital público, o objeto estabeleceu real contato celular, unindo por micro-ondas e pelo afeto células de mesma origem.*

Na exposição do Centenário da Independência dos Estados Unidos ocorrida em 25 de junho de 1876, Graham Bell demonstrou, pela primeira vez em público, que seu invento falava. E foi o imperador D. Pedro II quem inaugurou o telefone. A uma distância de 150 metros, ele pôde ouvir Graham Bell declamar o famoso verso de Shakespeare: “To be or not to be...” (“Ser ou não ser...”, em português). Com o fone no ouvido, exclamou maravilhado: “My God, it talks!” (“Meu Deus, isso fala!”).

*Talvez se hoje vivessem, o cientista e o monarca humanista dessem outro sentido às suas frases: ser ou não ser humano? Meu Deus, eles falam, mas não se entendem! Tecnologia é meio, não fim. Qualquer apetrecho material, inclusive dinheiro, é meio, não fim. Coisas que são coisas são fundamentais, mas não chegam nem à porta da morada do que é essencial. *

<sup>(1)</sup> Dr. Raviolli Bem-te-Vi é um dos mais de mil voluntários do programa social Doutores Cidadãos, criado e coordenado pela ONG Canto Cidadão.



Com sólida atuação em 23 estados do Brasil, levamos informação e atualização aos nossos parceiros-clientes e demais entidades, ministrando cursos e palestras sobre as mais recentes transformações na legislação do Terceiro Setor, agregando valor ao trabalho desenvolvido por sua entidade.

**Acreditamos no  
aprimoramento  
das entidades  
como fator de  
desenvolvimento  
do Terceiro Setor.**

## CURSOS E SEMINÁRIOS AUDISA

▶ **ATUALIZAÇÃO CONTÁBIL PARA O TERCEIRO SETOR** – NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS / ADEQUAÇÃO PLANO CONTAS / DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS / NOVAS NORMAS CONTÁBEIS PARA 3º SETOR  
No mês de agosto em Porto Alegre e Recife – Gratuito para clientes Audisa

▶ **PROJETO DE LEI No. 7.494/2006** (APENSADOS PL 7.225/02 E PL 3.021/08) – ASPECTOS JURÍDICOS, CONTÁBEIS E OPERACIONAIS

Gratuito para clientes Audisa em São Paulo, Porto Alegre e Recife, tão logo a Lei seja publicada.

Consulte detalhes destes e outros cursos em nosso site [www.audisaauditores.com.br](http://www.audisaauditores.com.br)



TRABALHANDO PARA QUE O TERCEIRO SETOR FAÇA **BEM** A SUA PARTE

[www.audisaauditores.com.br](http://www.audisaauditores.com.br)

**MATRIZ - São Paulo/SP**  
Alameda Olga, 422 - 2º andar - Bloco B  
Perdizes - 01155-040  
Fone: (11) 3825.9671  
saopaulo@audisaauditores.com.br

**FILIAL - Porto Alegre/RS**  
Rua Visconde do Herval, 1309/204  
Menino Deus - 90130-151  
Fone/Fax: (51) 3062.8922  
portoalegre@audisaauditores.com.br

**FILIAL - Recife/PE**  
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/104  
Boa Viagem - 51020-020  
Fone/Fax: (81) 3463.1862  
recife@audisaauditores.com.br



Festival  
Latino Americano  
de Captação de Recursos

FCR

20 a 22 de  
**Julho**  
de 2009

**LOCAL:**

Teatro Tuca - PUC São Paulo  
Rua Monte Alegre, 1.024- Perdizes/São Paulo

Profissionais  
**brasileiros**  
e **estrangeiros**  
se unem para trazer  
estratégias inovadoras de  
**captação de recursos**

Compareça e compartilhe você também  
seu conhecimento: No evento, exponha  
suas experiências no "Espaço Aberto"

**PALESTRANTES JÁ CONFIRMADOS:**

 Lyndall Stein;  Marcos Concepción Raba;  Victor Naranjo;  Carla da Nóbrega, Claudia Amaral, Custódio Pereira, Harley Nascimento, João Meirelles, Marcelo Estraviz, Márcia Woods, Marcio Zeppelini, Michel Freller, Pedro Adam, Renata Brunetti, René Steuer, Rodrigo Alvarez

Realização



Informações e Inscrições

 (11) 2281-9643

 [dialogo@dialogosocial.com.br](mailto:dialogo@dialogosocial.com.br)

 [www.dialogosocial.com.br/festival](http://www.dialogosocial.com.br/festival)